

## **ANEXO 1 – Legislação de Referência**

**Âmbito Federal**

## **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

### **I. ÂMBITO FEDERAL**

DECRETO N.º 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934 .....	2
CÓDIGO DE ÁGUAS .....	2
LEI N.º 6.938 - DE 31 DE AGOSTO DE 1981 .....	38
RESOLUÇÃO CONAMA N.º 20, DE 18 DE JUNHO DE 1986 .....	46
LEI N.º 9.433, DE 08 DE JANEIRO DE 1997 .....	70
PORTARIA N.º 67, DE 24 DE JUNHO DE 1997 - (DOU DE 25.06.97).....	86
DECRETO N.º 2661, DE 08 DE JULHO DE 1998 - (DOU DE 09.07.98).....	87
PORTARIA N.º 94-N, DE 09 DE JULHO DE 1998 - (DOU DE 10.07.98 - REPUBLICADA NO DOU DE 31.07.98).....	94

### **II. ÂMBITO ESTADUAL**

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	97
LEI N.º 997, DE 31 DE MAIO DE 1976.....	100
LEI N.º 6.134, DE 2 DE JUNHO DE 1988.....	104
LEI N.º 7663, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991.....	106
RESOLUCAO CONJUNTA SMA/SAA N.º 02, DE 07 DE ABRIL DE 1997 - (DOE DE 09.04.97) .....	125
RESOLUÇÃO CONJUNTA SMA/SAA N.º 03, DE 07 DE ABRIL DE 1997 - (DOE DE 09.04.97) .....	128
RESOLUCAO CONJUNTA SMA/SAA N.º 04, DE 07 DE ABRIL DE 1997 - (DOE DE 09.04.97) .....	130
RESOLUÇÃO SMA-66, DE 18 DE AGOSTO DE 1998 - (DOE DE 19.08.98) .....	132
DECRETO N.º 41.719, DE 16 DE ABRIL DE 1997 - (DOE DE 17.04.97) .....	133
DECRETO N.º 42.056, DE 06 DE AGOSTO DE 1997 - (DOE DE 07.08.97) .....	145
LEI N.º 9.989, DE 22 DE MAIO DE 1998 - (DOE DE 23.05.98).....	150
PORTARIA DAAE N.º 717, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1996 .....	152

### **III. ÂMBITO DO CBH - PP**

ESTATUTO – CBH - PP .....	157
REGIMENTO INTERNO – CBH - PP .....	173

## DECRETO N.º 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934

decreta o Código de Águas.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil,

usando das atribuições que lhe confere o **art. 1º** do decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930; e:

Considerando que o uso das águas no Brasil tem-se regido até hoje por uma legislação obsoleta, em desacordo com as necessidades e interesses da coletividade nacional;

Considerando que se torna necessário modificar esse estado de coisas, dotando o País de uma legislação adequada que, de acordo com a tendência atual, permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas;

Considerando que, em particular, a energia hidráulica exige medidas que facilitem e garantam seu aproveitamento racional;

Considerando que, com a reforma por que param os serviços afetos ao Ministério da Agricultura, está o Governo aparelhado por seus órgãos competentes a ministrar assistência técnica e material, indispensável à consecução de tais objetivos;

Resolve decretar o seguinte Código de Águas, cuja execução compete ao Ministério da Agricultura e que vai assinado pelos ministros de Estado:

## CÓDIGO DE ÁGUAS

### LIVRO I

### ÁGUAS EM GERAL E SUA PROPRIEDADE

### TÍTULO I

### ÁGUAS, ÁLVEO E MARGENS

#### Capítulo I

#### Águas Públicas

**Art. 1.º** As águas públicas podem ser de uso comum ou dominicais.

**Art. 2.º** São águas públicas de uso comum:

- a) os mares territoriais, nos mesmos incluídos os golfos, baías, enseadas e portos;

- b)** as correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou fluviáveis;
- c)** as correntes de que se façam estas águas;
- d)** as fontes e reservatórios públicos;
- e)** as nascentes quando forem de tal modo consideráveis que, por si sós, constituam o “*caput fluminis*”;
- f)** os braços de quaisquer correntes públicas, desde que os mesmo influam na navegabilidade ou fluviabilidade.

§ 1.º Uma corrente navegável ou fluviável se diz feita por outra quando se torna navegável logo depois de receber essa outra.

§ 2.º As correntes de que se fazem os lagos e lagoas navegáveis ou fluviáveis serão determinadas pelo exame de peritos.

§ 3.º Não se compreendem na letra b deste **artigo**, os lagos ou lagoas situados em um só prédio particular e por ele exclusivamente cercados, quando não sejam alimentados por alguma corrente de uso comum.

**Art. 3.º** A perenidade das águas é condição essencial para que elas se possam considerar públicas, nos termos do **artigo** precedente.

*Parágrafo Único.* - Entretanto, para os efeitos deste Código, ainda serão consideradas perenes as águas que secarem em algum estio forte.

**Art. 4.º** Uma corrente considerada pública, nos termos da letra b do **artigo** 2º, não perde este carácter porque em algum ou alguns de seus trechos deixe de ser navegável ou fluviável.

**Art. 5.º** Ainda se consideram públicas, de uso comum, todas as águas situadas nas zonas periodicamente assoladas pelas secas, nos termos e de acordo com a legislação especial sobre a matéria.

**Art. 6.º** São públicas dominicais todas as águas situadas em terreno que também o sejam, quando as mesmas não forem do domínio público de uso comum, ou não forem comuns.

## Capítulo II

### Águas comuns

**Art. 7.º** São comuns as correntes não navegáveis ou fluviáveis e de que essas não se façam.

## Capítulo III

### Águas particulares

**Art. 8.º** São particulares as nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou as águas comuns.

## Capítulo IV

### Álveo e margens

**Art. 9.º** Álveo é a superfície que as águas cobrem sem transbordar para o solo natural e ordinariamente enxuto.

**Art. 10.** O álveo será público de uso comum do dominical, conforme a propriedade das respectivas águas; e será particular no caso das águas comuns ou das águas particulares.

§ 1.º Na hipótese de uma corrente que sirva de divisa entre diversos proprietários, o direito de cada um deles se estende a todo o comprimento de sua testada, até a linha que divide o álveo ao meio.

§ 2.º Na hipótese de um lago ou lagoa nas mesmas condições, o direito de cada proprietário estender-se-á desde a margem até a linha ou ponto mais conveniente para divisão eqüitativa das águas, na extensão da testada de cada quinhoeiro, linha ou ponto locados, de preferência, segundo o próprio uso dos ribeirinhos.

**Art. 11.** São públicos dominicais, se não estiverem destinados ao uso comum, ou por algum título legítimo não pertencerem ao domínio particular:

§ 1.º os terrenos de marinha

§ 2.º os terrenos reservados nas margens das correntes públicas de uso comum, bem como dos canais, lagos e lagoas da mesma espécie. Salvo quanto às correntes que, não sendo navegáveis nem flutuáveis, concorrem apenas para formar outras simplesmente flutuáveis, e não navegáveis.

§ 3.º Os terrenos que estão em causa serão concedidos na forma da legislação especial sobre a matéria.

§ 4.º Será tolerado o uso desses terrenos pelos ribeirinhos, principalmente os pequenos proprietários, que os cultivem, sempre que o mesmo não colidir por qualquer forma com o interesse público.

**Art. 12.** Sobre as margens das correntes a que se refere a última parte do nº 2 do **artigo** anterior, fica somente, e dentro apenas da faixa de 10 metros, estabelecida uma servidão de trânsito para os agentes da administração pública, quando em execução do serviço.

**Art. 13.** Constituem terrenos de marinha todos os que, banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, vão até 33 metros para a parte da terra, contados desde o ponto a que chega o preamar médio.

**Art. 14.** Os terrenos reservados são os que banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 metros para a parte de terra, contados desde o ponto médio das enchentes ordinárias.

**Art. 15.** O limite que separa o domínio marítimo do domínio fluvial, para o efeito de medirem e ou demarcarem-se 33 (trinta e três) ou 15 (quinze) metros,

conforme os terrenos estiverem dentro ou fora do alcance das marés, será indicado pela SEÇÃO transversal do rio, cujo nível não oscile com a maré ou, praticamente, por qualquer fato Geológico ou biológico que ateste a ação poderosa do mar.

## Capítulo V

### Acessão

**Art. 16.** Constituem “aluvião” os acréscimos que sucessiva e imperceptivelmente se formarem para a parte do mar e das correntes, aquém do ponto a que chega o preamar médio, ou do ponto médio das enchentes ordinárias, bem como a parte do álveo que se descobrir pelo afastamento das águas.

§ 1.º Os acréscimos que por aluvião, ou artificialmente, se produzirem nas águas públicas ou dominicais, são públicos dominicais se não estiverem destinados ao uso comum, ou se por algum título legítimo não forem do domínio particular.

§ 2.º A esses acréscimos, com referência aos terrenos reservados se aplica o que está disposto no **artigo** 11, § 2.º

**Art. 17.** Os acréscimos por aluvião formados às margens das correntes comuns, ou das correntes públicas de uso comum a que se refere o **art.** 12, pertencem aos proprietários marginais, nessa segunda hipótese, mantida, porém, a servidão de trânsito constante do mesmo **artigo**, recuada a faixa respectiva, na proporção do terreno conquistado.

*Parágrafo Único.* - Se o álveo for limitado por uma estrada pública, esses acréscimos serão públicos dominicais, com ressalva idêntica à da última parte do § 1º do **artigo** anterior.

**Art. 18.** Quando o “aluvião” se formar em frente a prédios reticentes a proprietários diversos, far-se-á a divisão entre eles, em proporção à testada que cada um dos prédios apresentava sobre a antiga margem.

**Art. 19.** Verifica-se a “avulsão” quando a força súbita da corrente a cada uma parte considerável e reconhecível de um prédio, arrojando-a sobre outro prédio.

**Art. 20.** O dono daquele poderá reclamá-lo ao deste, a quem é permitido optar, ou pelo consentimento na remoção da mesma, ou pela indenização ao reclamante.

*Parágrafo Único.* - Não se verificando esta reclamação no prazo de um ano, a incorporação se considera consumada, e o proprietário prejudicado perde o direito de reivindicar e de exigir indenização.

**Art. 21.** Quando a “avulsão” for de coisa não suscetível de aderência natural, será regulada pelos princípios de direito que regem a invenção.

**Art. 22.** Nos casos semelhantes aplicam-se à “avulsão” os dispositivos que regem a “aluvião”.

**Art. 23.** As ilhas ou ilhotas, que se formarem no álveo de uma corrente, pertencem ao domínio público no caso das águas públicas e ao domínio particular, no caso das águas comuns ou particulares.

§ 1.º Se a corrente servir de divisa entre diversos proprietários e elas estiverem no meio da corrente, pertencem a todos estes proprietários, na proporção de suas testadas até a linha que dividir o álveo em duas partes iguais.

§ 2.º As que estiverem situadas entre esta linha e uma das margens pertencem, apenas, ao proprietário ou proprietários desta margem:

**Art. 24.** As ilhas ou ilhotas, que se formarem pelo desdobramento de um novo braço da corrente, pertencem aos proprietários dos terrenos, à custa dos quais se formarem.

*Parágrafo Único.* - Se a corrente, porém, é navegável ou fluviável, elas poderão entrar para o domínio público, mediante prévia indenização.

**Art. 25.** As ilhas ou ilhotas, quando de domínio público, consideram-se coisas patrimoniais, salvo se estiverem destinadas ao uso comum.

**Art. 26.** O álveo abandonado da corrente pública pertence aos proprietários ribeirinhos das duas margens, sem que tenham direito a indenização alguma os donos dos terrenos por onde as águas abrirem novo curso.

*Parágrafo Único.* - Retornando o rio ao seu antigo leito, o abandonado volta aos seus antigos donos, salvo hipótese do **artigo** seguinte, a não ser que esses donos indenizem ao Estado.

**Art. 27.** Se a mudança da corrente se fez por utilidade pública, o prédio ocupado pelo novo álveo deve ser indenizado, e o álveo abandonado passa a pertencer ao expropriante para que se compense da despesa feita.

**Art. 28.** As disposições deste CAPÍTULO são também aplicáveis aos canais, lagos ou lagoas nos casos semelhantes, que aí ocorram, salvo a hipótese do **artigo** 539, do Código Civil.

“**Art. 539.** Os donos de terrenos que confinem com águas dormentes, como as de lagos e tanques, não adquirem o solo descoberto pela retração delas, nem perdem o que elas invadirem.”

## TÍTULO II

### ÁGUAS PÚBLICAS EM RELAÇÃO AOS SEUS PROPRIETÁRIOS

#### Capítulo Único

**Art. 29.** As águas públicas de uso comum, bem como o seu álveo, pertencem:

I - A União:

a) quando marítimas;

b) quando situadas no Território do Acre, ou em qualquer outro território que a União venha a adquirir, enquanto o mesmo não se constituir em Estado, ou for incorporado a algum Estado;

c) quando servem de limites da República com as nações vizinhas ou se estendam a território estrangeiro;



**d)** quando situadas na zona de 100 quilômetros contígua aos limites da República com estas nações;

**e)** quando sirvam de limites entre dois ou mais Estados;

**f)** quando percorram parte dos territórios de dois ou mais Estados.

**II - Aos Estados:**

**a)** quando sirvam de limites a dois ou mais Municípios;

**b)** quando percorram parte dos territórios de dois ou mais Municípios.

**III - Aos Municípios:**

quando exclusivamente situados em seus territórios e sejam navegáveis ou fluviáveis ou façam outros navegáveis e fluviáveis, respeitadas as restrições que possam ser impostas pela legislação dos Estados.

§ 1.º Fica limitado o domínio dos Estados e Municípios sobre quaisquer correntes, pela servidão que à União se confere para o aproveitamento industrial das águas e da energia hidráulica, e para navegação.

§ 2.º Fica ainda limitado o domínio dos Estados e Municípios pela competência que se confere à União para legislar de acordo com os Estados em socorro das zonas periodicamente assoladas pelas secas.

**Art. 30.** Pertencem à União os terrenos de marinha e os acrescidos natural ou artificialmente, conforme a legislação especial sobre o assunto.

**Art. 31.** Pertencem aos Estados os terrenos reservados às margens das correntes e lagos navegáveis, se por algum título não forem do domínio federal, municipal ou particular.

*Parágrafo Único.* - Este domínio sofre idênticas limitações às que trata o **art. 29**.

### **TÍTULO III**

#### **DESAPROPRIAÇÃO**

##### **Capítulo Único**

**Art. 32.** As águas públicas de uso comum ou patrimoniais, dos Estados ou dos Municípios, bem como as águas comuns e as particulares, e respectivos álveos e margens, podem ser desapropriadas por necessidade ou por utilidade pública:

**a)** todas elas pela União;

**b)** as das Municípios e as particulares, pelos Estados;

**c)** as particulares pelos Municípios.

**Art. 33.** A desapropriação só se poderá dar na hipótese de algum serviço público classificado pela legislação vigente ou por este Código.

**LIVRO II**  
**APROVEITAMENTO DAS ÁGUAS**

**TÍTULO I**

**ÁGUAS COMUNS DE TODOS**

Capítulo Único

**Art. 34.** É assegurado o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de água, para as primeiras necessidades da vida, se houver caminho público que a torne acessível.

**Art. 35.** Se não houver este caminho, os proprietários marginais não podem impedir que os seus vizinhos se aproveitem das mesmas para aquele fim, contanto que sejam indenizados do prejuízo que sofrerem com o trânsito pelos seus prédios.

§ 1.º Esta servidão só se dará verificando-se que os ditos vizinhos não podem haver água de outra parte, sem grande incômodo ou dificuldade.

§ 2.º O direito do uso das águas, a que este **artigo** se refere, não prescreve, mas cessa logo que as pessoas a quem ele é concedido possam haver, sem grande dificuldade ou incomodo, a água de que carecem.

**TÍTULO II**

**APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PÚBLICAS**

**Disposição Preliminar**

**Art. 36.** É permitido a todos usar de quaisquer águas públicas conformando-se com os regulamentos administrativos.

§ 1.º Quando este uso depender de derivação, será regulado nos termos do Capítulo IV, do Título II, do Livro II, tendo em qualquer hipótese preferência a derivação para o abastecimento das populações.

§ 2.º O uso comum das águas pode ser gratuito ou retribuído, conforme as leis e regulamentos da circunscrição administrativa a que pertencerem.

Capítulo I

Navegação

**Art. 37.** O uso das águas públicas se deve realizar sem prejuízo da navegação, salvo a hipótese do **artigo** 48 e seu parágrafo único.

**Art. 38.** As pontes serão construídas deixando livre a passagem das embarcações.

*Parágrafo Único.* - Assim, estas não devem ficar na necessidade de arriar a mastreação, salvo se contrário é o uso local.

**Art. 39.** A navegação de cabotagem será feita por navios nacionais.

**Art. 40.** Em lei ou leis especiais, serão reguladas:

I - navegação ou flutuação dos mares territoriais, das correntes, canais e lagos do domínio da União;

II - A navegação das correntes, canais e lagos:

a) que fizerem parte do plano geral de viação da República;

b) que, futuramente, forem consideradas de utilidade nacional por satisfazerem a necessidades estratégicas ou corresponderem a elevados interesses de ordem política ou administrativa.

III - A navegação ou flutuação das demais correntes, canais e lagos do território nacional.

*Parágrafo Único.* - A legislação atual sobre navegação e flutuação só será revogada à medida que forem sendo promulgadas as novas leis.

## Capítulo II

### Portos

**Art. 41.** O aproveitamento e os melhoramentos e uso dos portos, bem como a respectiva competência federal, estadual ou municipal serão regulados por leis especiais.

## Capítulo III

### Caça e Pesca

**Art. 42.** Em leis especiais são reguladas a caça, a pesca e sua exploração.

*Parágrafo Único.* - As leis federais não excluem a legislação estadual supletiva ou complementar, pertinente a peculiaridades locais.

## Capítulo IV

### derivação

**Art. 43.** As águas públicas não podem ser derivadas para as aplicações da agricultura, da indústria e da higiene, sem a existência de concessão administrativa, no caso de utilidade pública e, não se verificando esta, de autorização administrativa, que será dispensada, todavia, na hipótese de derivações insignificantes.

§ 1.º A autorização não confere, em hipótese alguma, delegação de poder público ao seu titular.

§ 2.º Toda concessão ou autorização se fará por tempo fixo, e nunca excedente de trinta anos, determinando-se também um prazo razoável, não só para serem iniciadas, como para serem concluídas, sob pena de caducidade, as obras propostas pelo peticionário.

§ 3.º Ficará sem efeito a concessão, desde que, durante três anos consecutivos, se deixe de fazer o uso privativo das águas.

**Art. 44.** A concessão para o aproveitamento das águas que se destinem a um serviço público será feita mediante concorrência pública, salvo os casos em que as leis ou regulamentos a dispensem.

*Parágrafo Único.* - No caso de renovação será preferido o concessionário anterior, em igualdade de condições, apurada em concorrência.

**Art. 45.** Em toda a concessão se estipulará, sempre, a cláusula de ressalva dos direitos de terceiros.

**Art. 46.** A concessão não importa, nunca, a alienação parcial das águas públicas, que são inalienáveis, mas no simples direito ao uso destas águas.

**Art. 47.** O Código respeita os direitos adquiridos sobre estas águas, até a data de sua promulgação, por título legítimo ou posse trintenária.

*Parágrafo Único.* - Estes direitos, porém, não podem ter maior amplitude do que os que o Código estabelece, no caso de concessão.

**Art. 48.** A concessão, como a autorização, deve ser feita sem prejuízo da navegação, salvo:

a) no caso de uso para as primeiras necessidades da vida;

b) no caso da lei especial que, atendendo a superior interesse público, o permita.

*Parágrafo Único.* - Além dos casos previstos nas letras *a* e *b* deste **artigo**, se o interesse público superior o exigir, a navegação poderá ser preterida sempre que ela não sirva efetivamente ao comércio.

**Art. 49.** As águas destinadas a um fim não poderão ser aplicadas a outro diverso, sem nova concessão.

**Art. 50.** O uso da derivação é real; alienando-se o prédio ou o engenho a que ela serve, passa o mesmo ao novo proprietário.

**Art. 51.** Em regulamento administrativo se disporá:

a) sobre as condições de derivação, de modo a se conciliarem quanto possível os usos a que as águas se prestam;

b) sobre as condições da navegação que sirva efetivamente ao comércio, para os efeitos do parágrafo único do **artigo** 48.

**Art. 52.** Toda cessão total ou parcial da concessão ou autorização, toda mudança de concessionário ou de permissionário depende de consentimento da administração.

## Capítulo V desobstrução

**Art. 53.** Os utentes das águas públicas de uso comum ou os proprietários marginais são obrigados a se abster de fatos que prejudiquem ou embarquem o regime e o curso das águas, e a navegação, exceto se para tais fatos forem especialmente autorizados por alguma concessão.

*Parágrafo Único.* - Pela infração do disposto neste **artigo**, os contraventores, além das multas estabelecidas nos regulamentos administrativos, são obrigados a remover os obstáculos produzidos. Na sua falta, a remoção será feita à custa dos mesmos pela administração pública.

**Art. 54.** Os proprietários marginais de águas públicas são obrigados a remover os obstáculos que tenham origem nos seus prédios e sejam nocivos aos fins indicados no **artigo** precedente.

*Parágrafo Único.* - Se, intimados, os proprietários marginais não cumprirem a obrigação que lhes é imposta pelo presente **artigo**, de igual forma serão passíveis das multas estabelecidas pelos regulamentos administrativos, e à custa dos mesmos, a administração pública fará remoção dos obstáculos.

**Art. 55.** Se o obstáculo não tiver origem nos prédios marginais, sendo devido a acidentes ou à ação natural das águas, havendo dono, será este obrigado a removê-lo, nos mesmos termos do **artigo** anterior; se não houver dono conhecido, removê-lo-á a administração, à custa própria, a ela pertencendo qualquer produto do mesmo proveniente.

**Art. 56.** Os utentes ou proprietários marginais, afora as multas, serão compelidos a indenizar o dano que causarem, pela inobservância do que fica exposto nos **artigos** anteriores.

**Art. 57.** Na apreciação desses fatos, desses obstáculos, para as respectivas sanções, se devem ter em conta os usos locais, a efetividade do embaraço ou prejuízo, principalmente com referência às águas terrestres, de modo que sobre os utentes ou proprietários marginais, pela vastidão do País, nas zonas de população escassa, de pequeno movimento, não venham a pesar ônus excessivos e sem real vantagem para o interesse público.

## Capítulo VI

### Tutela dos direitos da administração e dos particulares

**Art. 58.** A administração pública respectiva, por sua própria força e autoridade, poderá repor incontinentemente no seu antigo estado as águas públicas, bem como o seu leito e margem, ocupados por particulares, ou mesmo pelos Estados ou Municípios:

a) quando essa ocupação resultar da violação de qualquer lei, regulamento ou ato da administração;

b) quando o exigir o interesse público, mesmo que seja legal a acusação mediante indenização, se esta não tiver sido expressamente excluída por lei.

*Parágrafo Único.* - Essa faculdade cabe à União, ainda no caso do **artigo** 40, nº II, sempre que a ocupação redundar em prejuízo da navegação que sirva, efetivamente, ao comércio.

**Art. 59.** Se julgar conveniente recorrer a juízo, a administração pode fazê-lo tanto no juízo petitório como no juízo possessório.

**Art. 60.** Cabe a ação judiciária para defesa dos direitos particulares, quer quanto aos usos gerais quer quantos aos usos especiais, das águas públicas, seu

leito e margens, podendo a mesma se dirigir quer contra a administração, quer contra outros particulares, e ainda no juízo petitório como no juízo possessório, salvas as restrições constantes dos parágrafos seguintes:

§ 1.º Para que a ação se justifique é mister a existência de um interesse direto por parte de quem recorra ao juízo.

§ 2.º Na ação dirigida contra a administração, esta só será ser condenada a indenizar o dano que seja devido, e não a destruir as obras que tenha executado prejudicando o exercício do direito de uso em causa.

§ 3.º Não é admissível a ação possessória contra a administração.

§ 4.º Não é admissível, também, a ação possessória de um particular contra outro, se o mesmo não apresentar como título uma concessão expressa ou outro título legítimo equivalente.

## Capítulo VII

### Competência administrativa

**Art. 61.** da competência da União a legislação de que trata o **art. 40**, em todos os seus incisos.

*Parágrafo Único.* - Essa competência não exclui a dos Estados para legislarem subsidiariamente sobre a navegação ou flutuação dos rios, canais e lagos de seu território, desde que não estejam com renda nos nº I e II do **art. 40**.

**Art. 62.** As concessões ou autorizações para derivação que não se destine à produção de energia hidrelétrica serão outorgadas pela União, pelos Estados ou pelos Municípios, conforme o seu domínio sobre as águas a que se referir ou conforme os serviços públicos a que se destine a mesma derivação, de acordo com os dispositivos deste Código e as leis especiais sobre os mesmos serviços.

**Art. 63.** As concessões ou autorizações para derivação que se destine à produção de energia hidrelétrica, serão outorgadas pela União, salvo nos casos de transferência de suas atribuições aos Estados, na forma e com as limitações estabelecidas nos arts. 192, 193 e 194.

**Art. 64.** Compete à União, aos Estados ou aos Municípios providenciar sobre a desobstrução nas águas do seu domínio.

*Parágrafo Único.* - A competência da União se estende às águas de que trata o **art. 40**, n.º II.

## Capítulo VIII

### Extinção do uso público

**Art. 65.** Os usos gerais a que se prestam as águas públicas só por disposição de lei se podem extinguir.

**Art. 66.** Os usos de derivação extinguem-se:

a) pela denúncia;

b) pela caducidade;

c) pelo resgate, decorridos os dez primeiros anos após a conclusão das obras e tomando-se por base do preço da indenização sob o capital efetivamente empregado;

d) pela expiração do prazo;

e) pela revogação.

**Art. 67.** É sempre revogável o uso das águas públicas.

### TÍTULO III

## APROVEITAMENTO DAS ÁGUAS COMUNS E DAS PARTICULARES

### Capítulo I

#### Disposições preliminares

**Art. 68.** Ficam debaixo da inspeção e autorização administrativa :

a) as águas comuns e as particulares, no interesse da saúde e da segurança pública;

b) as águas comuns, no interesse dos direitos de terceiros ou da qualidade, curso ou altura das águas públicas.

**Art. 69.** Os prédios inferiores são obrigados a receber as águas que correm naturalmente dos prédios superiores.

*Parágrafo Único.* - Se o dono do prédio superior fizer obras de arte, para facilitar o escoamento, procederá de modo que não piore a condição natural e anterior do outro.

**Art. 70.** O fluxo natural, para os prédios inferiores, de água pertencente ao dono do prédio superior, não constitui por si só servidão em favor deles.

### Capítulo II

#### Águas comuns

**Art. 71.** Os donos ou possuidores de prédios atravessados ou banhados pelas correntes podem usar delas em proveito dos mesmos prédios, e com aplicação tanto para a agricultura como para a indústria, contanto que do refluxo das mesmas águas não resulte prejuízo aos prédios que ficam superiormente situados, e que inferiormente não se altere o ponto de saída das águas remanescentes, nem se infrinja o disposto na última parte do parágrafo único do **art. 69**.

§ 1.º Entende-se por ponto de saída aquele onde uma das margens do álveo deixa primeiramente de pertencer ao prédio.

§ 2.º Não se compreendem na expressão - águas remanescentes - as escorredouras;

§ 3.º Terá sempre preferência sobre quaisquer outros o uso das águas para as primeiras necessidades da vida.

**Art. 72.** Se o prédio é atravessado pela corrente, o dono ou possuidor poderá, nos limites dele, desviar o álveo da mesma, respeitando as obrigações que lhe são impostas pelo **artigo** precedente.

*Parágrafo Único.* - Não é permitido esse desvio, quando da corrente se abastecer uma população.

**Art. 73.** Se o prédio é simplesmente banhado pela corrente, e as águas não são sobejas, far-se-á a divisão das mesmas entre o dono ou possuidor dele e o do prédio fronteiro, proporcionalmente à extensão dos prédios e às suas necessidades.

*Parágrafo Único.* - devem se harmonizar, quanto possível, nesta partilha, os interesses da agricultura com os da indústria; e o juiz terá a faculdade de decidir “*ex-bono et aequo*”.

**Art. 74.** A situação superior de um prédio não exclui o direito do prédio fronteiro à porção da água que lhe cabe.

**Art. 75.** Dividido que seja um prédio marginal, de modo que alguma ou algumas das frações não limite com a corrente, ainda assim terão as mesmas direito ao uso das águas.

**Art. 76.** Os prédios marginais continuam a ter direito ao uso das águas, quando entre os mesmos e as correntes abrirem estradas públicas, salvo se pela perda desse direito forem indenizados na respectiva desapropriação.

**Art. 77.** Se a altura das ribanceiras, a situação dos lugares, impedirem a derivação da água na sua passagem pelo prédio respectivo, poderão estas ser derivadas em um ponto superior da linha marginal, estabelecida a servidão legal de aqueduto sobre os prédios intermédios.

**Art. 78.** Se os donos ou possuidores dos prédios marginais atravessados pela corrente ou por ela banhados, os aumentarem, com a adjunção de outros prédios, que não tiverem direito ao uso das águas, não as poderão empregar nestes com prejuízo do direito que sobre elas tiverem os seus vizinhos.

**Art. 79.** imprescritível o direito de uso sobre as águas das correntes o qual só poderá ser alienado por título ou instrumento público, permitida não sendo, entretanto, a alienação em benefício de prédio não marginais, nem com prejuízo de outros prédios, aos quais, pelos **artigos** anteriores, é atribuída preferência no uso das mesmas águas.

*Parágrafo Único.* - Respeitam-se os direitos adquiridos até a data da promulgação deste Código, por título legítimo ou prescrição que recaia sobre oposição não seguida, ou sobre a construção de obras no prédio superior, de que se possa inferir abandono do primitivo direito.

**Art. 80.** O proprietário ribeirinho tem o direito de fazer na margem ou no álveo da corrente as obras necessárias ao uso das águas.

**Art. 81.** No prédio atravessado pela corrente, o seu proprietário poderá travar estas obras em ambas as margens da mesma.



**Art. 82.** No prédio simplesmente banhado pela corrente, cada proprietário marginal, poderá fazer obras apenas no trato do álveo que lhe pertencer.

*Parágrafo Único.* - Poderá ainda este proprietário travá-las na margem fronteira, mediante prévia indenização ao respectivo proprietário.

**Art. 83.** Ao proprietário do prédio serviente, no caso do parágrafo anterior, será permitido aproveitasse da obra feita, tornando-a comum, desde que pague uma parte da despesa respectiva, na proporção do benefício que lhe advier.

### Capítulo III

#### desobstrução e defesa

**Art. 84.** Os proprietários marginais das correntes são obrigados a se abster de fatos que possam embaraçar o livre curso das águas, e a remover o obstáculos a este livre curso, quando eles tiverem origem nos seus prédios, de modo a evitar prejuízo de terceiros, que não for proveniente de legítima aplicação das águas.

*Parágrafo Único.* - O serviço de remoção do obstáculo será feito à custa do proprietário a quem ela incumba, quando este não queira fazê-lo, respondendo ainda o proprietário pelas perdas e danos que causar, bem como pelas multas que lhe forem impostas nos regulamentos administrativos.

**Art. 85.** Se o obstáculo ao livre curso das águas não resultar de fato do proprietário e não tiver origem no prédio, mas for devido a acidentes ou à ação do próprio curso de água, será removido pelos proprietários de todos os prédios prejudicados, e, quando nenhum o seja, pelos proprietários dos prédios fronteiros, onde tal obstáculo existir.

**Art. 86.** Para ser efetuada a remoção de que tratam os **artigos** antecedentes, o dono do prédio em que estiver o obstáculo é obrigado a consentir que os proprietários interessados entrem em seu prédio, respondendo estes pelos prejuízos que lhe causarem.

**Art. 87.** Os proprietários marginais são obrigados a defender os seus prédios, de modo a evitar prejuízo para o regime e curso das águas e danos para terceiros.

### Capítulo IV

#### Caça e Pesca

**Art. 88.** A exploração da caça e da pesca está sujeita às leis federais, não excluindo as estaduais, subsidiárias e complementares.

### Capítulo V

#### Nascentes

**Art. 89.** Considera-se "nascentes", para os efeitos deste Código, as águas que surgem naturalmente ou por indústria humana, e correm dentro de um só prédio particular, e ainda que o transponham, quando elas não tenham sido abandonadas pelo proprietário do mesmo.

**Art. 90.** O dono do prédio onde houver alguma nascente, satisfeitas as necessidades de seu consumo, não pode impedir o curso natural das águas pelos prédios inferiores.

**Art. 91.** Se uma nascente emerge em um fosso que divide dois prédios, pertence a ambos.

**Art. 92.** Mediante indenização, os donos dos prédios inferiores, de acordo com as normas da servidão legal de escoamento, são obrigados a receber as águas das nascentes artificiais.

*Parágrafo Único.* - Nessa indenização, porém, será considerado o valor de qualquer benefício que os mesmos prédios possam auferir de tais águas.

**Art. 93.** Aplica-se às nascentes o disposto na primeira parte do **art. 79**.

**Art. 94.** O proprietário de uma nascente não pode desviar-lhe o curso quando da mesma se abasteça uma população.

**Art. 95.** A nascente de uma água será determinada pelo ponto em que ela começa a correr sobre o solo e não pela veia subterrânea que a alimenta.

## TÍTULO IV

### ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

#### Capítulo Único

**Art. 96.** O dono de qualquer terreno poderá apropriar-se por meio de poços, galerias etc. das águas que existam debaixo da superfície de seu prédio, contanto que não prejudique aproveitamentos existentes nem derive ou desvie de seu curso natural águas públicas dominicais, públicas de uso comum ou particulares.

*Parágrafo Único.* - Se o aproveitamento das águas subterrâneas de que trata este **artigo** prejudicar ou diminuir as águas públicas dominicais ou públicas de uso comum ou particulares, a administração competente poderá suspender as ditas obras e aproveitamentos.

**Art. 97.** Não poderá o dono do prédio abrir poço junto ao prédio do vizinho, sem guardar a distância necessária ou tomar as precisas precauções para que ele não sofra prejuízo.

**Art. 98.** São expressamente proibidas construções capazes de poluir ou inutilizar, para uso ordinário, a água do poço ou nascente alheia, a elas preexistentes.

**Art. 99.** Todo aquele que violar as disposições dos **artigos** antecedentes é obrigado a demolir as construções feitas, respondendo por perdas e danos.

**Art. 100.** As correntes que desaparecerem momentaneamente do solo, formando um curso subterrâneo, para reaparecer mais longe, não perdem o caráter de coisa pública de uso comum, quando já o eram na sua origem.

**Art. 101.** depende de concessão administrativa a abertura de poços em terrenos de domínio público.

## TÍTULO V

### ÁGUAS PLUVIAIS

#### Capítulo Único

**Art. 102.** Consideram-se águas pluviais as que procedem imediatamente das chuvas.

**Art. 103.** As águas pluviais pertencem ao dono do prédio onde caírem diretamente, podendo o mesmo dispor delas à vontade, salvo existindo direito em sentido contrário.

*Parágrafo Único.* - Ao dono do prédio, porém, não é permitido:

1.º desperdiçar essas águas em prejuízo dos outros prédios que delas se possam aproveitar, sob pena de indenização aos proprietários dos mesmos;

2.º desviar essas águas de seu curso natural para lhes dar outro, sem consentimento expresso dos donos dos prédios que irão recebê-las.

**Art. 104.** Transpondo o limite do prédio em que caírem, abandonadas pelo proprietário do mesmo, as águas pluviais, no que lhes for aplicável, ficam sujeitas às regras ditadas para as águas comuns e para as águas públicas.

**Art. 105.** O proprietário edificará de maneira que o beiral de seu telhado não despeje sobre o prédio vizinho, deixando entre este e o beiral, quando por outro modo não o possa evitar, um intervalo de 10 centímetros, quando menos, de modo que as águas se escoem.

**Art. 106.** É imprescritível o direito de uso das águas pluviais.

**Art. 107.** São de domínio público de uso comum as águas pluviais que caírem em lugares ou terrenos públicos de uso comum.

**Art. 108.** A todos é lícito apanhar estas águas.

*Parágrafo Único.* - Não se poderão, porém, construir nestes lugares ou terrenos, reservatórios para o aproveitamento das mesmas águas, sem licença da administração.

## TÍTULO VI

### ÁGUAS NOCIVAS

#### Capítulo Único

**Art. 109.** A ninguém é lícito conspurcar ou contaminar as águas que não consome, com prejuízo de terceiros.

**Art. 110.** Os trabalhos para a salubridade das águas serão executados à custa dos infratores, que, além da responsabilidade criminal, se houver, responderão pelas perdas e danos que causarem e pelas multas que lhes forem impostas nos regulamentos administrativos.

**Art. 111.** Se os interesses relevantes da agricultura ou da indústria o exigirem, e mediante expressa autorização administrativa, as águas poderão ser inquinadas, mas os agricultores ou industriais deverão providenciar para que elas se purifiquem, por qualquer processo, ou sigam o seu esgoto natural.

**Art. 112.** Os agricultores ou industriais deverão indenizar a União, os Estados, os Municípios, as corporações ou os particulares que pelo favor concedido no caso do **artigo** antecedente, forem lesados.

**Art. 113.** Os terrenos pantanosos, quando, declarada a sua insalubridade, não forem dessecados pelos seus proprietários, sê-lo-ão pela administração, conforme a maior ou menor relevância do caso.

**Art. 114.** Esta poderá realizar os trabalhos por si ou por concessionários.

**Art. 115.** Ao proprietário assiste a obrigação de indenizar os trabalhos feitos, pelo pagamento de uma taxa de melhoria sobre o acréscimo do valor dos terrenos saneados, ou por outra forma que for determinada pela administração pública.

**Art. 116.** Se o proprietário não entrar em acordo para a realização dos trabalhos nos termos dos dois **artigos** anteriores, dar-se-á desapropriação, indenizado o mesmo na correspondência do valor atual do terreno, e não do que este venha a adquirir por efeito de tais trabalhos.

## TÍTULO VII

### SERVIDÃO LEGAL DE AQUEDUTO

#### Capítulo Único

**Art. 117.** A todos é permitido canalizar pelo prédio de outrem as águas a que tenham direito, mediante prévia indenização ao dono deste prédio:

- a) para as primeiras necessidades da vida;
- b) para os serviços da agricultura ou da indústria;
- c) para o escoamento das águas superabundantes;
- d) para o enxugo ou bonificações dos terrenos.

**Art. 118.** Não são passíveis desta servidão as casas de habitação e os pátios, jardins, alamedas ou quintais, contíguos às casas.

*Parágrafo Único.* - Esta restrição, porém, não prevalece no caso de concessão por utilidade pública, quando ficar demonstrada a impossibilidade material ou econômica de se executarem as obras sem a utilização dos referidos prédios.

**Art. 119.** O direito de derivar águas nos termos dos **artigos** antecedentes compreende também o de fazer as respectivas represas ou açudes.

**Art. 120.** A servidão que está em causa será decretada pelo Governo, no caso de aproveitamento das águas, em virtude de concessão por utilidade pública; e pelo juiz, nos outros casos.

§ 1.º Nenhuma ação contra o proprietário do prédio serviente nenhum encargo sobre este prédio poderá obstar a que a servidão se constitua, devendo os terceiros disputar os seus direitos sobre o preço da indenização.

§ 2.º Não havendo acordo entre os interessados sobre o preço da indenização, será o mesmo fixado pelo juiz, ouvidos os peritos que eles nomearem.

§ 3.º A indenização não compreende o valor do terreno; constitui unicamente o justo preço do uso do terreno ocupado pelo aqueduto, e de um espaço de cada um dos lados, da largura que for necessária, em toda a extensão do aqueduto.

§ 4.º Quando o aproveitamento da água vise o interesse do público, somente é devida indenização ao proprietário pela servidão, se desta resultar diminuição do rendimento da propriedade ou redução da sua área.

**Art. 121.** Os donos dos prédios servientes têm, também, direito à indenização dos prejuízos que de futuro vierem a resultar da infiltração ou irrupção das águas, ou deterioração das obras feitas, para a condução destas. Para garantia deste direito eles poderão desde logo exigir que se lhes preste caução.

**Art. 122.** Se o aqueduto tiver de atravessar estradas, caminhos e vias públicas, sua construção fica sujeita aos regulamentos em vigor, no sentido de não se prejudicar o trânsito.

**Art. 123.** A direção, natureza e forma do aqueduto devem atender ao menor prejuízo para o prédio serviente.

**Art. 124.** A servidão que está em causa não fica excluída porque seja possível conduzir as águas pelo prédio próprio, desde que a condução por este se apresente muito mais dispendiosa do que pelo prédio de outrem.

**Art. 125.** No caso de aproveitamento de águas em virtude de concessão por utilidade pública, a direção, a natureza e a forma do aqueduto serão aquelas que constarem dos projetos aprovados pelo Governo, cabendo apenas aos interessados pleitear em juízo *os* direitos à indenização.

**Art. 126.** Correrão por conta daquele que obtiver a servidão do aqueduto todas as obras necessárias para a sua conservação, construção e limpeza.

*Parágrafo Único.* - Para este fim, ele poderá ocupar, temporariamente, os terrenos indispensáveis para o depósito de materiais, prestando caução pelos prejuízos que possa ocasionar, se o proprietário serviente o exigir.

**Art. 127.** É inerente à servidão do aqueduto o direito de trânsito por suas margens para seu exclusivo serviço.

**Art. 128.** O dono do aqueduto poderá consolidar suas margens com relvas, estacadas, paredes de pedras soltas.

**Art. 129.** Pertence ao dono do prédio serviente tudo que as margens produzem naturalmente.

Não lhe é permitido, porém, fazer plantação, nem operação alguma de cultivo nas mesmas margens, e as raízes que nelas penetrarem poderão ser cortadas pelo dono do aqueduto.

**Art. 130.** A servidão de aqueduto não obsta a que o dono do prédio serviente possa cercá-lo, bem como edificar sobre o mesmo aqueduto, desde que não haja prejuízo para este, nem se impossibilitem as reparações necessárias.

*Parágrafo Único.* - Quando tiver de fazer essas reparações, o dominante avisará previamente ao serviente.

**Art. 131.** O dono do prédio serviente poderá exigir, a todo o momento, a mudança do aqueduto para outro local do mesmo prédio, se esta mudança lhe for conveniente e não houver prejuízo para o dono do aqueduto.

A despesa respectiva correrá por conta do dono do prédio serviente.

**Art. 132.** Idêntico direito assiste ao dono do aqueduto, convindo-lhe a mudança e não havendo prejuízo para o serviente.

**Art. 133.** A água, o álveo e as margens dos aquedutos consideram-se como partes integrantes do prédio a que as águas servem.

**Art. 134.** Se houver águas sobejas no aqueduto, e outro proprietário quiser ter parte nas mesmas, esta lhe será concedida, mediante prévia indenização, e pagando, além disso, a quota proporcional à despesa feita com a condução delas até ao ponto de onde se pretendem derivar.

§ 1.º Concorrendo diversos pretendentes, serão preferidos os donos dos prédios servientes.

§ 2.º Para as primeiras necessidades da vida, o dono do prédio serviente poderá usar gratuitamente das águas do aqueduto.

**Art. 135.** Querendo o dono do aqueduto aumentar a sua capacidade, para que receba maior caudal de águas, observar-se-ão os mesmos trâmites necessários para o estabelecimento do aqueduto.

**Art. 136.** Quando um terreno regadio, que receba a água por um só ponto, se divida por herança, venda ou outro título, entre dois ou mais donos, os da parte superior ficam obrigados a dar passagem à água, como servidão de aqueduto, para a rega dos inferiores, sem poder exigir por ele indenização alguma, salvo ajuste em contrário.

**Art. 137.** Sempre que as águas que correm em benefício de particulares, impeçam ou dificultem a comunicação com os prédios vizinhos ou embarcem as correntes particulares, o particular beneficiado deverá construir as pontes, canais e outras obras necessárias para evitar este inconveniente.

**Art. 138.** As servidões urbanas de aquedutos, canais, fontes, esgotos, sanitários e pluviais estabelecidas para serviço público e privado das populações, edifícios, jardins e fábricas, reger-se-ão pelo que dispuseram os regulamentos de higiene da União ou dos Estados e as posturas municipais.

### **Livro III**

## **Forças hidráulicas, regulamentação da indústria hidroelétrica**

### **TÍTULO I**

#### **Capítulo I**

#### **Energia hidráulica e seu aproveitamento**

**Art. 139.** O aproveitamento industrial das quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica, quer do domínio público, quer do domínio particular, far-se-á pelo regime de autorizações e concessões instituído neste Código.

§ 1.º Independem de concessão ou autorização os aproveitamentos das quedas d'água já utilizadas industrialmente na data da publicação deste Código, desde que sejam manifestados na forma e prazos prescritos no **art. 149** e enquanto não cesse a exploração; cessada esta, cairão no regime deste Código.

§ 2.º Também ficam excetuados os aproveitamentos de quedas d'água de potência inferior a 50 kW para uso exclusivo do respectivo proprietário.

\* V. art. 141.

§ 3.º Dos aproveitamentos de energia hidráulica que, nos termos do parágrafo anterior não dependem de autorização, deve ser todavia notificado o Serviço de Águas do departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, para efeitos estatísticos.

§ 4.º As autorizações e concessões serão conferidas na forma prevista no **art. 195** e seus parágrafos.

§ 5.º Ao proprietário da queda d'água são assegurados os direitos estipulados no **art. 148**.

**Art. 140.** São considerados de utilidade pública e dependem de concessão:

\* V. art. 175.

**a)** os aproveitamentos de quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica de potência superior a 150 kW, seja qual for a sua aplicação;

**b)** as aproveitamentos que se destinam a serviços de utilidade pública federal, estadual ou municipal ao comércio de energia, seja qual for a potência.

**Art. 141.** dependem de simples autorização, salvo o caso do § 2º do **art. 139**, os aproveitamentos de quedas d'água e outras fontes de energia de potência até o máximo de 150 kW, quando os permissionários forem titulares de direito de ribeiridade com relação à totalidade ou, ao menos, à maior parte da secção do curso d'água a ser aproveitada e destinem a energia ao seu uso exclusivo.

**Art. 142.** Entende-se por potência para os efeitos deste Código a que é dada pelo produto da altura de queda pela descarga máxima de derivação concedida ou autorizada.

**Art. 143.** Em todos os aproveitamentos de energia hidráulica serão satisfeitas exigências acauteladoras dos interesses gerais:

\* V. art. 168, item II.

**a)** da alimentação e das necessidades das populações ribeirinhas;

**b)** da salubridade pública;

**c)** da navegação;

**d)** da irrigação;

**e)** da proteção contra as inundações;

- f) da conservação e livre circulação do peixe;
- g) do escoamento e rejeição das águas.

**Art. 144.** O Serviço de Águas do departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, é o órgão competente do Governo Federal para:

- a) proceder ao estudo e avaliação da energia hidráulica do território nacional;
- b) examinar e instruir técnica e administrativamente os pedidos de concessão ou autorização para a utilização da energia hidráulica e para a produção, transmissão, transformação e distribuição da energia hidrelétrica;
- c) fiscalizar a produção, a transmissão, a transformação e a distribuição de energia hidrelétrica;”
- d) exercer todas as atribuições que lhe foram conferidas por este Código e seu regulamento.

## Capítulo II

### Propriedade das quedas d'água

**Art. 145.** As quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica são bens imóveis e tidas como coisas distintas e não integrantes das terras em que se encontrem. Assim a propriedade superficial não abrange a água, o álveo do curso no trecho em que se acha a queda d'água, nem a respectiva energia hidráulica, para o efeito de seu aproveitamento industrial.

**Art. 146.** As quedas d'água existentes em cursos cujas águas sejam comuns ou particulares, pertencem aos proprietários dos terrenos marginais, ou a quem o for por título legítimo.

*Parágrafo Único.* - Para os efeitos deste Código, os proprietários das quedas d'água que já estejam sendo exploradas industrialmente, deverão manifestá-las, na forma e prazo prescritos no **art.** 149.

**Art. 147.** As quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica existentes em águas públicas de uso comum ou dominicais são incorporadas ao patrimônio da Nação, como propriedade inalienável e imprescritível.

**Art. 148.** Ao proprietário da queda d'água é assegurada a preferência na autorização ou concessão para o aproveitamento industrial de sua energia ou com participação razoável, estipulada neste Código, nos lucros da exploração que por outrem for feita.

\* V. art. 139, § 5.º

*Parágrafo Único.* - No caso de condomínio, salvo o disposto no **art.** 171, só terá lugar o direito de preferência à autorização ou concessão se houver acordo entre os condôminos; na hipótese contrária, bem como no caso de propriedade litigiosa, só subsistirá o direito de com participação nos resultados da exploração, entendendo-se por proprietário, para esse efeito, o conjunto dos condôminos.



**Art. 149.** As empresas ou particulares que estiverem realizando o aproveitamento de quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica, para quaisquer fins, são obrigados a manifestá-lo dentro do prazo de seis meses, contados da data da publicação deste Código e na forma seguinte:

**I** - Terão de produzir, cada qual por si, uma justificação, no juízo do Foro, da situação da usina, com assistência do órgão do Ministério Público, consistindo dita justificação na prova da existência e característicos da usina, por testemunhas de fé, e da existência, natureza e extensão de seus direitos sobre a queda d'água utilizada, por documento com eficiência probatória, devendo entregar-se à parte dos autos independentemente de traslado;

**II** - Terão que apresentar ao Governo Federal a justificação judicial de que trata o número I e mais os dados sobre os característicos técnicos da queda d'água e usina de que se ocupam as alíneas seguintes:

\* V. arts. 139, § 1º; 146, parágrafo único;

**a)** Estado, Comarca, Município, Distrito e denominação do rio, da queda, do local e usina;

**b)** um breve histórico da fundação da usina desde o início da sua exploração;

**c)** breve descrição das instalações e obras de arte destinadas à geração, transmissão, transformação e distribuição da energia;

**d)** fins a que se destina a energia produzida;

**e)** constituição da empresa, capital social, administração, contratos para fornecimento de energia e respectivas tarifas.

§ 1.º Só serão considerados aproveitamentos já existentes e instalados, para os efeitos deste Código, os que forem manifestados ao Poder Público na forma e prazo prescritos neste **artigo**.

§ 2.º Somente os interessados que satisfizerem dentro do prazo legal as exigências deste **artigo** poderão prosseguir na exploração industrial da energia hidráulica independentemente de autorização ou concessão na forma deste Código.

## **TITULO II**

### **Capítulo I**

#### **Concessões**

**Art. 150.** As concessões serão outorgadas por decreto do Presidente da República, referendado pelo Ministro da Agricultura.

**Art. 151.** Para executar os trabalhos definidos no contrato, bem como para explorar a concessão, o concessionário terá, além das regalias e favores constantes das leis fiscais e especiais, os seguintes direitos:

**a)** utilizar os terrenos de domínio público e estabelecer as servidões nos mesmos e através das estradas, caminhos e vias públicas, com sujeição aos regulamentos administrativos;

**b)** desapropriar nos prédios particulares e nas autorizações preexistentes os bens, inclusive as águas particulares sobre que verse a concessão e os direitos que forem necessários, de acordo com a lei que regula a desapropriação por utilidade pública, ficando a seu cargo a liquidação e pagamento das indenizações;

**c)** estabelecer as servidões permanentes ou temporárias exigidas para as obras hidráulicas e para o transporte em distribuição da energia elétrica;

**d)** construir estradas de ferro, rodovias, linhas telefônicas ou telegráficas, sem prejuízo de terceiros, para uso exclusivo da exploração;

**e)** estabelecer linhas de transmissão e de distribuição.

**Art. 152.** As indenizações devidas aos ribeirinhos quanto ao uso das águas, no caso de direitos exercidos, quanto à propriedade das mesmas águas, ou aos proprietários das concessões ou autorizações preexistentes, serão feitas, salvo acordo em sentido contrário, entre os mesmos e os concessionários, em espécie ou em dinheiro, conforme os ribeirinhos ou proprietários preferirem.

§ 1.º Quando as indenizações se fizerem em espécie, serão sob a forma de um quinhão d'água ou de uma quantidade de energia correspondente à água que aproveitavam ou à energia de que dispunham, correndo por conta do concessionário as despesas com as transformações técnicas necessárias para não agravar ou prejudicar os interesses daqueles.

§ 2.º As indenizações devidas aos ribeirinhos quanto ao uso das águas, no caso de direitos não exercidos, serão feitas na forma que for estipulada em regulamento a ser expedido.

**Art. 153.** O concessionário obriga-se:

**a)** a depositar, nos cofres públicos, ao assinar o termo de concessão, em moeda corrente do País, ou em apólices da dívida pública federal, como garantia do implemento das obrigações assumidas, a quantia de vinte mil réis, por quilowatt de potência concedida, sempre que esta potência não exceder a 2.000 kW. Para potência superior a 2.000 kW a caução será de quarenta contos de réis em todos os casos;

**b)** a cumprir todas as exigências da presente lei, das cláusulas contratuais e dos regulamentos administrativos;

**c)** a sujeitar-se a todas as exigências da fiscalização;

**d)** a construir e manter nas proximidades da usina, onde for determinado pelo Serviço de Águas, as instalações necessárias para observações linimétricas e medições de descarga do curso d'água utilizado

**e)** a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios.

\* V. art. 168, item II;

**Art. 154.** As reservas de água e de energia não poderão privar a usina de mais de 30% da energia de que ela disponha.

**Art. 155.** As reservas de água e de energia a que se refere o **artigo** anterior serão entregues aos beneficiários; as de água, na entrada do canal de adução ou na saída do canal de descarga e as de energia, nos bornes da usina.

§ 1.º A energia reservada será paga pela tarifa que estiver em vigor, com abatimento razoável, a juízo do Serviço de Águas do departamento Nacional da Produção Mineral, ouvidas as autoridades administrativas interessadas.

§ 2.º Serão estipuladas nos contratos as condições de exigibilidade das reservas; as hipóteses de não exigência, de exigência e de aviso prévio.

§ 3.º Poderá o concessionário, a seu requerimento, ser autorizado a dispor da energia reservada, por período nunca superior a dois anos, devendo-se-lhe notificar, com seis meses de antecedência, a revogação da autorização dada para tal fim.

§ 4.º Se a notificação de que trata o parágrafo anterior, feita não for, a autorização considera-se renovada por mais dois anos, e assim sucessivamente.

§ 5.º A partilha entre a União, os Estados e os Municípios, da energia reservada será feita pelo Governo da União.

**Art. 156.** A administração pública terá, em qualquer época, o direito de prioridade sobre as disponibilidades do concessionário, pagando pela tarifa que estiver em vigor, sem abatimento algum.

**Art. 157.** As concessões, para produção, transmissão e distribuição da energia hidrelétrica, para quaisquer fins, serão dadas pelo prazo normal de 30 anos.

**Parágrafo Único.** - Excepcionalmente, se as obras e instalações, pelo seu vulto, não comportarem amortização do capital no prazo estipulado neste **artigo**, com o fornecimento de energia por preço razoável, ao consumidor, a juízo do Governo, ouvidos os órgãos técnicos e administrativos competentes, a concessão poderá ser outorgada por prazo superior, não excedente, porém, em hipótese alguma, de 50 anos.

**Art. 158.** O pretendente à concessão deverá requerê-la ao Ministro da Agricultura e fará acompanhar seu requerimento do respectivo projeto, elaborado de conformidade com as instruções estipuladas e instruído com os documentos e

dados exigidos no regulamento a ser expedido sobre a matéria e, especialmente, com referência:

- a) à idoneidade moral, técnica e financeira e à nacionalidade do requerente;
- b) à constituição e sede da pessoa coletiva que for o requerente;
- c) à exata compreensão:
  - 1) do programa e objetivo atual e futuro do requerente;
  - 2) das condições das obras civis e das instalações a realizar;
- d) ao capital atual e futuro a ser empregado na concessão.

**Art. 159.** As minutas dos contratos, de que constarão todas as exigências de ordem técnica serão preparadas pelo Serviço de Águas e por intermédio do Diretor-Geral do departamento Nacional da Produção Mineral submetidas à aprovação do Ministro da Agricultura.

*Parágrafo Único.* - Os projetos apresentados deverão obedecer às prescrições técnicas regulamentares, podendo ser alterados no todo ou em parte, ampliados ou restringidos, em vista da segurança, do aproveitamento racional do curso d'água ou do interesse público.

**Art. 160.** O concessionário obriga-se, na forma estabelecida em lei, e a título de utilização, fiscalização, assistência técnica e estatística a pagar uma quantia proporcional à potência concedida.

\* V. art. 198.

*Parágrafo Único.* - O pagamento dessa quota se fará desde a data que for fixada nos contratos para a conclusão das obras e instalações.

**Art. 161.** As concessões dadas de acordo com a presente lei ficam isentas de impostos federais e de quaisquer impostos estaduais ou municipais, salvo os de consumo, renda e venda mercantis.

**Art. 162.** Nos contratos de concessão figurarão, entre outras, as seguintes cláusulas:

- a) ressalva de direito de terceiros;
- b) prazos para início e execução das obras, prorrogáveis a juízo do Governo;
- c) tabela de preços nos bornes da usina e a cobrar dos consumidores, com diferentes fatores de carga;
- d) obrigação de permitir aos funcionários encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras e demais instalações compreendidas na concessão, bem como o exame de todos os assentamentos, gráficos, quadros e demais documentos preparados pelo concessionário para verificação das

descargas, potências, medidas de rendimentos e das quantidades de energia utilizada na usina ou fornecida, e dos preços e condições de venda aos consumidores.

**Art. 163.** As tarifas de fornecimento da energia serão estabelecidas, exclusivamente, em moeda corrente do País e serão revistas de três em três anos.

**Art. 164.** A concessão poderá ser dada:

a) para o aproveitamento limitado e imediato da energia hidráulica de um trecho de determinado curso d'água ou de todo um determinado curso d'água;

b) para aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um determinado trecho de curso d'água ou de todo um determinado curso d'água;

c) para um conjunto de aproveitamento da energia hidráulica de trechos de diversos cursos d'água, com referência a uma zona em que se pretenda estabelecer um sistema de usinas interconectadas e podendo o aproveitamento imediato ficar restrito a uma parte do plano em causa.

§ 1.º Com referência à alínea c, se outro pretendente solicitar o aproveitamento imediato da parte não utilizada, a preferência para o detentor da concessão, uma vez que não seja evidente a desvantagem pública, se dará, marcado, todavia, o prazo de um a dois anos para iniciar as obras.

§ 2.º desistindo o detentor dessa parte da concessão, será a mesma dada ao novo pretendente para o aproveitamento com o plano próprio.

§ 3.º Se este não iniciar as obras dentro do referido prazo, voltará àquele o privilégio integral conferido.

**Art. 165.** Findo o prazo das concessões reverterem para a União, para os Estados ou para os Municípios, conforme o domínio a que estiver sujeito o curso d'água, todas as obras de captação, de regularização e de derivação, principais e acessórias, os canais adutores d'água, os condutos forçados e canais de descarga e de fuga, bem como a maquinaria para a produção e transformação da energia e linhas de transmissão e distribuição.

*Parágrafo Único.* - Quando o aproveitamento da energia hidráulica se destinar a serviços públicos federais, estaduais ou municipais, as obras e instalações de que trata o presente **artigo** reverterão:

a) para a União, tratando-se de serviços públicos federais, qualquer que seja o proprietário da fonte de energia utilizada;

b) para o Estado, tratando-se de serviços estaduais, em rios que não sejam do domínio federal, caso em que reverterão à União;

c) para o Município, tratando-se de serviços municipais ou particulares, em rios que não sejam do domínio da União ou dos Estados.

**Art. 166.** Nos contratos serão estipuladas as condições de reversão, com ou sem indenização.

**Parágrafo Único.** - No caso de reversão com indenização, será esta calculada pelo custo histórico menos a depreciação, e com dedução da amortização já efetuada, quando houver.

**Art. 167.** Em qualquer tempo ou em épocas que ficarem determinadas no contrato, poderá a União encampar a concessão, quando interesses públicos relevantes o exigirem, mediante indenização prévia.

**Parágrafo Único.** - A indenização será fixada sobre a base do capital que efetivamente se gastou, menos a depreciação e com dedução da amortização já efetuada, quando houver.

**Art. 168.** As concessões deverão caducar obrigatoriamente, declarada a caducidade por decreto do Governo Federal:

I - Se, em qualquer tempo, se vier a verificar que já não existe a condição exigida no **art. 195**.

II - Se o concessionário reincidir em utilizar uma descarga superior a que tiver direito, desde que essa infração prejudique as quantidades de água reservadas na conformidade dos arts. 143 e 153, letra *e*.

III - Se, no caso de serviços de utilidade pública, forem os serviços interrompidos por mais de setenta e duas horas consecutivas, salvo motivo de força maior, a juízo do Governo Federal.

**Art. 169.** As concessões decretadas caducas serão reguladas na seguinte forma:

I - No caso de produção de energia elétrica destinada ao comércio de energia, o Governo Federal, por si ou terceiro, substituirá o concessionário até o termo da concessão, perdendo o dito concessionário todos os seus bens, relativos ao aproveitamento concedido e à exploração da energia, independentemente de qualquer procedimento judicial sem indenização de espécie alguma.

II - No caso de produção de energia elétrica destinada a indústrias do próprio concessionário, ficará este obrigado a restabelecer a situação do curso d'água, anterior ao aproveitamento concedido, se isso for julgado conveniente pelo Governo.

## Capítulo II

### Autorizações

**Art. 170.** A autorização não confere delegação de poder público ao permissionário.

**Art. 171.** As autorizações são outorgadas por ato do Ministro da Agricultura.

\* V. art. 148, parágrafo único;

§ 1.º O requerimento de autorização deverá ser instruído com documentos e dados exigidos no regulamento a ser expedido sobre a matéria e, especialmente, com referência:

a) à idoneidade moral, técnica e financeira e à nacionalidade do requerente se for pessoa física;

b) à constituição da pessoa coletiva que for o requerente;

c) à exata compreensão do programa e objetivo atual e futuro do requerente;

d) às condições técnicas das obras civis e das instalações a realizar;

e) ao capital atual e futuro a ser empregado;

f) aos direitos de ribeirividade, ou ao direito de dispor livremente dos terrenos, nos quais serão executadas as obras;

g) aos elementos seguintes: potência, nome do curso d'água, distrito, município, Estado, modificações resultantes para o regime do curso, descarga máxima derivada e duração da autorização.

**Art. 172.** A autorização será outorgada por um período máximo de trinta anos, podendo ser renovada por prazo igual ou inferior:

a) por ato expreso do Ministro da Agricultura, dentro dos cinco anos que precedem à terminação da duração concedida e mediante petição do permissionário;

b) de pleno direito, se um ano, no mínimo, antes da expiração do prazo concedido, o poder público não notificar o permissionário de sua intenção de não a conceder.

**Art. 173.** Toda cessão total ou parcial da autorização, toda mudança de permissionário, não sendo o caso de vendas judiciais, deve ser comunicada ao Ministério da Agricultura, para que este dê ou recuse seu assentimento.

*Parágrafo Único.* - A recusa de assentimento só se verificará quando o pretendente seja incapaz de tirar da queda de que é ribeirinho um partido conforme com o interesse geral.

**Art. 174.** Não sendo renovada a autorização, o Governo poderá exigir o abandono, em seu proveito, mediante indenização, das obras de barragem e complementares edificadas no leito do curso e sobre as margens, se isto for julgado conveniente pelo mesmo Governo.

§ 1.º Não caberá ao permissionário a indenização de que trata esse **artigo**, se as obras tiverem sido estabelecidas sobre terrenos do domínio público.

§ 2.º Se o Governo não fizer uso dessa faculdade, o permissionário será obrigado a restabelecer o livre escoamento das águas.

**Art. 175.** A autorização pode transformar-se em concessão, quando, em virtude da mudança de seu objeto principal, ou do aumento da potência utilizada, incida nos dispositivos do **art.** 140.

**Art. 176.** Não poderá ser imposto ao permissionário outro encargo pecuniário ou *in natura* que não seja uma quota correspondente a 50% (cinquenta por cento) da que caberia a uma concessão de potência equivalente.

\* V. art. 198.

**Art. 17.7.** A autorização incorrerá em caducidade, nos termos do regulamento que for expedido:

- a) pelo não cumprimento das disposições estipuladas;
- b) pela inobservância dos prazos estatuídos;
- c) por alteração, não autorizada, dos planos aprovados para o conjunto das obras e instalações.

### Capítulo III Fiscalização

“**Art. 178.** No desempenho das atribuições que lhe são conferidas, a Divisão de Águas do departamento Nacional de Produção Mineral fiscalizará a produção, a transmissão, a transformação e a distribuição de energia hidrelétrica, com tríplice objetivo de:

- a) assegurar serviço adequado;
- b) fixar tarifas razoáveis;

\* V. art. 180.

- c) garantir a estabilidade financeira das empresas.

\* V. art. 181.

**Parágrafo Único.** - Para a realização de tais fins, exercerá a fiscalização da contabilidade das empresas.”

\* V. art. 183.

**Art. 179.** Quanto ao serviço adequado a que se refere a alínea *a* do **artigo** precedente, resolverá a administração, sobre:

\* V. art. 183.

- a) qualidade e quantidade do serviço;
- b) extensões;
- c) melhoramentos e renovações das instalações;
- d) processos mais econômicos de operação.

§ 1.º A Divisão de Águas representará ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica sobre a necessidade de troca de serviço - interconexão - entre duas ou mais empresas, sempre que o interesse público o exigir.

§ 2.º Compete ao CNAEE, mediante a representação de que trata o parágrafo anterior ou por iniciativa própria:



a) resolver sobre interconexão;

b) determinar as condições de ordem técnica ou administrativa e a compensação com que a mesma troca de serviços deverá ser feita.”

**Art. 180.** Quanto às tarifas razoáveis, alínea *b*, do **art.** 178 o Serviço de Águas fixará, trienalmente, as mesmas:

\* V. art. 183.

I - sob a forma do serviço pelo custo, levando-se em conta:

a) todas as despesas de operações, impostos e taxas de qualquer natureza, lançadas sobre a empresa, excluídas as taxas de benefício;

b) as reservas para a depreciação;

c) a remuneração do capital da empresa;

II - tendo em consideração, no avaliar a propriedade, o custo histórico, isto é, o capital efetivamente gasto menos a depreciação;

III - conferindo justa remuneração a esse capital;

IV - vedando estabelecer distinção entre consumidores dentro da mesma classificação e nas mesmas condições de utilização do serviço;

V - tendo em conta as despesas de custeio fixadas anualmente de modo semelhante.

**Art. 181.** Relativamente à estabilidade financeira de que cogita a alínea *c* do **art.** 178, além da garantia do lucro razoável indicado no **artigo** anterior, aprovará e fiscalizará especialmente a emissão de títulos.

\* V. art. 183.

**Parágrafo Único.** - Só é permitida essa emissão, qualquer que seja a espécie de título, para:

a) aquisição de propriedade;

b) a construção, complemento, extensão ou melhoramento das instalações, sistemas de distribuição ou outras utilidades com essas condizendo;

c) o melhoramento na manutenção do serviço;

d) descarregar ou refundir obrigações legais;

e) o reembolso do dinheiro da renda efetivamente gasto para os fins acima indicados.

**Art. 182.** Relativamente à fiscalização da contabilidade das empresas, a Divisão de Águas:

a) verificará, utilizando-se dos meios que lhe são facultados no **artigo** seguinte, se é feita de acordo com as normas regulamentares baixadas por decreto;

**b)** poderá proceder semestralmente, com aprovação do Ministro da Agricultura, à tomada de contas das empresas.

*Parágrafo Único.* - Os dispositivos alterados estendem-se igualmente à energia termelétrica e as empresas respectivas, no que lhes forem aplicáveis.”

**Art. 183.** Para o exercício das atribuições conferidas ao Serviço de Águas, pelos arts. 178 a 181, seus parágrafos, números e alíneas, as empresas são obrigadas:

**a)** à apresentação do relatório anual, acompanhado da lista de seus acionistas com o número de ações que cada um possui e da indicação do número e nomes de seus diretores e administradores;

**b)** à indicação do quadro do seu pessoal;

**c)** à indicação das modificações que ocorram quanto à sua sede, quanto à lista e à indicação de que trata a alínea *a*, e quanto às atribuições de seus diretores e administradores.

*Parágrafo Único.* - Os funcionários do Serviço de Águas, por este devidamente autorizados, terão entrada nas usinas, subestações e estabelecimentos das empresas e poderão examinar as peças de contabilidade e todo documento administrativo ou comercial.

**Art. 184.** A ação fiscalizadora do Serviço de Águas estende-se:

**a)** a todos os contratos ou acordos, entre as empresas de operação e seus associados, quaisquer que estes sejam, destinem-se os mesmos contratos ou acordos à direção, gerência, engenharia, contabilidade, consulta, compra, suprimentos, construções, empréstimos, venda de ações ou mercadorias, ou a fins semelhantes;

**b)** a todos os contratos ou acordos relativos à aquisição das empresas, de operação pelas empresas de controle de qualquer gênero, ou por outras empresas.

§ 1.º Esses contratos ficam debaixo de sua jurisdição para impedir lucros que não sejam razoáveis, sendo examinado cada contrato como um item separado, e não podendo se tornar efetivo sem sua aprovação.

§ 2.º Entre os associados se compreendem as empresas estrangeiras que prestam serviços daquelas espécies, dentro do País.

**Art. 185.** Consideram-se associados para os efeitos do **artigo** precedente:

**a)** todas as pessoas ou corporações que possuam direta ou indiretamente ações com direito a voto, da empresa de operação;

**b)** as que conjuntamente com a empresa de operação fazem parte direta ou indiretamente de uma mesma empresa de controle;

**c)** as que têm diretores comuns;

d) as que contratarem serviço de administração, engenharia, contabilidade, consulta, compras, etc.

**Art. 186.** A aprovação do Governo aos contratos não poderá ser dada na ausência de prova satisfatória do custo do serviço do associado.

**Art. 187.** Na ausência da prova satisfatória, de que trata o **artigo** anterior, a despesa proveniente do contrato não será levada em conta em um processo de tarifas.

*Parágrafo Único.* - O Governo pode retirar uma aprovação previamente dada, se, em virtude de consideração ulterior, se convencer de que o custo do serviço não era razoável.

**Art. 188.** Em qualquer processo perante o Serviço de Águas do departamento Nacional da Produção Mineral, o ônus da prova recai sobre a empresa de operações, para mostrar o custo de serviço do associado.

#### Capítulo IV

##### Penalidades

**Art. 189.** Os concessionários ficam sujeitos a multa, por não cumprirem os deveres que lhes são prescritos pelo presente Código, e às constantes dos respectivos contratos.

§ 1.º As multas poderão ser impostas pelo Serviço de Águas até 20:000\$000 e o dobro na reincidência, nos termos dos regulamentos que expedir.

§ 2.º As disposições acima não eximem as empresas e seus agentes de qualquer categoria, das sanções das leis penais que couberem.

**Art. 190.** Para apuração de qualquer responsabilidade por ação ou omissão referida no **artigo** anterior e seus parágrafos, poderá a repartição federal fiscalizadora proceder e preparar inquéritos e diligências, requisitando, quando lhe parecer necessário, a intervenção do Ministério Público.

§ 1.º As multas serão cobradas por ação executiva no Juízo competente.

§ 2.º Cabe à repartição federal fiscalizadora acompanhar, por seu representante, os processos crimes que forem intentados pelo Ministério Público.

### Título III

#### Capítulo Único

*Competência dos Estados para autorizar ou conceder o aproveitamento industrial das quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica*

**Art. 191.** A União transferirá aos Estados as atribuições que lhe são conferidas neste Código, para autorizar ou conceder o aproveitamento industrial das quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica, mediante condições estabelecidas no presente capítulo.

\* V. art. 194;

**Art. 192.** A transferência de que trata o **artigo** anterior terá lugar quando o Estado interessado possuir um serviço técnico-administrativo a que sejam afetos os assuntos concernentes ao estudo e avaliação do potencial hidráulico, seu aproveitamento industrial, inclusive transformação em energia elétrica e sua exploração, com a seguinte organização:

\* V. art. 63.

**a)** seção técnica de estudos de regime de cursos d'água e avaliação do respectivo potencial hidráulico;

**b)** seção de fiscalização, concessões e cadastro, sob a chefia de um profissional competente e com o pessoal necessário às exigências do serviço.

§ 1.º Os serviços, de que trata este **artigo**, serão confiados a profissionais especializados.

§ 2.º O Estado proverá o serviço dos recursos financeiros indispensáveis ao seu eficiente funcionamento.

§ 3.º Organizado e provido que seja o serviço e a requerimento do Governo do Estado, o Governo Federal expedirá o ato de transferência, ouvido o departamento Nacional da Produção Mineral, que pelo seu órgão competente, terá de se pronunciar, após verificação, sobre o cumprimento dado pelo Estado às exigências deste Código.

**Art. 193.** Os Estados exercerão, dentro dos respectivos territórios, as atribuições que lhes forem conferidas, de acordo com as disposições deste Código e com relação a todas as fontes de energia hidráulica, excetuadas as seguintes:

\* V. art. 63.

**a)** as existentes em cursos do domínio da União;

**b)** as de potência superior a (10.000) dez mil quilowatts;

**c)** as que, por sua situação geográfica, possam interessar a mais de um Estado, a juízo do Governo Federal;

**d)** aquelas cujo racional aproveitamento exigir trabalhos de regularização ou acumulação, interessando a mais de um Estado.

§ 1.º As autorizações e concessões feitas pelos Estados devem ser comunicadas ao Governo Federal por ocasião da publicação dos respectivos atos e só serão válidos os respectivos títulos, depois de transcritos nos registros a cargo do Serviço de Águas.

§ 2.º As autorizações e concessões estaduais feitas com inobservância dos dispositivos deste Código, são nulas de pleno direito, não sendo registrados os respectivos títulos.

**Art. 194.** Os Estados perderão o direito de exercer as atribuições que lhe são transferidas pelo **art.** 191 quando, por qualquer motivo, não mantiverem

devidamente organizados, a juízo do Governo Federal, os serviços discriminados no presente Título.

\* V. art. 63.

## TÍTULO IV

### Capítulo I

Disposições gerais

**Art. 195.** As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou empresas organizadas no Brasil.

\* V. art. 139, § 4º; V. art. 168, item I;

§ 1.º As empresas a que se refere este **artigo** deverão constituir suas administrações com maioria de diretores brasileiros, residentes no Brasil, ou delegar poderes de gerência exclusivamente a brasileiros

\* V. art. 203, letra “a”;

§ 2.º deverão essas empresas manter nos seus serviços, no mínimo, dois terços de engenheiros e três quartos de operários brasileiros.

§ 3.º Se, fora dos centros escolares, mantiverem mais de cinquenta operários, com existência, entre os mesmos e seus filhos, de, pelo menos, dez analfabetos, serão obrigadas a lhes proporcionar ensino primário gratuito.

**Art. 196.** Nos estudos dos traçados de estradas de ferro e de rodagem, nos trechos em que elas se desenvolvem ao longo das margens de um curso d'água, será sempre levado em consideração o aproveitamento da energia desse curso e será adotado, dentre os traçados possíveis, sob o ponto de vista econômico, o mais vantajoso a esse aproveitamento.

**Art. 197.** A exportação de energia hidrelétrica ou a derivação de águas para o estrangeiro, só poderão ser feitas mediante acordo internacional, ouvido o Ministério da Agricultura.

**Art. 198.** Toda a vez que o permissionário ou o concessionário do aproveitamento industrial de uma queda d'água não for o respectivo proprietário (pessoa física ou jurídica, Município ou Estado), a este caberá metade das quotas de que tratam os arts. 160 e 176, cabendo a outra metade ao Governo Federal.

**Art. 199.** Em lei especial será regulada a nacionalização progressiva das quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da Nação.

*Parágrafo Único.* - Nas concessões para o aproveitamento das quedas das d'água de propriedade privada, para serviços públicos federais estaduais e municipais, ao custo histórico das instalações deverá ser adicionado o da queda d'água, para o efeito de reversão com ou sem indenização.

**Art. 200.** Será criado um Conselho Federal de forças hidráulicas e energia elétrica, a que incumbirá:

a) o exame das questões relativas ao racional aproveitamento do potencial hidráulico do país;

b) o estudo dos assuntos pertinentes à indústria da energia elétrica e sua exploração;

c) a resolução, em grau de recurso, das questões suscitadas entre a administração, os contratantes ou concessionários de serviços públicos e os consumidores.

*Parágrafo Único.* - Em lei especial serão reguladas a composição, o funcionamento e a competência desse Conselho.

**Art. 201.** A fim de prover ao exercício, conservação e defesa de seus direitos, podem-se reunir em consórcio todos os que têm interesse comum na derivação e uso da água.

§ 1.º A formação, constituição e funcionamento do consórcio obedecerão às normas gerais consagradas pelo Ministério da Agricultura sobre a matéria.

§ 2.º Podem os consórcios ser formados coativamente, pela administração pública, nos casos e termos que forem previstos em lei especial.

## Capítulo II

### Disposições transitórias

**Art. 202.** Os particulares ou empresas que na data da publicação deste Código explorarem a indústria da energia hidrelétrica em virtude ou não de contratos, ficarão sujeitos às normas de regulamentação nele consagradas.

§ 1.º dentro do prazo de um ano, contado da publicação deste Código, deverá ser procedida, para o efeito deste **artigo**, a revisão dos contratos existentes.

§ 2.º As empresas que explorarem a indústria da energia hidrelétrica sem contrato, porque haja terminado o prazo e não tenha havido reversão, ou por qualquer outro motivo, deverão fazer contrato, por prazo não excedente de trinta anos, a juízo do Governo, obedecendo-se, na formação do mesmo, às normas consagradas neste Código.

§ 3.º Enquanto não for procedida à revisão dos contratos existentes ou não forem firmados os contratos de que trata este **artigo**, as empresas respectivas não gozarão de nenhum dos favores previstos neste Código, não poderão fazer ampliações ou modificações em suas instalações, nenhum aumento nos preços, nem novos contratos de fornecimento de energia.

**Art. 203.** As atuais empresas concessionárias ou contratantes, sob qualquer título de exploração de energia elétrica para fornecimento a serviços públicos federais, estaduais ou municipais, deverão:

a) constituir suas administrações na forma prevista no § 1º, do **art.** 195;

**b)** conferir, quando estrangeiros, poderes de representação a brasileiros em maioria, com faculdade de subestabelecimento exclusivamente a nacionais.

*Parágrafo Único.* - As disposições deste **artigo** aplicam-se aos atuais contratantes e concessionários, ficando impedidas de funcionar no Brasil as empresas ou companhias nacionais ou estrangeiras que, dentro de noventa dias, após a promulgação da Constituição, não cumprirem as obrigações acima prescritas.

**Art. 204.** Fica o Governo autorizado a desdobrar a Seção de Legislação, Fiscalização e Concessões do Serviço de Águas do departamento Nacional da Produção Mineral, a aumentar seu pessoal técnico e administrativo, de acordo com as necessidades do Serviço, e a abrir os créditos necessários à execução deste Código.

**Art. 205.** Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1934, 113º da Independência e 46º da República.

Getúlio Vargas

Juarez do Nascimento Fernandes Távora

Francisco Antunes Maciel

Protógenes Guimarães

Joaquim Pedro Salgado Filho

Oswaldo Aranha

José Américo de Almeida

P. Góes Monteiro

Washington F. Pires

Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda

DOU 24.07.34

## LEI N.º 6.938 - DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1.º** Esta Lei, com fundamento no **artigo 8º**, item XVII, alíneas “c”, “h” e “i”, da Constituição Federal, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e a aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente e institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de defesa Ambiental.

### Da Política Nacional do Meio Ambiente

**Art. 2.º** A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

**I** - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

**II** - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; e largura;

**III** - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

**IV** - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

**V** - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; (duzentos) metros;

**VI** - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso nacional e a proteção dos recursos ambientais;

**VII** - recuperação de áreas degradadas;

**IX** - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

**X** - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

**Art. 3.º** Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:



**I - meio ambiente:** o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

**II - degradação da qualidade ambiental:** a alteração adversa das características do meio ambiente;

**III - poluição:** a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indireta:

**a)** prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

**b)** criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

**c)** afetem desfavoravelmente a biota;

**d)** afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

**e)** lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

**IV - poluidor:** a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

**V - recursos ambientais:** a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera.

#### Dos Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente

**Art. 4.º** A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

**I** - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

**II** - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

**III** - ao estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

**IV** - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

**V** - à difusão de tecnologias de manejo ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

**VI** - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, correndo para manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

**VII** - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

**Art. 5.º** As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formulados em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governo da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no **artigo 2º** desta Lei.

*Parágrafo Único.* - As atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

#### Do Sistema Nacional do meio Ambiente

**Art. 6.º** Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos Municípios, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

**I** - Órgão Superior: o Conselho Nacional do meio Ambiente - CONAMA, com a função de assistir o Presidente da República na formulação de diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente;

**II** - Órgão Central: a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, do Ministério do Interior, à qual cabe promover, disciplinar e avaliar a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente;

**III** - Órgãos Setoriais: os órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Federal Direta ou Indireta, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, cujas atividades estejam, total ou parcialmente, associados às de preservação da qualidade ambiental ou de disciplinamento do uso de recursos ambientais.

**IV** - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e de controle e fiscalização das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental;

**V** - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas ruas respectivas áreas de jurisdição.

§ 1.º Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA.

§ 2.º Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar as normas mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3.º Os órgãos central, setoriais, seccionais e locais mencionados neste **artigo** deverão fornecer os resultados das análises efetuadas e sua fundamentação, quando solicitados por pessoa legitimamente interessada.

§ 4.º de acordo com a legislação em vigor, é o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação de apoio técnico e científico às atividades da SEAMA.

#### Do Conselho Nacional do Meio Ambiente

**Art. 7.º** E criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, cuja composição, organização, competência e funcionamento serão estabelecidos, em regulamento, pelo Poder Executivo.

*Parágrafo Único.* - Integrarão, também, o CONAMA:

**a)** representantes dos Governos dos Estados, indicados de acordo com o estabelecido em regulamento, podendo ser adotado, um critério de delegação por regiões, com indicação alternativa do representante comum, garantida sempre a participação de um representante dos Estados em cujo território haja área crítica de poluição, assim considerada por decreto federal;

**b)** Presidentes das Confederações Nacionais da Indústria, da Agricultura e do Comércio, bem como das Confederações Nacionais dos Trabalhadores na Indústria, na Agricultura e no Comércio.

**c)** Presidentes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza;

**d)** 2 (dois) representantes de Associações legalmente constituídas para a defesa dos recursos naturais e de combate à poluição, a serem nomeados pelo Presidente da República.

**Art. 8.º** Incluir-se-ão entre as competências do CONAMA:

**I** - estabelecer, mediante proposta da SEMA, normas e critérios para licenciamento de atividades afetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pela SEMA;

**II** - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis conseqüentes ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a entidade privadas, as informações indispensáveis ao exame da matéria;

**III** - decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, mediante depósito prévio sobre as multas e outras penalidades impostas pela SEMA;

**IV** - homologar acordos visando à transformação de penalidades punitivas na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental (vetado);

**V** - determinar, mediante representação da SEMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimento oficiais de crédito;

**VI** - estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes;

**VII** - estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

Dos Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente

**Art. 9.º** São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

**I** - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

**II** - o zoneamento ambiental;

**III** - a avaliação de impactos ambientais;

**IV** - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

**V** - os incentivos à produção e instalação de equipamento e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

**VI** - a criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico, pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal;

**VII** - O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;

**VIII** - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e instrumentos de defesa ambiental;

**IX** - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção de degradação ambiental.

**Art. 10.** A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

§ 1.º Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial do Estado, bem como em um periódico regional ou local de grande circulação.

§ 2.º Nos casos e prazos previstos em resolução do CONAMA, o licenciamento de que trata este **artigo** dependerá de homologação da SEAMA.

§ 3.º O órgão estadual do meio ambiente e a SEAMA, esta em caráter supletivo, poderão, se necessário e sem prejuízo das penalidades pecuniárias cabíveis, determinar a redução das atividades geradoras de poluição, para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dentro das condições e limites estipulados no licenciamento concedido.

§ 4.º Caberá exclusivamente ao Poder Executivo Federal, ouvidos os Governos Estadual e Municipal interessados, o licenciamento previsto no “caput” deste **artigo** quando relativo a pólos petroquímicos, bem como a instalações nucleares e outras definidas em lei.

**Art. 11.** Compete à SEMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no **artigo** anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.

§ 1.º A fiscalização e o controle da aplicação de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental serão exercidos pela SEMA, em caráter supletivo da atuação do órgão estadual e municipal competentes.

§ 2.º Inclui-se na competência da fiscalização e controle a análise de projetos de entidades, públicas ou privadas, objetivando à preservação ou à recuperação de recursos ambientais, afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores.

**Art. 12.** As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma desta Lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA.

*Parágrafo Único.* - As entidades e órgãos referidos no “caput” deste **artigo** deverão fazer constar dos projetos a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação ambiental e à melhoria da qualidade do meio ambiente.

**Art. 13.** O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas para o meio ambiente, visando:

I - ao desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;

II - à fabricação de equipamento antipoluidores;

III - a outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais.

*Parágrafo Único.* - Os órgãos, entidades e programas do Poder Público, destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas, considerarão, entre as suas metas prioritárias, o apoio aos projetos em que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica.

**Art. 14.** Sem prejuízo das penalidades pela legislação federal, estadual e municipal, o não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN's, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios;

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

§ 1.º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste **artigo**, é o poluidor obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, efetuados por sua atividade. O competência Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente.

§ 2.º No caso da omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste **artigo**.

§ 3.º Nos casos previstos nos incisos II e III deste **artigo**, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira, cumprindo resolução do CONAMA.

§ 4.º Nos casos de poluição provocada pelo derramamento ou lançamento de detritos ou óleo em águas brasileiras, por embarcações e terminais marítimos ou fluviais, prevalecerá o disposto na Lei nº 5.357, de 17 de Novembro de 1967.

**Art. 15.** É da competência exclusiva do Presidente da República a suspensão prevista no inciso IV do **artigo** por anterior por prazo superior a 30 (trinta) dias.

§ 1.º O Ministro de Estado do Interior, mediante proposta do Secretário do Meio Ambiente e/ou por provocação dos Governos locais, poderá suspender as atividades referidas neste **artigo** por prazo não excedente a 30 (trinta) dias.

§ 2.º Da decisão proferida com base no parágrafo anterior caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, para o Presidente da República.

**Art. 16.** Os Governantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios poderão adotar medidas de emergência, visando a reduzir, nos limites necessários, ou paralisar, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias, as atividades poluidoras.

*Parágrafo Único.* - Da decisão proferida com base neste **artigo**, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, ao Ministro do interior.

**Art. 17.** É instituído sob a administração da SEMA, o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que dediquem à consultoria técnica sobre problemas ecológicos ou ambientais à consultoria técnica sobre problemas ecológicos ou ambientais e à indústria ou comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

**Art. 18.** São transformadas em reservas ou estações ecológicas, sob a responsabilidade da SEMA, as florestas e as demais formas de vegetação natural de preservação permanente, relacionadas no **artigo 2º** da Lei nº 4.771, de 15 de Setembro de 1995 - Código Florestal, e os pousos das aves de arribação protegidas por convênios, acordos ou tratados assinados pelo Brasil com outras nações.

*Parágrafo Único.* - As pessoas físicas ou jurídicas que, de qualquer modo, degradarem reservas ou estações ecológicas, bem como outras áreas declaradas como relevante interesse ecológico, estão sujeitas às penalidades previstas no **artigo 14** desta Lei.

**Art. 19.** (Vetado).

**Art. 20.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 21.** Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO B. FIGUEIREDO, Presidente da República; Mário David Andrezza.

Publicado no Diário Oficial de 02.09.1981.

## RESOLUÇÃO CONAMA N.º 20, DE 18 DE JUNHO DE 1986

Estabelece a classificação das águas doces, salobras e salinas no Território Nacional

Publicado no D.O.U. de 30/7 /86.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA,

no uso das atribuições que lhe confere o **Art. 7º**, inciso IX, do decreto 88.351, de 1º de junho de 1983, e o que estabelece a RESOLUÇÃO CONAMA N.º 003, de 5 de junho de 1984;

Considerando ser a classificação das águas doces, salobras e salinas essencial à defesa de seus níveis de qualidade, avaliados por parâmetros e indicadores específicos, de modo a assegurar seus usos preponderantes;

Considerando que os custos do controle de poluição podem ser melhor adequados quando os níveis de qualidade exigidos, para um determinado corpo d'água ou seus diferentes trechos, estão de acordo com os usos que se pretende dar aos mesmos;

Considerando que o enquadramento dos corpos d'água deve estar baseado não necessariamente no seu estado atual, mas nos níveis de qualidade que deveriam possuir para atender às necessidades da comunidade;

Considerando que a saúde e o bem-estar humano, bem como o equilíbrio ecológico aquático, não devem ser afetados como consequência da deterioração da qualidade das águas;

Considerando a necessidade de se criar instrumentos para avaliar a evolução da qualidade das águas, em relação aos níveis estabelecidos no enquadramento, de forma a facilitar a fixação e controle de metas visando atingir gradativamente os objetivos permanentes;

Considerando a necessidade de reformular a classificação existente, para melhor distribuir os usos, contemplar as águas salinas e salobras e melhor especificar os parâmetros e limites associados aos níveis de qualidade requeridos, sem prejuízo de posterior aperfeiçoamento ;

RESOLVE estabelecer a seguinte classificação das águas, doces, salobras e salinas do Território Nacional:

**Art. 1.º** São classificadas, segundo seus usos preponderantes, em nove classes, as águas doces, salobras e salinas do Território Nacional :

### ÁGUAS DOCES

I - Classe Especial - águas destinadas:

- a) ao abastecimento doméstico sem prévia ou com simples desinfecção.
- b) à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas.

II - Classe 1 - águas destinadas:



- a)** ao abastecimento doméstico após tratamento simplificado;
- b)** à proteção das comunidades aquáticas;
- c)** à recreação de contato primário (natação, esqui aquático e mergulho);
- d)** à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao Solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película.
- e)** à criação natural e/ou intensiva (aquicultura) de espécies destinadas à alimentação humana.

**III - Classe 2 - águas destinadas:**

- a)** ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional;
- b)** à proteção das comunidades aquáticas;
- c)** à recreação de contato primário (esqui aquático, natação e mergulho) ;
- d)** à irrigação de hortaliças e plantas frutíferas;
- e)** à criação natural e/ou intensiva (aquicultura) de espécies destinadas à alimentação humana.

**IV - Classe 3 - águas destinadas:**

- a)** ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional;
- b)** à irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras;
- c)** à dessedentação de animais.

**V - Classe 4 - águas destinadas:**

- a)** à navegação;
- b)** à harmonia paisagística;
- c)** aos usos menos exigentes.

### ÁGUAS SALINAS

**VI - Classe 5 - águas destinadas:**

- a)** à recreação de contato primário;
- b)** à proteção das comunidades aquáticas;
- c)** à criação natural e/ou intensiva (aquicultura) de espécies destinadas à alimentação humana.

**VII - Classe 6 - águas destinadas:**

- a)** à navegação comercial;
- b)** à harmonia paisagística;
- c)** à recreação de contato secundário.

### ÁGUAS SALOBRAS

**VIII - Classe 7 - águas destinadas:**

- a) à recreação de contato primário;
- b) à proteção das comunidades aquáticas;
- c) à criação natural e/ou intensiva (aquicultura) de espécies destinadas à alimentação humana.

**IX - Classe 8 - águas destinadas:**

- a) à navegação comercial;
- b) à harmonia paisagística;
- c) à recreação de contato secundário

**Art. 2.º** Para efeito desta resolução são adotadas as seguintes definições.

a) **CLASSIFICAÇÃO**: qualificação das águas doces, salobras e salinas com base nos usos preponderantes (sistema de classes de qualidade).

b) **ENQUADRAMENTO**: estabelecimento do nível de qualidade (classe) a ser alcançado e/ou mantido em um segmento de corpo d'água ao longo do tempo.

c) **CONDIÇÃO**: qualificação do nível de qualidade apresentado por um segmento de corpo d'água, num determinado momento, em termos dos usos possíveis com segurança adequada.

d) **EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO**: conjunto de medidas necessárias para colocar e/ou manter a condição de um segmento de corpo d'água em correspondência com a sua classe.

e) **ÁGUAS DOCES**: águas com salinidade igual ou inferior a 0,50 ‰.

f) **ÁGUAS SALOBRAS**: águas com salinidade igual ou inferior a 0,5 ‰. e 30 ‰.

g) **ÁGUAS SALINAS**: águas com salinidade igual ou superior a 30 ‰.

**Art. 3.º** Para as águas de Classe Especial, são estabelecidos os limites e/ou condições seguintes:

**COLIFORMES**: para o uso de abastecimento sem prévia desinfecção os coliformes totais deverão estar ausentes em qualquer amostra.

**Art. 4.º** Para as águas de classe 1, são estabelecidos os limites e/ou condições seguintes:

- a) materiais flutuantes, inclusive espumas não naturais: virtualmente ausentes;
- b) óleos e graxas: virtualmente ausentes;
- c) substâncias que comuniquem gosto ou odor: virtualmente ausentes;
- d) corantes artificiais: virtualmente ausentes;

**e)** substâncias que formem depósitos objetáveis: virtualmente ausentes;

**f)** coliformes: para o uso de recreação de contato primário deverá ser obedecido o **Art. 26** desta Resolução. As águas utilizadas para a irrigação de hortaliças ou plantas frutíferas que se desenvolvam rentes ao Solo e que são consumidas cruas, sem remoção de casca ou película, não devem ser poluídas por excrementos humanos, ressaltando-se a necessidade de inspeções sanitárias periódicas.

Para os demais usos, não deverá ser excedido um limite de 200 coliformes fecais por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais colhidas em qualquer mês; no caso de não haver na região meios disponíveis para o exame de coliformes fecais, o índice limite será de 1.000 coliformes totais por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais colhidas em qualquer mês.

**g)** DBO5 dias a 20°C até 3 mg/L O<sub>2</sub>;

1. OD, em qualquer amostra, não inferior a 6 mg/L O<sub>2</sub>;

2. Turbidez até 40 unidades nefelométrica de turbidez (UNT);

**j)** cor: nível de cor natural do corpo de água em mg Pt/L

1. pH: 6,0 a 9,0;

**m)** substâncias potencialmente prejudiciais (teores máximos) :

Composto	concentração máxima
Alumínio:	0,1 mg/L Al
Amônia não ionizável:	0,02 mg/L NH <sub>3</sub> .
Arsênio:	0,05 mg/L As
Bário:	1,0 mg/L Ba.
Berílio:	0,1 mg/L Be
Boro:	0,75 mg/L B
Benzeno :	0,01 mg/L
Benzo-a-pireno:	0,00001 mg/L
Cádmio:	0,001 mg/L Cd
Cianetos:	0,01 mg/L CN
Chumbo:	0,03 mg/L Pb

Cloretos:	250 mg/L Cl
Cloro Residual:	0,01 mg/LCl
Cobalto:	0,2 mg/L Co
Cobre:	0,02 mg/L Cu
Cromo Trivalente:	0,5 mg/L Cr
Cromo Hexavalente:	0,05 mg/L Cr
1,1 dicloroeteno :	0,0003 mg/L
1,2 dicloroetano:	0,01 mg/L
Estanho:	2,0 mg/L Sn
Índice de Fenóis:	0,001 mg/L C <sub>6</sub> H <sub>5</sub> OH
Ferro solúvel:	0,3 mg/L Fe
Fluoretos:	1,4 mg/L F
Fosfato total:	0,025 mg/L P
Lítio:	2,5 mg/L Li
Manganês:	0,1 mg/L Mn
Mercúrio:	0,0002 mg/L Hg
Níquel:	0,025 mg/L Ni
Nitrato:	10 mg/LN
Nitrito:	1,0 mg/L N
Prata:	0,01mg/LAg
Pentaclorofenol:	0,01 mg/L
Selênio:	0,01mg/L Se
Sólidos dissolvidos totais:	500 mg/L
Substâncias tenso-ativas que reagem	0,5 mg/L LAS

com o azul de metileno :	
Sulfatos:	250 mg/L SO <sub>4</sub>
Sulfetos (como H <sub>2</sub> S não dissociado):	0,002 mg/L S
Tetracloroetano:	0,01 mg/L
Tricloroetano:	0,03 mg/L
Tetracloroeto de carbono:	0,003 mg/L
2, 4, 6 triclorofenol:	0,01 mg/L
Urânio total:	0,02 mg/L U
Vanádio:	0,1 mg/L V
Zinco:	0,18 mg/L Zn
Aldrin:	0,01 µg/L
Clordano:	0,04 µg/L
DDT;	0,002 µg/L
Dieldrin:	0,005 µg/L
Endrin:	0,004 µg/L
Endossulfan:	0,056 µg/L
Epóxido de Heptacoloro:	0,01 µg/L
Heptacoloro:	0,01 µg/L
Lindano (gama.BHC)	0,02 µg/L
Metoxicloro:	0,03 µg/L
Dodecacoloro + Nonacoloro :	0,001 µg/L
Bifenilas Policloradas (PCB'S):	0,001 µg/L
Toxafeno:	0,01 µg/L

demeton:	0,1 µg/L
Gution:	0,005 µg/L
Malation:	0,1 µg/L
Paration:	0,04 µg/L
Carbaril:	0,02 µg/L
Compostos organofosforados e carbamatos totais:	10,0 µg/L em Paration
2,4 - D:	4,0 µg/L
2,4,5 - TP:	10,0 µg/L
2,4,5 - T:	2,0 µg/L

**Art. 5.º** Para as águas de Classe 2, são estabelecidos os mesmos limites ou condições da Classe 1, à exceção dos seguintes:

**a)** não será permitida a presença de corantes artificiais que não sejam removíveis por processo de coagulação, sedimentação e filtração convencionais;

**b)** Coliformes: para uso de recreação de contato primário deverá ser obedecido o **Art. 26** desta Resolução. Para os demais usos, não deverá ser excedido uma limite de 1.000 coliformes fecais por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais colhidas em qualquer mês; no caso de não haver, na região, meios disponíveis para o exame de coliformes fecais, o índice limite será de até 5.000 coliformes totais por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais colhidas em qualquer mês;

**c)** Cor: até 75 mg Pt/L

**d)** Turbidez: até 100 UNT;

**e)** DBO 5 dias a 20°C até 5 mg/L O<sub>2</sub>;

**f)** OD, em qualquer amostra, não inferior a 5 mg/L O<sub>2</sub>.

**Art. 6.º** Para as águas de Classe 3 são estabelecidos os limites ou condições seguintes:

**a)** materiais flutuantes, inclusive espumas não naturais: virtualmente ausentes;

**b)** óleos e graxas: virtualmente ausentes;

**c)** substâncias que comuniquem gosto ou odor: virtualmente ausentes;

**d)** não será permitida a presença de corantes artificiais que não sejam removíveis por processo de coagulação, sedimentação e filtração convencionais;

**e)** substâncias que formem depósitos objetáveis: virtualmente ausentes;

**f)** número de coliformes fecais até 4.000 por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais colhidas em qualquer mês; no caso de não haver, na região, meios disponíveis para o exame de coliformes fecais, índice limite será de até 20.000 coliformes totais por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais colhidas em qualquer mês;

**g)** DBO 5 dias a 20°C até 10 mg/ L O<sub>2</sub>;

**h)** OD, em qualquer amostra, não inferior a 4 mg/L O<sub>2</sub>

**i)** Turbidez: até 100 UNT;

**j)** Cor: até 75 mg Pt/ L;

**l)** pH: 6,0 a 9,0

**m)** Substâncias potencialmente prejudiciais (teores máximos) :

<b>Composto</b>	<b>concentração máxima</b>
Alumínio	0, 1 mg/L Al
Arsênio	0,05 mg/L As
Bário	1,0 mg/L Ba
Berílio	0,1 mg/L Be
Boro	0,75 mg/L B
Benzeno	0,01 mg/L
Benzo-a-pireno	0,00001 mg/L
Cádmio	0,01 mg/L Cd
Cianetos	0,2 mg/L CN
Chumbo	0,05 mg/L Pb
Cloretos	250 mg/L Cl
Cobalto	0,2 mg/L Co
Cobre	0,5 mg/L Cu

<b>Composto</b>	<b>concentração máxima</b>
Cromo Trivalente	0,5 mg/L Cr
Cromo Hexavalente	0,05 mg/L Cr
1,1 dicloroetano	0,0003 mg/L
1.2 dicloroetano	0,01 mg/L
Estanho	2,0 mg/L Sn
Índice de Fenóis	0,3 mg/L C <sub>6</sub> H <sub>5</sub> OH
Ferro solúvel	5,0 mg/L Fe
Fluoretos	1,4 mg/L F
Fosfato total	0.025 mg/L P
Lítio	2,5 mg/L Li
Manganês	0,5 mg/L Mn
Mercúrio	0,002 mg/L Hg
Níquel	0,025 mg/L Ni
Nitrato	10 mg/L N
Nitrito	1,0 mg/L N
Nitrogênio amoniacal	1,0 mg/L N
Prata	0,05 mg/L Ag
Pentaclorofenol	0,01 mg/L
Selênio	0,01mg/L Se
Sólidos dissolvidos totais	500 mg/L
Substâncias tenso-ativas que reagem com o azul de metileno	0,5 mg/L LAS
Sulfatos	250 mg/L SO <sub>4</sub>



Sulfatos (como H <sub>2</sub> S não dissociado)	0,3 mg/L S
Tetradoroeteno	0,01 mg/L
Tricloroeteno	0,03 mg/L
Tetradoreto de Carbono	0,003 mg/L
2, 4, 6 triclorofenol	0,01 mg/L
Urânio total	0,02 mg/L U
Vanádio	0,1 mg/L V
Zinco	5,0 mg/L Zn
Aldrin	0,03 µg/L
Clordano	0,3 µg/L
DDT	1,0 µg/L
Dieldrin	0,03 µg/L
Endrin	0,2 µg/L
Endossulfan	150 µg/L
Epóxido de Heptacloro	0,1 µg/L
Heptacloro	0,1 µg/L
Lindano (gama-BHC)	3,0 µg/L
Metoxicloro	30,0 µg/L
Dodecacloro + Nonacloro	0,001 µg/L
Bifenilas Policloradas (PCB'S)	0,001 µg/L
Toxafeno	5,0 µg/L
demeton	14,0 µg/L
Gution	0,005 µg/L

Composto	concentração máxima
Malation	100,0 µg/L
Paration	35,0 µg/L
Carbaril	70,0 µg/L
Compostos organofosforados e carbamatos totais em Paration	100,0 µg/L
2,4 - D	20,0 µg/L
2,4,5 - TP	10,0 µg/L
2,4,5 - T	2,0 µg/L

**Art. 7.º** Para as águas de Classe 4, são estabelecidos os limites ou condições seguintes:

- a) materiais flutuantes, inclusive espumas não naturais: virtualmente ausentes;
- b) odor e aspecto: não objetáveis;
- c) óleos e graxas: toleram-se iridicências;
- d) substâncias facilmente sedimentáveis que contribuam para o assoreamento de canais de navegação: virtualmente ausentes;
- e) índice de fenóis até 1,0 mg/L  $C_6H_5OH$  ;
- f) OD superior a 2,0 mg/1  $O_2$ , em qualquer amostra;
- g) pH: 6 a 9.

#### ÁGUAS SALINAS

**Art. 8.º** Para as águas de Classe 5, são estabelecidos os limites ou condições seguintes:

- a) materiais flutuantes: virtualmente ausentes;
- b) óleos e graxas: virtualmente ausentes;
- c) substâncias que produzem odor e turbidez: virtualmente ausentes;
- d) corantes artificiais: virtualmente ausentes;
- e) substâncias que formem depósitos objetáveis: virtualmente ausentes;
- f) coliformes: para o uso de recreação de contato primário deverá ser obedecido o **Art. 26** desta Resolução. Para o uso de criação natural e/ou intensiva de espécies destinadas à alimentação humana e que serão ingeridas cruas, não deverá ser excedida uma concentração média de 14 coliformes

fecais por 100 mililitros, com não mais de 10% das amostras excedendo 43 coliformes fecais por 100 mililitros. Para os demais usos não deverá ser excedido um limite de 1,000 coliformes fecais por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais colhidas em qualquer mês; no caso de não haver, na região, meios disponíveis para o exame de coliformes totais por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais colhidas em qualquer mês;

**g)** DBO 5 dias a 20°C até 5 mg/L O<sub>2</sub> ;

**h)** OD, em qualquer amostra, não inferior a 6 mg/L O<sub>2</sub> ;

1. pH: 6,5 à 8,5, não devendo haver uma mudança do pH natural maior do que 0,2 unidade;

**j)** substâncias potencialmente prejudiciais (teores máximos) :

<b>Composto</b>	<b>concentração máxima</b>
Alumínio	1,5 mg/L Al
Amônia não ionizável	0,4 mg/L NH <sub>3</sub> .
Arsênio	0,05 mg/L As
Bário	1,0 mg/L Ba
Berílio	1,5 mg/L Be
Boro	5,0 mg/L B
Cádmio	0,005 mg/L Cd
Chumbo	0,01 mg/L Ph
Cianetos	0,005 mg/L CN
Cloro residual	0,01 mg/L Cl
Cobre	0,05 mg/L Cu
Cromo hexavalente	0,05 mg/L Cr
Estanho	2,0 mg/L Sn
Índice de fenóis	0,001 mg/L C <sub>6</sub> H <sub>5</sub> OH
Ferro	0,3 mg/L Fe

Fluoretos	1,4 mg/L F
Manganês	0,1 mg/L Mn
Mercúrio	0,0001 mg/L Hg
Níquel	0,1 mg/L Ni
Nitrato	10,0 mg/L N
Nitrito	1,0 mg/L N
Prata	0,005 mg/L Ag
Selênio	0,01 mg/L Se
Substâncias tensoativas que reagem com o azul de metileno	0,5 mg/L - LAS
Sulfetos com H <sub>2</sub> S	0,002 mg/L S
Tálio	0, 1 mg/L Tl
Urânio Total	0,5 mg/L U
Zinco	0,17 mg/L Zn
Aldrin	0,003 -µg/L
Clordano	0,004 µg/L
DDT	0,001 µg/L
demeton	0,1 µg/L
Dieldrin	0,003 µg/L
Endossulfan	0,034 µg/L
Endrin	0,004 µg/L
Epóxido de Heptacloro	0,001 µg/L
Heptacloro	0,001 µg/L
Metoxicloro	0,03 µg/L

Lindano (gama - BHC)	0,004 µg/L
Dodecacloro + Nonadoro	0,001 µg/L
Gution	0,01 µg/L
Malation	0,1 µg/L
Toxafeno	0,005 µg/L
Compostos organofosforados e carbamatos totais	10,0 µg/L em Paration
2,4 .- D	10,0 µg/L
2, 4, 5 - TP	10,0 µg/L
2, 4, 5 - T	10,0 µg/L

**Art. 9.º** Para as águas de Classe 6, são estabelecidos os limites ou condições seguintes

- a) materiais flutuantes; virtualmente ausentes
- b) óleos e graxas toleram-se iridicências;
- c) substâncias que produzem odor e turbidez virtualmente ausentes;
- d) corantes artificiais virtualmente ausentes;
- e) substâncias que formem depósitos objetáveis virtualmente ausentes;

f) coliformes não deverá ser excedido um limite de 4,000 coliformes fecais por 100 ml em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais colhidas em qualquer mês; no caso de não haver na região meio disponível para o exame de coliformes fecais, o índice limite será de 20.000 coliformes totais por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais colhidas em qualquer mês;

g) DBO5 dias a 20°C até 10 mg/1 O2

h) OD, em qualquer amostra, não inferior a 4 mg/1 O2 ;

1.º pH 6,5, a 8,5, não devendo haver uma mudança do Ph natural maior do que 0,2 unidades;

#### ÁGUAS SALOBRAS

**Art. 10.** Para as águas de Classe 7, são estabelecidos os limites ou condições seguintes

- a) DBO5 dias a 20°C até 5 mg/1 O2;

- b)** OD, em qualquer amostra, não inferior a 5 mg/1 O<sub>2</sub> ;
- c)** pH 6,5 a 8,5
- d)** óleos e graxas virtualmente ausentes
- e)** materiais flutuantes virtualmente ausentes;
- f)** substâncias que produzem cor, odor e turbidez virtualmente ausentes;
- g)** substâncias que formem depósitos objetáveis virtualmente ausentes;

**h)** coliformes; para uso de recreação de contato primário deverá ser obedecido o **Art. 26** desta Resolução, Para o uso de criação natural e/ou intensiva de espécies destinadas à alimentação humana e que serão ingeridas cruas, não deverá ser excedido uma concentração média de 14 coliformes fecais por 100 mililitros com não mais de 10% das amostras excedendo 43 coliformes fecais por 100 mililitros. Para os demais usos não deverá ser excedido um limite de 1.000 coliformes fecais por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais, colhidas em qualquer mês; no caso de não haver na região, meios disponíveis para o exame de coliformes fecais, o índice limite será de até 5.000 coliformes totais por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais, colhidas em qualquer mês;

- i)** substâncias potencialmente prejudiciais (teores máximos) ;

<b>Composto</b>	<b>concentração máxima</b>
Amônia não ionizável	0,4 mg/L NH <sub>3</sub> .
Arsênio	0,05 mg/L As
Cádmio	0,005 mg/L Cd
Cianetos	0,005 mg/L CN
Chumbo	0,01 mg/L Pb
Cobre	0,05 mg/L Cu
Cromo hexavalente	0,05 mg/L Cr
Índice de fenóis	0,001 mg/L C <sub>6</sub> H <sub>5</sub> OH
Fluoretos	1,4 mg/L F
Mercúrio	0,0001 mg/L Hg
Níquel	0,1 mg/L Ni

Sulfetos como H <sub>2</sub> S	0,002 mg/L S
Zinco	0,17 mg/L Zn
Aldrin	0,003 µg/L
Clordano	0,004 µg/L
DDT	0,001 µg/L
demeton	0,1 µg/L
Dieldrin	0,003 µg/L
Endrin	0,004 µg/L
Endossulfan	0,034 µg/L
Epóxido de heptacloro	0,001 µg/L
Gution	0,01 µg/L
Heptacloro	0,001 µg/L
Lindano (gama BHC)	0,004 µg/L
Malation	0,1 µg/L
Metoxicloro	0,03 µg/L
Dodecacloro + Nonacloro	0,001 µg/L
Paration	0,04 µg/L
Toxafeno	0,005 µg/L
Compostos organofosforados e carbamatos totais	10,0 µg/L em Paration
2,4 - D	10,0 µg/L
2, 4, 5 - T	10,0 µg/L
2, 4, 5 - TP	10,0 µg/L

**Art. 11.** Para as águas de Classe 8, são estabelecidos os limites ou condições seguintes:

- a) pH 5 a 9
- b) OD, em qualquer amostra, não inferior a 3,0 mg/L O<sub>2</sub>;
- c) óleos e graxas toleram-se iridicências;
- d) materiais flutuantes virtualmente ausentes;
- e) substâncias que produzem cor, odor e turbidez virtualmente ausentes;
- f) substâncias facilmente sedimentáveis que contribuam para o assoreamento de canais de navegação virtualmente ausentes;
- g) coliformes não deverá ser excedido um limite de 4.000 coliformes fecais por 100 ml em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais colhidas em qualquer mês; no caso de não haver, na região, meios disponíveis para o exame de coliformes recais, o índice será de 20.000 coliformes totais por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos 5 amostras mensais colhidas em qualquer mês;

**Art. 12.** Os padrões de qualidade das águas estabelecidos nesta Resolução constituem-se em limites individuais para cada substância. Considerando eventuais ações sinérgicas entre as mesmas, estas ou outras não especificadas, não poderão conferir às águas características capazes de causarem efeitos letais ou alteração de comportamento, reprodução ou fisiologia da vida.

§ 1.º As substâncias potencialmente prejudiciais a que se refere esta Resolução, deverão ser investigadas sempre que houver suspeita de sua presença,

§ 2.º Considerando as limitações de ordem técnica para a quantificação dos níveis dessas substâncias, os laboratórios dos organismos competentes deverão estruturar-se para atenderem às condições propostas. Nos casos onde a metodologia analítica disponível for insuficiente para quantificar as concentrações dessas substâncias nas águas, os sedimentos e/ou biota aquática deverão ser investigados quanto a presença eventual dessas substâncias.

**Art. 13.** Os limites de DBO, estabelecidos para as Classes 2 e 3, poderão ser elevados, caso o estudo da capacidade de autodepuração do corpo receptor demonstre que os teores mínimos de OD, previstos, não serão desobedecidos em nenhum ponto do mesmo, nas condições críticas de vazão (Qcrit. " Q<sub>7,10</sub> , onde Q<sub>7,10</sub>, é a média das mínimas de 7 (sete) dias consecutivos em 10 (dez) anos de recorrência de cada seção do corpo receptor).

**Art. 14.** Para os efeitos desta Resolução, consideram-se entes, cabendo aos órgãos de controle ambiental, quando necessário, quantificá-los para cada caso.

**Art. 15.** Os órgãos de controle ambiental poderão acrescentar outros parâmetros ou tornar mais restritivos os estabelecidos nesta Resolução, tendo em vista as condições locais.

**Art. 16.** Não há impedimento no aproveitamento de águas de melhor qualidade em usos menos exigentes, desde que tais usos não prejudiquem a qualidade estabelecida para essas águas.



**Art. 17.** Não será permitido o lançamento de poluentes nos mananciais sub-superficiais.

**Art. 18.** Nas águas de Classe Especial não serão tolerados lançamentos de águas residuárias, domésticas e industriais, lixo e outros resíduos sólidos, substâncias potencialmente tóxicas, defensivos agrícolas, fertilizantes químicos e outros poluentes, mesmo tratados. Caso sejam utilizadas para o abastecimento doméstico deverão ser submetidas a uma inspeção sanitária preliminar.

**Art. 19.** Nas águas das Classes 1 a 8 serão tolerados lançamentos de desejos, desde que, além de atenderem ao disposto no **Art. 21** desta Resolução, não venham a fazer com que os limites estabelecidos para as respectivas classes sejam ultrapassados.

**Art. 20.** Tendo em vista os usos fixados para as Classes, os órgãos competentes enquadrarão as águas e estabelecerão programas de controle de poluição para a efetivação dos respectivos enquadramentos, obedecendo ao seguinte

**a)** o corpo de água que, na data de enquadramento, apresentar condição em desacordo com a sua classe (qualidade inferior à estabelecida,), será objeto de providências com prazo determinado visando a sua recuperação, excetuados os parâmetros que excedam aos limites devido às condições naturais;

**b)** o enquadramento das águas federais na classificação será procedido pela SEMA, ouvidos o Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográfica; - CEEIBH e outras entidades públicas ou privadas interessadas;

**c)** o enquadramento das águas estaduais será efetuado pelo órgão estadual competente, ouvidas outras entidades públicas ou privadas interessadas;

**d)** os órgão competentes definirão as condições específicas de qualidade dos corpos de água intermitentes;

**e)** os corpos de água já enquadrados na legislação anterior, na data da publicação desta Resolução, serão objetos de reestudo a fim de a ela se adaptarem;

**f)** enquanto não forem feitos os enquadramentos, as águas doces serão consideradas Classe 2, as salinas Classe 5 e as salobras Classe 7, porém, aquelas enquadradas na legislação anterior permanecerão na mesma classe até o reenquadramento;

**g)** os programas de acompanhamento da condição dos corpos de água seguirão normas e procedimentos a serem estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

**Art. 21.** Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água desde que obedeçam às seguintes condições

**a)** pH entre 5 a 9;

**b)** temperatura inferior a 40 °C, sendo que a elevação de temperatura do corpo receptor não deverá exceder a 3 °C;

**c)** materiais sedimentáveis até mL/litro em teste de 1 hora em cone Imhoff.

Para o lançamento em lagos e lagoas, cuja velocidade de circulação seja praticamente nula, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes;

**d)** regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vezes a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor;

**e)** óleos e graxas

óleos minerais até 20 mg/L

óleos vegetais e gorduras animais até 50 mg/L;

**f)** ausência de materiais flutuantes;

**g)** valores máximos admissíveis das seguintes substâncias

<b>Composto</b>	<b>concentração máxima</b>
Amônia	5,0 mg/L N
Arsênio total	0,5 mg/L As
Bário	5,0 mg/ Ba
Boro	5,0 mg/L B
Cádmio	0,2 mg/L Cd
Cianetos	0,2 mg/L CN
Chumbo	0,5 mg/L Pb
Cobre	1,0 mg/L Cu
Cromo hexavalente	0,5 mg/L Cr
Cromo trivalente	2,0 mg/L Cr
Estanho	4,0 mg/L Sn
Índice de fenóis	0,5 mg/L C <sub>6</sub> H <sub>5</sub> OH
Ferro solúvel	15,0 mg/L Fe
Fluoretos	10,0 mg/L F
Manganês solúvel	1,0 mg/L Mn

Mercúrio	0,01 mg/L Hg
Níquel	2,0 mg/L Ni
Prata	0,1 mg/L Ag
Selênio	0,05 mg/L Se
Sulfetos	1,0 mg/L S
Sulfitos	1,0 mg/L SO <sub>3</sub>
Zinco	5,0 mg/L Zn
Compostos organofosforados e carbomatos totais	1,0 mg/L em Paration
Sulfeto de carbono	1,0 mg/L
Tricloroetano	1,0 mg/L
Clorofórmio	1,0 mg/L
Tetracloroeto de Carbono	1,0 mg/L
Dicloroetano	1,0 mg/L
Dicloroetano	0,05 mg/L
Compostos organoclorados não listados acima (pesticidas, solventes, etc)	
outras substâncias em concentrações que poderiam ser prejudiciais de acordo com limites a serem fixados pelo CONAMA.	

**h)** tratamento especial, se provierem de hospitais e outros estabelecimentos nos quais haja despejos infectados com microorganismos patogênicos.

**Art. 22.** Não será permitida a diluição de efluentes industriais com águas não poluídas, tais como água de abastecimento, água de mar e água de refrigeração.

**Parágrafo Único.** - Na hipótese de fonte de poluição geradora de diferentes despejos ou emissões individualizadas, os limites constantes desta

regulamentação aplicar-se-ão a cada um deles ou ao conjunto após a mistura, a critério do órgão competente.

**Art. 23.** Os efluentes não poderão conferir ao corpo receptor características em desacordo com o seu enquadramento nos termos desta Resolução.

*Parágrafo Único* - Resguardados os padrões de qualidade do corpo receptor, demonstrado por estudo de impacto ambiental realizado pela entidade responsável pela emissão, o competente poderá autorizar lançamentos acima dos limites estabelecidos no **Art. 21**, fixando o tipo de tratamento e as condições para es« lançamento.

**Art. 24.** Os métodos de coleta e análise das águas devem ser os especificados nas normas aprovadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - INMETRO ou, na ausência delas, no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater APHA-AWWA-WPCF, última edição, ressalvado o disposto no **Art. 12**. O índice de fenóis deverá ser determina do conforme o método 510 B do Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 16ª edição, de 1985.

**Art. 25.** As indústrias que, na data da publicação desta Resolução, possuem instalações ou projetos de tratamento de seus despejos, aprovados por órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. que atendam à legislação anteriormente em vigor, terão prazo de três (3) anos, prorrogáveis até cinco (5) anos, a critério do Estadual Local, para se enquadrarem nas exigências desta Resolução. No entanto, as citadas instalações de tratamento deverão ser mantidas em operação com a capacidade, condições de funcionamento e demais características para as quais foram aprovadas, até que se cumpram as disposições desta Resolução.

#### BALNEABILIDADE

**Art. 26.** As águas doces, salobras e salinas destinadas à balneabilidade (recreação de contato primário) serão enquadradas e terão sua condição avaliada nas categorias EXCELENTE, MUITO BOA. SATISFATÓRIA e IMPRÓPRIA, da seguinte forma

a) EXCELENTE (3 estrelas) Quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras obtidas em cada uma das 5 semanas anteriores, colhidas no mesmo local, houver, no máximo, 250 coliformes fecais por 1,00 mililitros ou 1.250 coliformes totais por 100 mililitros;

b) MUITO BOAS (2 estrelas) Quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras obtidas em cada uma das 5 semanas anteriores, colhidas no mesmo local, houver, no máximo, 500 coliformes fecais por 100 mililitros ou 2.500 coliformes totais por 100 mililitros;

c) SATISFATÓRIAS (1 estrela) Quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras obtidas em cada uma das 5 semanas anteriores, colhidas no mesmo

local, houver, no máximo 1.000 coliformes recais por 100 mililitros ou 5.000 coliformes totais por 100 mililitros;

**d) IMPRÓPRIAS** Quando ocorrer, no trecho considerado, qualquer uma das seguintes circunstâncias

1. não enquadramento em nenhuma das categorias anteriores, por terem ultrapassado os índices bacteriológicos nelas admitidos;

2. ocorrência, na região, de incidência relativamente elevada ou anormal de enfermidades transmissíveis por via hídrica, a critério das autoridades sanitárias;

3. sinais de poluição por esgotos, perceptíveis pelo olfato ou visão;

4. recebimento regular, intermitente ou esporádico, de esgotos por intermédio de valas, corpos d'água ou canalizações, inclusive galerias de águas pluviais, mesmo que seja de forma diluída;

5. presença de resíduos ou despejos, sólidos ou líquidos, inclusive óleos, graxas e outras substâncias, capazes de oferecer riscos à saúde ou tornar desagradável a recreação;

6. pH menor que 5 ou maior que 8,5 ;

7. presença, na água, de parasitas que afetem o homem ou a constatação da existência de seus hospedeiros intermediários infectados;

8. presença, nas águas doces, de moluscos transmissores potenciais de esquistossomo, caso em que os avisos de interdição ou alerta deverão mencionar especificamente esse risco sanitário;

9. outros fatores que contra-indiquem, temporariamente ou permanentemente, o exercício da recreação de contato primário.

**Art. 27.** No acompanhamento da condição das praias ou balneários as categorias EXCELENTE, MUITO BOA e SATISFATÓRIA poderão ser reunidas numa única categoria denominada PRÓPRIA.

**Art. 28.** Se a deterioração da qualidade das praias ou balneários ficar caracterizada como decorrência da lavagem de vias públicas pelas águas da chuva, ou como consequência de outra causa qualquer, essa circunstância deverá ser mencionada no Boletim de condição das praias e balneários.

**Art. 29.** A coleta de amostras será feita, preferencialmente, nos dias de maior afluência do público às praias ou balneários.

**Art. 30.** Os resultados dos exames poderão, também, se referir a períodos menores que 5 semanas, desde que cada um desses períodos seja especificado e tenham sido colhidas e examinadas, pelo menos, 5 amostras durante o tempo mencionado.

**Art. 31.** Os exames de colimetria, previstos nesta Resolução, sempre que possível, serão feitos para a identificação e contagem de coliformes fecais, sendo permitida a utilização de índices expressos em coliformes totais, se a identificação e contagem forem difíceis ou impossíveis.

**Art. 32.** À beira mar, a coleta de amostra para a determinação do número de coliformes fecais ou totais deve ser, de preferência, realizada nas condições de maré que apresentem, costumeiramente, no local, contagens bacteriológicas mais elevadas.

**Art. 33.** As praias e outros balneários deverão ser interditados se o órgão de controle ambiental, em qualquer dos seus níveis (Municipal, Estadual ou Federal), constatar que a má qualidade das águas de recreação primária justifica a medida.

**Art. 34.** Sem prejuízo do disposto no **artigo** anterior, sempre que houver uma afluência ou extravasamento de esgotos capaz de oferecer sério perigo em praias ou outros balneários, o trecho afetado deverá ser sinalizado, pela entidade responsável, com bandeiras vermelhas constando a palavra POLUÍDA em cor negra.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 35.** Aos órgãos de controle ambiental compete a aplicação desta Resolução, cabendo-lhes a fiscalização para o cumprimento da legislação, bem como a aplicação das penalidades previstas, inclusive a interdição de atividades industriais poluidoras.

**Art. 36.** Na inexistência de entidade estadual encarregada do controle ambiental ou se, existindo, apresentar falhas, omissões ou prejuízo sensíveis aos usos estabelecidos para as águas, a Secretaria Especial do Meio Ambiente poderá agir diretamente, em caráter supletivo.

**Art. 37.** Os s estaduais de controle ambiental manterão a Secretaria Especial do Meio Ambiente informada sobre os enquadramentos dos corpos de água que efetuem, bem como das normas e padrões complementares que estabelecerem.

**Art. 38.** Os estabelecimentos industriais, que causam ou possam causar poluição das águas, devem informar ao órgão de controle ambiental, o volume e o tipo de seus efluentes, os equipamentos e dispositivos antipoluidores existentes, bem como seus planos de ação de emergência, sob pena das sanções cabíveis, ficando o referido órgão obrigado a enviar cópia dessas informações ao IBAMA, à STI (MIC), ao IBGE (SEPLAN) e ao DNAEE (MME).

**Art. 39.** Os Estados, Territórios e o Distrito Federal, através dos respectivos órgãos de controle ambiental, deverão exercer sua atividade orientadora, fiscalizadora e punitiva das atividades potencialmente poluidoras instaladas em seu território, ainda que os corpos de água prejudicados não sejam de seu domínio ou jurisdição.

**Art. 40.** O não cumprimento ao disposto nesta Resolução acarretará aos infratores as sanções previstas na Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, e sua regulamentação pelo decreto n.º 88.351, de 01 de junho de 1983.

**Art. 41.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

deni Lineu Schwartz

## LEI N.º 9.433, DE 08 DE JANEIRO DE 1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do **art. 21** da Constituição Federal, e altera o **art. 1º** da Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

##### Capítulo I

##### DOS FUNDAMENTOS

**Art. 1.º** A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

**I** - a água é um bem de domínio público;

**II** - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

**III** - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

**IX** - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

**IV** - a bacia hidrográfica e a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

**VI** - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

##### Capítulo II

##### Dos Objetivos

**Art. 2.º** São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

**I** - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;

**II** - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;



III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

### Capítulo III

#### Das Diretrizes Gerais de Ação

**Art. 3.º** Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos:

I - a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;

II - a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País;

III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV - a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;

V - a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo;

VI - a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

**Art. 4.º** A União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

### Capítulo IV

#### Dos Instrumentos

**Art. 5.º** São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

I - os Planos de Recursos Hídricos;

II - o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água,

III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

IV - a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

V - a compensação a municípios;

VI - o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

### SEÇÃO I

#### Dos Planos de Recursos Hídricos

**Art. 6.º** Os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos.

**Art. 7.º** Os Planos de Recursos Hídricos são planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos e terão o seguinte conteúdo mínimo:

**I** - diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;

**II** - análise de alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;

**III** - balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais;

**IV** - metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;

**V** - medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas;

**VI** - (VETADO)

**VII** - (VETADO)

**VIII** - prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;

**IX** - diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

**X** - propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

**Art. 8.º** Os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País.

## Seção II

### Do Enquadramento dos Corpos de Água em Classes, segundo os Usos Preponderantes da Água

**Art. 9.º** O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, visa a:

**I** - assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas;

**II** - diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes.

**Art. 10.** As classes de corpos de água serão estabelecidas pela legislação ambiental.

## Seção III

### Da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos

**Art. 11.** O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

**Art. 12.** Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

**I** - derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

**II** - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

**III** - lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

**IV** - aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

**V** - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

§ 1.º Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento:

**I** - o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural;

**II** - as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes;

**III** - as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.

§ 2.º A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado na forma do disposto no inciso VIII do **Art. 35** desta Lei, obedecida a disciplina da legislação setorial específica.

**Art. 13.** Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

*Parágrafo Único.* - A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

**Art. 14.** A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal.

§ 1.º O Poder Executivo Federal poderá delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.

§ 2.º (VETADO)

**Art. 15.** A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:

I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;

II - ausência de uso por três anos consecutivos;

III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;

IV - necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

V - necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas;

VI - necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água.

**Art. 16.** Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.

**Art. 17.** (VETADO)

**Art. 18.** A outorga não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso.

#### SEÇÃO IV

##### Da Cobrança do Uso de Recursos Hídricos

**Art. 19.** A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva:

I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;

II - incentivar a racionalização do uso da água;

III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

**Art. 20.** Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga, nos termos do art. 12 desta Lei.

*Parágrafo Único.* - (VETADO)

**Art. 21.** Na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos devem ser observados, dentre outros:

I - nas derivações, captações e extrações de água, o volume retirado e seu regime de variação;

II - nos lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e as

características físico - químicas, biológicas e de toxicidade do afluente.

**Art. 22.** Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

I - no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;

II - no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1.º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste **artigo** é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.

§ 2.º Os valores previstos no caput deste **artigo** poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

§ 3.º (VETADO)

**Art. 23.** (VETADO)

#### Seção V

#### Da Compensação a Municípios

**Art. 24.** (VETADO)

#### SEÇÃO VI

#### Do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos

**Art. 25.** O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

*Parágrafo Único.* - Os dados gerados pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos serão incorporados ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

**Art. 26.** São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos:

I - descentralização da obtenção e produção de dados e informações;

II - coordenação unificada do sistema;

III - acesso aos dados e informações garantido à toda a sociedade.

**Art. 27.** São objetivos do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos:

I - reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil;

II - atualizar permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional;

III - fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.

## Capítulo V

### Do Rateio de Custos das Obras de Uso Múltiplo, de Interesse Comum ou Coletivo

**Art. 28.** (VETADO)

## Capítulo VI

### Da Ação do Poder Público

**Art. 29.** Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, compete ao Poder Executivo Federal:

I - tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema de Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

II - outorgar os direitos de uso de recursos hídricos, e regulamentar e fiscalizar os usos, na sua esfera de competência;

III - implantar e gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, em âmbito nacional;

IV - promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

*Parágrafo Único.* - O Poder Executivo Federal indicará, por decreto, a autoridade responsável pela efetivação de outorgas de direito de uso dos recursos hídricos sob domínio da União.

**Art. 30.** Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, cabe aos Poderes Executivos Estaduais e do Distrito Federal, na sua esfera de competência:

I - outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os seus usos;

II - realizar o controle técnico das obras de oferta hídrica;

III - implantar e gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, em âmbito estadual e do Distrito Federal;

IV - promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

**Art. 31.** Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promoverão a integração

das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos.

## **TÍTULO II**

### **DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS**

#### Capítulo I

##### Dos Objetivos e da Composição

**Art. 32.** Fica criado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com os seguintes objetivos:

- I** - coordenar a gestão integrada das águas;
- II** - arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos;
- III** - implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos;
- IV** - planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos;
- V** - promover a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

**Art. 33.** Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

- I** - o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- II** - os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;
- III** - os Comitês de Bacia Hidrográfica;
- IV** - os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;
- V** - as Agências de Água.

#### Capítulo II

##### Do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

**Art. 34.** O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é composto por:

- I** - representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos;
- II** - representantes indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;
- III** - representantes dos usuários dos recursos hídricos;
- IV** - representantes das organizações civis de recursos hídricos.

**Parágrafo Único.** - O número de representantes do Poder Executivo Federal não poderá ceder à metade mais um do total dos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

**Art. 35.** Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

**I** - promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários;

**II** - arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;

**III** - deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados;

**IV** - deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica;

**V** - analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos;

**VI** - estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

**VII** - aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos;

**VIII** - (VETADO)

**IX** - acompanhar a execução do Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

**X** - estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso.

**Art. 36.** O Conselho Nacional de Recursos Hídricos será gerido por:

**I** - um Presidente, que será o Ministro titular do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;

**II** - um Secretário Executivo, que será o titular do órgão integrante da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, responsável pela gestão dos recursos hídricos.

### Capítulo III

#### Dos Comitês de Bacia Hidrográfica

**Art. 37.** Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:



- I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;
- II - sub - bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou
- III - grupo de bacias ou sub - bacias hidrográficas contíguas.

**Parágrafo Único.** - A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União será efetivada por ato do Presidente da República.

**Art. 38.** Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

- I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;
- IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;
- VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;
- VII - (VETADO)
- VIII - (VETADO)
- IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

**Parágrafo Único.** - Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.

**Art. 39.** Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes:

- I - da União;
- II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;
- III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;
- IV - dos usuários das águas de sua área de atuação;

**V** - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1.º O número de representantes de cada setor mencionado neste **artigo**, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros.

§ 2.º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias de rios fronteiriços e transfronteiriços de gestão compartilhada, a representação da União deverá incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores.

§ 3.º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias cujos territórios abranjam terras indígenas devem ser incluídos representantes:

I - da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como parte da representação da União;

II - das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.

§ 4.º A participação da União nos Comitês de Bacia Hidrográfica com área de atuação restrita a bacias de rios sob domínio estadual, dar-se-á na forma estabelecida nos respectivos regimentos.

**Art. 40.** Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão dirigidos por um Presidente e um Secretário, eleitos dentre seus membros.

#### Capítulo IV

##### Das Agências de Água

**Art. 41.** As Agências de Água exercerão a função de secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

**Art. 42.** As Agências de Água terão a mesma área de atuação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica.

*Parágrafo Único.* - A criação das Agências de Água será autorizada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos mediante solicitação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica.

**Art. 43.** A criação de uma Agência de Água é condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

I - prévia existência do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;

II - viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.

**Art. 44.** Compete às Agências de Água no âmbito de sua área de atuação:

I - manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos em sua área de atuação;

- II** - manter o cadastro de usuários de recursos hídricos;
- III** - efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- IV** - analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;
- V** - acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação;
- VI** - gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação;
- VII** - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;
- VIII** - elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- IX** - promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação;
- X** - elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;
- XI** - propor ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica:
  - a)** o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio destes;
  - b)** os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;
  - c)** o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
  - d)** o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

## Capítulo V

### Da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

**Art. 45.** A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos será exercida pelo órgão integrante da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, responsável pela gestão dos recursos hídricos.

**Art. 46.** Compete à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

**I** - prestar apoio administrativo, técnico e financeiro ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

**II** - coordenar a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e encaminhá-lo à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

**III** - instruir os expedientes provenientes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

**IV** - coordenar o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos;

**V** - elaborar seu programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária anual e submetê-los à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

## Capítulo VI

### Das Organizações Civas de Recursos Hídricos

**Art. 47.** São consideradas, para os efeitos desta Lei, organizações civis de recursos hídricos:

**I** - consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas;

**II** - associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;

**III** - organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;

**IV** - organizações não - governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade;

**V** - outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

**Art. 48.** Para integrar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, as organizações civis de recursos hídricos devem ser legalmente constituídas.

## TÍTULO III

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 49.** Constitui infração das normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos:

**I** - derivar ou utilizar recursos hídricos para qualquer finalidade, sem a respectiva outorga de direito de uso;

**II** - iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado com a derivação ou a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime, quantidade ou qualidade dos mesmos, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes;

**III** - (VETADO)

**IV** - utilizar-se dos recursos hídricos ou executar obras ou serviços relacionados com os mesmos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga;

**V** - perfurar poços para extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida autorização;

**VI** - fraudar as medições dos volumes de água utilizados ou declarar valores diferentes dos medidos;

**VII** - infringir normas estabelecidas no regulamento desta Lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo instruções e procedimentos fixados pelos órgãos ou entidades competentes;

**VIII** - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções.

**Art. 50.** Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração da União, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator, a critério da autoridade competente, ficará sujeito as seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:

**I** - advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para correção das irregularidades;

**II** - multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de R\$100,00 (cem reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais);

**III** - embargo provisório, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos;

**IV** - embargo definitivo, com revogação da outorga, se for o caso, para repor incontinenti, no seu antigo estado, os recursos hídricos, leitos e margens, nos termos dos arts. 58 e 59 do Código de Águas ou tamponar os poços de extração de água subterrânea.

§ 1.º Sempre que da infração cometida resultar prejuízo a serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo cominado em abstrato.

§ 2.º No caso dos incisos III e IV, independentemente da pena de multa, serão cobradas do infrator as despesas em que incorrer a Administração para tornar efetivas as medidas previstas nos citados incisos, na forma dos arts. 36, 53, 56 e 58 do § 1.º Código de Águas, sem prejuízo de responder pela indenização dos danos a que der causa.

§ 3.º Da aplicação das sanções previstas neste título caberá recurso à autoridade administrativa competente, nos termos do regulamento.

§ 4.º Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

## TÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 51.** Os consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas mencionados no **art. 47** poderão receber delegação do Conselho Nacional ou dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, por prazo determinado, para o exercício de funções de competência das Agências de Água, enquanto esses organismos não estiverem constituídos.

**Art. 52.** Enquanto não estiver aprovado e regulamentado o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a utilização dos potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica continuará subordinada à disciplina da legislação setorial específica.

**Art. 53.** O Poder Executivo, no prazo de cento e vinte dias a partir da publicação desta Lei, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispendo sobre a criação das Agências de Água.

**Art. 54.** O **art. 1º** da Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1.º** .....

.....

**III** - quatro inteiros e quatro décimos por cento à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;

**IV** - três inteiros e seis décimos por cento ao departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, do Ministério de Minas e Energia;

**V** - dois por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

.....

§ 4.º A cota destinada à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal será empregada na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e na gestão da rede hidrometeorológica nacional.

§ 5.º A cota destinada ao DNAEE será empregada na operação e expansão de sua rede hidrometeorológica, no estudo dos recursos hídricos e em serviços relacionados ao aproveitamento da energia hidráulica.

**Parágrafo Único.** - Os novos percentuais definidos no caput deste **artigo** entrarão em vigor no prazo de cento e oitenta dias contados a partir da data de publicação desta Lei.

**Art. 55.** O Poder Executivo Federal regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 56.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 57.** Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de janeiro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

Fernando Henrique Cardoso

Gustavo Krause

## PORTARIA N.º 67, DE 24 DE JUNHO DE 1997 - (DOU DE 25.06.97)

O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis - IBAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 83, item XIV, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 445, de 16 de agosto de 1989,

Considerando a necessidade de sistematizar os procedimentos quanto à desvinculação dos projetos de florestamento/reflorestamento, oriundos dos incentivos fiscais preconizados pela Lei n.º 5106/66 e pelo decreto-lei n.º 1134/70,

Resolve:

**Art. 1.º** A desvinculação dos projetos de florestamento/reflorestamento junto ao IBAMA será autorizada após transcorrido o prazo legal de vinculação, de acordo com o cronograma do projeto aprovado, obedecidos os procedimentos fixados neste Ato.

**Art. 2.º** O pedido de desvinculação deverá ser protocolado na Superintendência do IBAMA correspondente à jurisdição onde estiver localizado o empreendimento, devendo ser apresentado pela Administradora ou pelo detentor majoritário do projeto.

**Art. 3.º** O pedido de desvinculação nos casos de projetos de pluriparticipação deverá ser acompanhado de prestação de contas aos contribuintes do respectivo projeto, referente aos resultados obtidos nas explorações dos mesmos.

**Art. 4.º** Após o protocolo dos pedidos de desvinculação, as SUPES efetuarão a análise, com parecer conclusivo, e expedirão, quando for o caso, o respectivo ofício de exigência ou de deferimento da desvinculação do projeto.

**Art. 5.º** As SUPES, observado o art. 1º desta Portaria, poderão proceder à desvinculação compulsória de projetos, mediante critérios específicos fixados através de Ordem de Serviço, ouvida, preliminarmente, a DIREN.

§ 1.º não se aplicam as disposições deste artigo aos projetos onde tenham sido constatadas irregularidades, mediante vistorias.

§ 2.º Constatadas irregularidades nos projetos, cabe às SUPES o exame caso a caso propondo à DIREN as medidas complementares para definição do processo.

**Art. 6.º** Para os casos em que os projetos estejam vinculados à reposição florestal obrigatória a desvinculação ficara condicionada ao cumprimento dessa reposição florestal obrigatória nos termos da legislação em vigor.

**Art. 7.º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8.º** Ficam revogados os arts. 15, 16, 17 e 18 da Portaria n.º 75-N, de 06 de julho de 1992, e demais disposições em contrário.

EDUARDO DE SOUZA MARTINS



## DECRETO N.º 2661, DE 08 DE JULHO DE 1998 - (DOU DE 09.07.98)

Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei n.º 4771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei n.º 4771, de 15 de setembro de 1965, e no art. 9º da Lei n.º 6938, de 31 de agosto de 1981,

DECRETA:

### Capítulo I

#### Da Proibição do Emprego do Fogo

**Art. 1.º** É vedado o emprego do fogo:

**I** - nas florestas e demais formas de vegetação;

**II** - para queima pura e simples, assim entendida aquela não carbonizável, de:

**a)** aparas de madeira e resíduos florestais produzidos por serrarias e madeireiras, como forma de descarte desses materiais;

**b)** material lenhoso, quando seu aproveitamento for economicamente viável;

**III** - numa faixa de:

**a)** quinze metros dos limites das faixas de segurança das linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica;

**b)** cem metros ao redor da área de domínio de subestação de energia elétrica;

**c)** vinte e cinco metros ao redor da área de domínio de estações de telecomunicações;

**d)** cinquenta metros a partir de aceiro, que deve ser preparado, mantido limpo e não cultivado, de dez metros de largura ao redor das Unidades de Conservação;

**e)** quinze metros de cada lado de rodovias estaduais e federais e de ferrovias, medidos a partir da faixa de domínio;

**IV** - no limite da linha que simultaneamente corresponda:

**a)** à área definida pela circunferência de raio igual a onze mil metros, tendo como ponto central o centro geométrico da pista de pouso e decolagem de aeródromo;

**b)** à área cuja linha perimetral é definida a partir da linha que delimita a área patrimonial de aeródromo, dela distanciando no mínimo dois mil metros, externamente, em qualquer de seus pontos.

*Parágrafo Único* - Após o transcurso de cinco anos da data de publicação deste decreto, ficará proibido o uso do fogo, mesmo sob a forma de Queima Controlada, para queima de vegetação contida numa faixa de mil metros de aglomerado urbano de qualquer porte, delimitado a partir do seu centro urbanizado ou de quinhentos metros a partir do seu perímetro urbano, se superior.

## Capítulo II

### Da Permissão do Emprego do Fogo

**Art. 2.º** Observadas as normas e condições estabelecidas por este decreto, é permitido o emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, mediante Queima Controlada.

*Parágrafo Único* - Considera-se Queima Controlada o emprego do fogo como fator de produção e manejo em atividades agropastoris ou florestais, e para fins de pesquisa científica e tecnológica, em áreas com limites físicos previamente definidos.

**Art. 3.º** O emprego do fogo mediante Queima Controlada depende de prévia autorização, a ser obtida pelo interessado junto ao órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, com atuação na área onde se realizará a operação.

**Art. 4.º** Previamente à operação de emprego do fogo, o interessado na obtenção de autorização para Queima Controlada deverá:

**I** - definir as técnicas, os equipamentos e a mão-de-obra a serem utilizados;

**II** - fazer o reconhecimento da área e avaliar o material a ser queimado;

**III** - promover o enleiramento dos resíduos de vegetação, de forma a limitar a ação do fogo;

**IV** - preparar aceiros de no mínimo três metros de largura, ampliando esta faixa quando as condições ambientais, topográficas, climáticas e o material combustível a determinarem;

**V** - providenciar pessoal treinado para atuar no local da operação, com equipamentos apropriados ao redor da área, e evitar propagação do fogo fora dos limites estabelecidos;

**VI** - comunicar formalmente aos confrontantes a intenção de realizar a Queima Controlada, com o esclarecimento de que, oportunamente, e com a antecedência necessária, a operação será confirmada com a indicação da data, hora do início e do local onde será realizada a queima;

**VII** - prever a realização da queima em dia e horário apropriados, evitando-se os períodos de temperatura mais elevada e respeitando-se as condições dos ventos predominantes no momento da operação;

**VIII** - providenciar o oportuno acompanhamento de toda a operação de queima, até sua extinção, com vistas à adoção de medidas adequadas de contenção do fogo na área definida para o emprego do fogo.

§ 1.º O aceiro de que trata o inciso IV deste artigo deverá ter sua largura duplicada quando se destinar à proteção de áreas de florestas e de vegetação natural, de preservação permanente, de reserva legal, aquelas especialmente protegidas em ato do poder público e de imóveis confrontantes pertencentes a terceiros.

§ 2.º Os procedimentos de que tratam os incisos deste artigo devem ser adequados às peculiaridades de cada queima a se realizar, sendo imprescindíveis aqueles necessários à segurança da operação, sem prejuízo da adoção de outras medidas de caráter preventivo.

**Art. 5.º** Cumpridos os requisitos e as exigências previstas no artigo anterior, o interessado no emprego de fogo deverá requerer, por meio da Comunicação de Queima Controlada, junto ao órgão competente do SISNAMA, a emissão de Autorização de Queima Controlada.

§ 1.º O requerimento previsto neste artigo será acompanhado dos seguintes documentos:

**I** - comprovante de propriedade ou de justa posse do imóvel, onde se realizará a queima;

**II** - cópia da autorização de desmatamento, quando legalmente exigida;

**III** - Comunicação de Queima Controlada.

§ 2.º Considera-se Comunicação de Queima Controlada o documento subscrito pelo interessado no emprego do fogo, mediante o qual ele dá ciência ao órgão do SISNAMA de que cumpriu os requisitos e as exigências previstas no artigo anterior e requer a Autorização de Queima Controlada.

**Art. 6.º** Protocolizado o requerimento de Queima Controlada, o órgão competente do SISNAMA, no prazo máximo de quinze dias, expedirá a autorização correspondente.

**Parágrafo Único** - Não expedida a autorização no prazo estipulado neste artigo, fica o requerente autorizado a realizar a queima, conforme comunicado, salvo se se tratar de área sujeita à realização de vistoria prévia a que se refere o artigo seguinte.

**Art. 7.º** A Autorização de Queima Controlada somente será emitida após a realização da vistoria prévia, obrigatória em áreas:

I - que contenham restos de exploração florestal;

II - limítrofes às sujeitas a regime especial de proteção, estabelecido em ato do poder público.

*Parágrafo Único* - A vistoria prévia deverá ser dispensada em áreas cuja localização e características não atendam ao disposto neste artigo.

**Art. 8.º** A Autorização de Queima Controlada será emitida com finalidade específica e com prazo de validade suficiente a realização da operação de emprego do fogo, dela constando, expressamente, o compromisso formal do requerente, sob pena de incorrer em infração legal, de que comunicará aos confrontantes a área e a hora de realização da queima, nos termos em que foi autorizado.

**Art. 9.º** Poderá ser revalidada a Autorização de Queima Controlada concedida anteriormente para a mesma área, para os mesmos fins e para o mesmo interessado, ficando dispensada nova apresentação dos documentos previstos neste artigo, salvo os comprovantes de comunicação aos confrontantes, de que trata o inciso VI do art. 4.º.

**Art. 10.** Além de autorizar o emprego do fogo, a Autorização de Queima Controlada deverá conter orientações técnicas adicionais, relativas as peculiaridades locais, aos horários e dias com condições climáticas mais adequadas para a realização da operação, a serem obrigatoriamente observadas pelo interessado.

**Art. 11.** O emprego do fogo poderá ser feito de forma solidária, assim entendida a operação realizada em conjunto por vários produtores, mediante mutirão ou outra modalidade de interação, abrangendo simultaneamente diversas propriedades familiares contíguas, desde que o somatório das áreas onde o fogo será empregado não exceda quinhentos hectares.

*Parágrafo Único* - No caso de emprego do fogo de forma solidária, a Comunicação e a Autorização de Queima Controlada deverão contemplar todas as propriedades envolvidas.

**Art. 12.** Para os fins do disposto neste decreto, os órgãos do SISNAMA deverão dispor do trabalho de técnicos, habilitados para avaliar as Comunicações de Queima Controlada, realizar vistorias e prestar orientação e assistência técnica aos interessados no emprego do fogo.

*Parágrafo Único* - Compete aos órgãos integrantes do SISNAMA promover a habilitação de técnicos para atuar junto a prefeituras municipais e demais entidades ou organismos públicos ou privados, a fim de possibilitar o fiel cumprimento deste decreto.

### Capítulo III

#### Do Ordenamento e da Suspensão Temporária do Emprego do Fogo

**Art. 13.** Os órgãos integrantes do SISNAMA poderão estabelecer escalonamento regional do processo de Queima Controlada, com base nas

condições atmosféricas e na demanda de Autorizações de Queima Controlada, para controle dos níveis de fumaça produzidos.

**Art. 14.** A autoridade ambiental competente poderá determinar a suspensão da Queima Controlada da região ou município quando:

I - constatados risco de vida, danos ambientais ou condições meteorológicas desfavoráveis;

II - a qualidade do ar atingir índices prejudiciais à saúde humana, constatados por equipamentos e meios adequados, oficialmente reconhecidos como parâmetros;

III - os níveis de fumaça, originados de queimadas, atingirem limites mínimos de visibilidade, comprometendo e colocando em risco as operações aeronáuticas, rodoviárias e de outros meios de transporte.

**Art. 15.** A Autorização de Queima Controlada será suspensa ou cancelada pela autoridade ambiental nos seguintes casos:

I - em que se registrarem risco de vida, danos ambientais ou condições meteorológicas desfavoráveis;

II - de interesse e segurança pública;

III - de descumprimento das normas vigentes.

#### Capítulo IV

##### Da Redução Gradativa Do Emprego Do Fogo

**Art. 16.** O emprego do fogo, como método despalhador e facilitador do corte de cana-de-açúcar em áreas passíveis de mecanização da colheita, será eliminado de forma gradativa, não podendo a redução ser inferior a um quarto da área mecanizável de cada unidade agro-industrial ou propriedade não vinculada a unidade agro-industrial, a cada período de cinco anos, contados da data de publicação deste decreto.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo, considera-se mecanizável a área na qual está situada a lavoura de cana-de-açúcar, cuja declividade seja inferior a doze por cento.

§ 2.º O conceito de que trata o parágrafo anterior deverá ser revisto periodicamente para adequar-se à evolução tecnológica na colheita de cana-de-açúcar, oportunidade em que serão ponderados os efeitos sócio-econômicos decorrentes da incorporação de novas áreas ao processo de colheita mecanizada.

§ 3.º As novas áreas incorporadas ao processo de colheita mecanizada, nos termos do parágrafo anterior, terão a redução gradativa do emprego do fogo como método despalhador e facilitador do corte da cana-de-açúcar conforme o "caput" deste artigo, contada a partir da publicação do novo conceito de área mecanizável.

§ 4.º As lavouras de até cento e cinquenta hectares, fundadas em cada propriedade, não estarão sujeitas à redução gradativa do emprego do fogo de que trata este artigo.

**Art. 17.** A cada cinco anos, contados da data de publicação deste decreto, será realizada, pelos órgãos competentes, avaliação das conseqüências sócio-econômicas decorrentes da proibição do emprego do fogo para promover os ajustes necessários nas medidas impostas.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 18.** Fica criado, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - PREVFOGO.

*Parágrafo Único* - O PREVFOGO será coordenado pelo IBAMA e terá por finalidade o desenvolvimento de programas, integrados pelos diversos níveis de governo, destinados a ordenar, monitorar, prevenir e combater incêndios florestais, cabendo-lhe, ainda, desenvolver e difundir técnicas de manejo controlado do fogo, capacitar recursos humanos para difusão das respectivas técnicas e para conscientizar a população sobre os riscos do emprego inadequado do fogo.

**Art. 19.** O IBAMA deverá exercer, de forma sistemática e permanente, o monitoramento do emprego do fogo e adotar medidas e procedimentos capazes de imprimir eficiência à prática da Queima Controlada e ao PREVFOGO.

**Art. 20.** Para os efeitos deste decreto, entende-se como incêndio florestal o fogo não controlado em floresta ou qualquer outra forma de vegetação.

**Art. 21.** Ocorrendo incêndio nas florestas e demais formas de vegetação, será permitido o seu combate com o emprego da técnica do contrafogo.

**Art. 22.** Será permitida a utilização de Queima Controlada, para manejo do ecossistema e prevenção de incêndio, se este método estiver previsto no respectivo Plano de Manejo da unidade de conservação, pública ou privada, e da reserva legal.

**Art. 23.** Continua regido pela legislação própria o emprego do fogo para o combate a pragas e a doenças da agropecuária e em operações de controle fitossanitário, a cujos procedimentos não se aplicam as normas deste decreto.

**Art. 24.** Mediante a celebração de convênios, os órgãos do SISNAMA deverão articular-se com as entidades competentes pela fiscalização das rodovias federais, estaduais e municipais, no sentido de que, ao longo das respectivas faixas de domínio, aceiros sejam abertos e mantidos limpos.

**Art. 25.** O descumprimento do disposto neste decreto e das exigências e condições instituídas em razão da aplicação de suas normas sujeita o infrator às penalidades previstas nos artigos 14 e 15 da Lei n.º 6938, de 31 de agosto de 1981, e na Lei n.º 9605, de 12 de fevereiro de 1998.

**Art. 26.** Os órgãos do SISNAMA baixarão normas complementares a este decreto, no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

*Parágrafo Único* - As normas complementares a que se refere este artigo deverão conter orientações detalhadas sobre os procedimentos a serem adotados pelos interessados em obter autorização para o emprego do fogo, e todas as informações que possam facilitar e agilizar o processamento dos requerimentos correspondentes.

**Art. 27.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 28.** Fica revogado o decreto n.º 97635, de 10 de abril de 1989.

Brasília, 08 de julho de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Sérgio Turra

Gustavo Krause

**PORTARIA N.º 94-N, DE 09 DE JULHO DE 1998 - (DOU DE 10.07.98 -  
REPUBLICADA NO DOU DE 31.07.98)**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA,

no uso das atribuições previstas no art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao decreto n.º 78, de 05 de abril de 1991, no art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial n.º 445/GM, de 16 de agosto de 1989 e,

Considerando as disposições da Lei n.º 4771, de 15 de setembro de 1965 e do decreto n.º 97635, de 10 de abril de 1989.

Considerando a necessidade de regulamentar a sistemática de queima controlada;

Resolve:

**Art. 1.º** Fica instituída a queima controlada, como fator de produção e manejo em áreas de atividades agrícolas, pastoris ou florestais, assim como com finalidade de pesquisa científica e tecnológica, à ser executada em áreas com limites físicos preestabelecidos.

**Art. 2.º** A permissão de queima controlada será obtida junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ou em órgão por ele autorizado, pelo interessado, ou através de Entidade de Classe, Sindicato, Associação, Cooperativa entre outros, ao qual seja filiado.

**Art. 3.º** O requerimento para permissão de queima controlada deverá ser encaminhado ao IBAMA ou órgão por ele autorizado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante o preenchimento e entrega da comunicação de queima controlada e recebimento do respectivo comprovante, conforme Anexo desta Portaria.

*Parágrafo Único.* - A validade da permissão do uso da queima controlada é de no máximo 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.

**Art. 4.º** Para a permissão de queima controlada em áreas acima de 500 ha, deverá ser apresentado um parecer técnico elaborado por Engenheiro Florestal ou Agrônomo, acompanhado de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA.

**Art. 5.º** Fica instituída a queima solidária, realizada como fator de produção, em regime de agricultura familiar, em atividades agrícolas, pastoris ou florestais.

*Parágrafo Único.* - Para os efeitos desta Portaria, entende-se por queima solidária aquela realizada pelos produtores sob a forma de mutirão, ou de outra modalidade de interação, em áreas de diversas propriedades.

**Art. 6.º** O somatório das áreas a serem queimadas na queima solidária não poderá exceder 500 (quinhentos) hectares.



**Art. 7.º** O IBAMA poderá suspender a permissão de queima controlada nos seguintes casos:

**I** - condições de segurança de vida, ambientais ou meteorológicas desfavoráveis;

**II** - interesse de segurança pública e social;

**III** - descumprimento desta Portaria;

**IV** - descumprimento ao Código Florestal e demais normas e leis ambientais;

**V** - ilegalidade ou ilegitimidade do ato;

**VI** - determinação judicial constante de sentença, alvará ou mandado.

**Art. 8.º** É vedado o uso do fogo em vegetação contida numa faixa de:

**I** - vinte e cinco metros de cada lado, na projeção em ângulo reto sobre o solo, do eixo das linhas de transmissão de energia elétrica e quinze metros das linhas de distribuição;

**II** - cem metros ao redor da área de domínio de subestação de energia elétrica;

**III** - vinte e cinco metros ao redor da área de domínio de estações de telecomunicações;

**IV** - dois mil metros ao redor da área de domínio de aeroportos públicos;

**V** - cinquenta metros a partir de aceiro, de dez metros de largura ao redor das Unidades de Conservação, que deve ser preparado, mantido limpo e não cultivado;

**VI** - quinze metros de cada lado de rodovias estaduais e federais e de ferrovias, medidos a partir da faixa de domínio.

**Art. 9.º** Obriga-se o responsável à reparação ou indenização dos danos causados ao meio ambiente, ao patrimônio e ao ser humano, pela uso indevido do fogo, devendo apresentar ao órgão florestal, para aprovação, em até 30 (trinta) dias, a partir da data da autuação, projeto de reparação ambiental para a área afetada, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

**Art. 10.º** Se peculiaridades regionais exigirem, as Superintendências Estaduais do IBAMA poderão adotar medidas complementares, após ouvida a Administração Central.

**Art. 11.** A inobservância das disposições desta Portaria sujeita os infratores às penalidades previstas na legislação vigente.

**Art. 12.** As penalidades incidirão sobre os autores, ou quem, de qualquer modo concorra, para sua prática, de acordo com a legislação em vigor.

*Parágrafo Único.* - Para fins legais, tanto o responsável da queima controlada quanto os proprietários das propriedades queimadas, serão igualmente responsabilizados.

**Art. 13.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO DE SOUZA MARTINS

NOTA: O TERMO DE RESPONSABILIDADE ENCONTRA-SE EM NOSSO PODER.

**Âmbito Estadual**

# CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## TÍTULO VI

### Da Ordem Econômica

#### Capítulo IV

#### Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento

#### Seção II

#### Dos Recursos Hídricos

**Art. 205.** O Estado instituirá, por lei, sistema integrado de gerenciamento dos recursos hídricos, congregando órgãos estaduais e municipais e a sociedade civil, e assegurará meios financeiros e institucionais para:

I - a utilização racional das águas superficiais e subterrâneas e sua prioridade para abastecimento às populações;

II - o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos e o rateio dos custos das respectivas obras, na forma da lei;

III - a proteção das águas contra ações que possam comprometer o seu uso atual e futuro;

IV - a defesa contra eventos críticos, que ofereçam riscos à saúde e segurança públicas e prejuízos econômicos ou sociais;

V - a celebração de convênios com os Municípios, para a gestão, por estes, das águas de interesse exclusivamente local;

VI - a gestão descentralizada, participativa e integrada em relação aos demais recursos naturais e às peculiaridades da respectiva bacia hidrográfica;

VII - o desenvolvimento do transporte hidroviário e seu aproveitamento econômico.

**Art. 206.** As águas subterrâneas, reservas estratégicas para o desenvolvimento econômico - social e valiosas para o suprimento de água às populações, deverão ter programa permanente de conservação e proteção contra poluição e superexploração, com diretrizes em lei.

**Art. 207.** O Poder Público, mediante mecanismos próprios, definidos em lei, contribuirá para o desenvolvimento dos Municípios em cujos territórios se localizarem reservatórios hídricos e naqueles que recebam o impacto deles.

**Art. 208.** Fica vedado o lançamento de efluentes e esgotos urbanos e industriais, sem o devido tratamento, em qualquer corpo de água.

**Art. 209.** O Estado adotará medidas para controle da erosão, estabelecendo-se normas de conservação do solo em áreas agrícolas e urbanas.

**Art. 210.** Para proteger e conservar as águas e prevenir seus efeitos adversos, o Estado incentivará a adoção, pelos Municípios, de medidas no sentido:

I - da instituição de áreas de preservação das águas utilizáveis para abastecimento às populações e da implantação, conservação e recuperação de matas ciliares;

II - do zoneamento de áreas inundáveis, com restrições a usos incompatíveis nas sujeitas a inundações freqüentes e da manutenção da capacidade de infiltração do solo;

III - da implantação de sistemas de alerta e defesa civil, para garantir a segurança e a saúde públicas, quando de eventos hidrológicos indesejáveis;

IV - do condicionamento, à aprovação prévia por organismos estaduais de controle ambiental e de gestão de recursos hídricos, na forma da lei, dos atos de outorga de direitos que possam influir na qualidade ou quantidade das águas superficiais e subterrâneas;

V - da instituição de programas permanentes de racionalização do uso das águas destinadas ao abastecimento público e industrial e à irrigação, assim como de combate às inundações e à erosão.

*Parágrafo único.* - A lei estabelecerá incentivos para os Municípios que aplicarem, prioritariamente, o produto da participação no resultado da exploração dos potenciais energéticos em seu território, ou da compensação financeira, nas ações previstas neste artigo e no tratamento de águas residuárias.

**Art. 211.** Para garantir as ações previstas no artigo 205, a utilização dos recursos hídricos será cobrada segundo as peculiaridades de cada bacia hidrográfica, na forma da lei, e o produto aplicado nos serviços e obras referidos no inciso I, do parágrafo único, deste artigo.

*Parágrafo único.* - O produto da participação do Estado no resultado da exploração de potenciais hidroenergéticos em seu território, ou da compensação financeira, será aplicado, prioritariamente:

1. em serviços e obras hidráulicas e de saneamento de interesse comum, previstos nos planos estaduais de recursos hídricos e de saneamento básico;

2. na compensação, na forma da lei, aos Municípios afetados por inundações decorrentes de reservatórios de água implantados pelo Estado, ou que tenham restrições ao seu desenvolvimento em razão de leis de proteção de mananciais.

**Art. 212.** Na articulação com a União, quando da exploração dos serviços e instalações de energia elétrica, e do aproveitamento energético dos cursos de água em seu território, o Estado levará em conta os usos múltiplos e o controle das águas, a drenagem, a correta utilização das várzeas, a flora e a fauna aquáticas e a preservação do meio ambiente.

**Art. 213.** A proteção da quantidade e da qualidade das águas será obrigatoriamente levada em conta quando da elaboração de normas legais relativas a florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e demais recursos naturais e ao meio ambiente.

## LEI N.º 997, DE 31 DE MAIO DE 1976

Dispõe sobre o controle da poluição do meio - ambiente.

O Governador do Estado de São Paulo.

Faço saber que, nos termos dos parágrafos 1.º e 3.º do artigo 24 da Constituição do Estado (Emenda n.º 02 (\*), de 30 de outubro de 1969),

Promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Fica instituído o Sistema de Prevenção e Controle da Poluição do Meio - Ambiente, na forma prevista nesta Lei.

**Art. 2.º** Considera-se poluição do meio - ambiente a presença, o lançamento ou a liberação, nas águas, no ar ou no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia, com intensidade, em quantidade, de concentração ou com características em desacordo com as que forem estabelecidas em decorrência desta Lei, ou que tornem ou possam tornar as águas, o ar ou solo:

I - impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde;

II - inconvenientes ao bem-estar público;

III - danosos aos materiais, à fauna e à flora;

IV - prejudiciais à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade.

**Art. 3.º** Fica proibido o lançamento ou liberação de poluentes nas águas, no ar ou no solo.

*Parágrafo único.* - Considera-se poluente toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, causa poluição do meio - ambiente de que trata o artigo anterior.

**Art. 4.º** A atividade fiscalizadora e repressiva, de que trata esta Lei, será exercida, no que diz respeito a despejos, pelo órgão estadual de controle da poluição do meio - ambiente, em todo e qualquer corpo ou curso de água, situado nos limites do território do Estado, ainda que, não pertencendo ao seu domínio, não estejam sob sua jurisdição.

*Parágrafo único.* - Para cumprimento do disposto neste artigo, o órgão estadual representara ao federal competente, sempre que a poluição tiver origem fora do território do Estado, ocasionando conseqüências que se façam sentir dentro de seus limites.

**Art. 5.º** A instalação a construção ou a ampliação, bem como a operação ou funcionamento das fontes de poluição que forem enumeradas no Regulamento desta Lei, ficam sujeitas à previa autorização do órgão estadual de controle da poluição do meio - ambiente, mediante licenças de instalação e de funcionamento.

**Parágrafo único.** - É considerada fonte de poluição qualquer atividade, de sistema, processo, operação, maquinaria, equipamentos ou dispositivo, móvel ou não, previsto no Regulamento desta Lei, que cause ou possa vir a causar a emissão de poluentes.

**Art. 6.º** Os órgãos da Administração Direta ou Indireta, do Estado e dos Municípios, deverão exigir a apresentação das licenças de que trata o artigo anterior, antes de aprovarem projetos de ampliação, instalação ou construção das fontes que forem enumeradas no Regulamento desta lei, ou de autorizarem a operação ou o funcionamento dessas fontes, sob pena de nulidade de seus atos.

**Art. 7.º** Os infratores das disposições desta Lei, de seu Regulamento e das demais normas dela decorrentes, ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa não inferior ao valor 05 (cinco) UPCs (Unidades - Padrão de Capital) e não superior ao de 45 (quarenta e cinco) UPCs, por dia em que persistir a infração;

III - intermediação temporária ou definitiva.

§ 1.º Na aplicação das multas diárias a que se refere este artigo, serão observados os seguintes limites:

1. de 05 (cinco) UPCs a 13 (treze) UPCs, nos casos de infrações consideradas leves;

2. de 14 (quatorze) UPCs a 45 (quarenta e cinco) UPCs, nos casos de infrações consideradas graves.

§ 2.º A penalidade de interdição, definitiva ou temporária, implica na cassação das licenças de instalação e de funcionamento e será aplicada nos casos de infrações gravíssimas.

§ 3.º O Regulamento desta Lei estabeleceu critérios para a classificação das infrações em leve, grave e gravíssimas.

**Art. 8.º** Responderá pela infração quem, por qualquer modo, a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

**Art. 9.º** Nos casos de reincidência, a multa será aplicada pelo valor correspondente ao dobro da anteriormente imposta, podendo, porém a penalidade consistir na interdição, temporária ou definitiva, a partir da terceira reincidência.

**Parágrafo único.** - Caracteriza-se a reincidência quando o infrator cometer nova infração da mesma natureza.

**Art. 10.** Da aplicação das penalidades previstas nesta Lei caberá recurso à autoridade imediatamente superior no prazo de 20 (vinte) dias contados da data do auto de infração, ouvida a autoridade recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão.



**Parágrafo único.** - No caso de imposição de multa, o recurso somente será processado se garantida a instância, mediante prévio recolhimento, no órgão arrecadador competente, do valor da multa aplicada.

**Art. 11.** O produto da arrecadação das multas decorrentes das infrações previstas nesta Lei constituirá receita do departamento de águas e Energia Elétrica.

**Art. 12.** O débito relativo à multa aplicada nos termos do artigo 7º, não se recolhido no prazo que for fixado, ficará sujeito:

I - à correção monetária do seu valor, a partir do segundo mês subsequente o da lavratura do auto de infração e imposição da multa;

II - ao acréscimo de 1,5% (um e meio por cento) por mês ou fração, a partir do mês subsequente ao do vencimento do prazo fixado para o recolhimento da multa;

III - ao acréscimo de 20% (vinte por cento), quando inscrito para cobrança executiva.

§ 1.º - A correção monetária mencionada no inciso I será determinada com base nos coeficientes de atualização adotados pela Secretaria da Fazenda para os débitos fiscais de qualquer natureza, vigorante no mês em que ocorrer o pagamento do débito.

§ 2.º - Os acréscimos referidos nos incisos II e III deste artigo incidirão sobre valor do débito atualizado monetariamente, nos termos do inciso I.

**Art. 13.** Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade, em casos de grave e iminente risco para vidas humanas ou recursos econômicos.

**Parágrafo único.** - Para a execução das medidas de emergenciais de que trata este artigo, poderão, durante o período crítico, ser reduzidas ou impedidas quaisquer atividades em áreas atingidas pela ocorrência.

**Art. 14.** Para garantir a execução do Sistema de Prevenção e Controle da Poluição do Meio - Ambiente previsto nesta Lei, em seu Regulamento e nas normas dela decorrentes, ficam, assegurados aos agentes credenciados do órgão competente a entrada, a qualquer dia ou hora, e a permanência, pelo tempo que se achar necessário, em estabelecimentos públicos ou privados.

**Art. 15.** Constituirão, também, objeto do regulamento desta Lei:

I - a indicação de órgão da Administração, Direta ou Indireta, competente para a aplicação desta Lei, e a fixação de suas atribuições;

II - a determinação de normas de utilização e preservação das águas, do ar do solo, bem como do ambiente ecológico em geral;

**III** - a enumeração das fontes de poluição referidas nos artigos 4º e 5º e na Disposição Transitória desta Lei e o preço a ser cobrado pelo órgão competente, pela expedição das licenças e do certificado neles previstos;

**IV** - o procedimento administrativo a ser adotado na aplicação das penalidades previstas nesta Lei;

**V** - os "Padrões de Qualidade do Meio - Ambiente", como tais entendidas a concentração, a qualidade e as características de toda e qualquer forma da matéria ou energia, cuja presença, nas águas, no ar ou no solo, possa ser considerada normal;

**VI** - os "Padrões de Emissão", como tais entendidas a intensidade, a concernede e as qualidades máximas de toda e qualquer forma de matéria ou energia o lançamento, ou a deliberação, nas águas, no ar ou no solo, seja permitido;

**VII** - os "Padrões de Condicionamento e Projeto", como tais entendidas as características e condições de lançamento, ou liberação, de toda e qualquer matéria ou energia, nas águas, no ar ou no solo, bem como as características econômicas de localização de utilização das fontes de poluição.

**Art. 16.** Somente poderão ser concedidos financiamentos, com recursos oriundos do Tesouro do Estado, sob forma de fundos especiais ou de capital, ou de qualquer outra, com taxas e condições favorecidas pela instituições financeiras sob controle acionário do Governo do Estado, às empresas que apresentarem o certificado a que se refere esta Lei, emitido pelos órgãos estaduais de controle da poluição .

**Art. 17.** (Vetado).

### **Disposições Transitórias**

**Artigo único.** - As fontes de poluição que forem enumeradas em regulamento existentes à data da vigência desta Lei, ficam obrigadas a registrar-se no órgão estadual de controle da poluição do meio ambiente e a obter licença de funcionamento, no prazo que lhes for fixado.

Paulo Egydio Martins, Governador do Estado

## LEI N.º 6.134, DE 2 DE JUNHO DE 1988

Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo, e dá outras providências

**Art. 1.º** Sem prejuízo do disposto na legislação específica vigente, a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo rege-se-á pelas disposições desta Lei e regulamentos dele decorrentes.

*Parágrafo único.* - Para efeitos desta Lei são consideradas subterrâneas as águas que correm natural ou artificialmente no subsolo, de forma suscetível de extração e utilização pelo homem.

**Art. 2.º** Nos regulamentos e normas decorrentes desta Lei serão sempre levados em conta a interconexão entre as águas subterrâneas e superficiais e as interações observadas no ciclo hidrológico.

**Art. 3.º** (Vetado).

**Art. 4.º** As águas subterrâneas deverão ter programa permanente de preservação e conservação, visando ao seu melhor aproveitamento.

§ 1.º A preservação e conservação dessas águas implicam em uso racional, aplicação de medidas contra a sua poluição e manutenção do seu equilíbrio físico, químico e biológico em relação aos demais recursos naturais

§ 2.º Os órgãos estaduais competentes manterão serviços indispensáveis à avaliação dos recursos hídricos do subsolo, fiscalizarão sua exploração e adotarão medidas contra a contaminação dos aquíferos e deterioração das águas subterrâneas.

§ 3.º Para os efeitos desta Lei, considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas das águas subterrâneas, que possa ocasionar prejuízo à saúde, à segurança e ao bem estar das populações, comprometer o seu uso para fins agropecuários, industriais, comerciais e recreativos e causar danos à fauna e flora naturais.

**Art. 5.º** Os resíduos líquidos, sólidos ou gasosos, provenientes de atividades agropecuárias, industriais, comerciais ou de qualquer outra natureza, só poderão ser conduzidos ou lançados de forma a não poluírem as águas subterrâneas.

*Parágrafo único.* - descarga de poluente, tais como águas ou refulgos industriais, que possam degradar a qualidade da águas subterrânea, e o descumprimento das demais determinações desta Lei e regulamentos decorrentes sujeitarão o infrator à penalidade previstas na legislação ambiental, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**Art. 6.º** A implantação de distritos industriais e de grandes projetos de irrigação, colonização e outros, que dependam da utilização de águas subterrâneas,

deverá ser precedida de estudos hidrogeológicos para a avaliação das reservas e do potencial de recursos hídricos e para o correto dimensionamento do abastecimento, sujeitos à aprovação pelos órgãos competentes, na forma a ser estabelecida em regulamento.

*Parágrafo único.* - As disposições do artigo 5º e seu parágrafo único deverão ser atendidas pelos estudos citados no "caput" deste artigo.

**Art. 7.º** Se no interesse da preservação conservação e manutenção do equilíbrio natural das águas subterrâneas, dos serviços públicos de abastecimento de água, ou por motivos geotécnicos ou ecológicos, se fizer necessário restringir a captação e o uso dessas águas, os órgãos de controle ambiente e de recursos hídricos poderão delimitar áreas destinadas ao seu controle.

**Art. 8.º** Os poços jorrantes deverão ser dotados de dispositivos adequados para evitar desperdícios, ficando passíveis de sanção os seus responsáveis que não tomarem providências nesse sentido.

*Parágrafo único.* - Os poços abandonados e as perfurações realizadas para outros fins, que não a extração de água, deverão ser adequadamente tamponados, de forma a evitar acidentes, contaminação ou poluição dos aquíferos.

**Art. 9.º** Sempre que necessário o Poder Público instituirá áreas de proteção aos locais de extração de águas subterrâneas, a fim de possibilitar a preservação e conservação dos recursos hídricos subterrâneos.

**Art. 10.º** Os órgãos estaduais de controle ambiental e de recursos hídricos fiscalizarão o uso das águas subterrâneas, para o fim de protegê-las contra a poluição e evitar efeitos indesejáveis nas águas superficiais.

§ 1.º O regulamento desta Lei instituirá um cadastro estadual de poços tubulares profundos e de captação de águas subterrâneas.

§ 2.º Todo aquele que perfurar poço profundo, no território do Estado, deverá cadastrá-lo na forma prevista em regulamento, apresentar as informações técnicas necessárias e permitir o acesso da fiscalização ao local dos poços.

§ 3.º As atuais captações de águas subterrânea deverão ser cadastradas em até 180 (cento e oitenta) dias da regulamentação desta Lei e as novas captações em até 30 (trinta) dias após a conclusão das respectivas obras.

**Art. 11.** Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação desta Lei.

**Art. 12.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Orestes Quércia, Governador do Estado

# LEI N.º 7663, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

(Projeto de lei n. 39/91, do deputado Sylvio Martini)

Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos

O Governador de São Paulo.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

## TÍTULO I

### DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

#### Capítulo I

#### Objetivos e Princípios

#### Seção I

#### Das Disposições Preliminares

**Art. 1.º** A Política Estadual de Recursos Hídricos desenvolver-se-á de acordo com os critérios e princípios adotados por esta Lei.

**Art. 2.º** A Política Estadual de Recursos Hídricos tem por objetivo assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social, possa ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo território do Estado de São Paulo.

**Art. 3.º** A Política Estadual de Recursos Hídricos atenderá aos seguintes princípios:

I - gerenciamento descentralizado, participativo e integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos e das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo geológico;

II - adoção da bacia hidrográfica como unidade físico - territorial de planejamento e gerenciamento;

III - reconhecimento do recurso hídrico com um bem público, de valor econômico, cuja utilização deve ser cobrada, observados os aspectos de quantidade, qualidade e as peculiaridades das bacias hidrográficas;

IV - rateio do custo das obras de aproveitamento múltiplo de interesse comum ou coletivo, entre os beneficiados;

V - combate e prevenção das causas e dos efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos d'água;

**VI** - compensação aos municípios afetados por áreas inundadas resultantes da implantação de reservatórios e por restrições impostas pelas leis de proteção de recursos hídricos;

**VII** - compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente.

## Seção II

### Das Diretrizes da Política

**Art. 4.º** Por intermédio do Sistema Integrado de Gerenciamento - SIRGH, o Estado assegurará meios financeiros e institucionais para atendimento do disposto nos artigos 205 a 213 da Constituição Estadual e especialmente para:

**I** - utilização racional dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, assegurado o uso prioritário para o abastecimento das populações;

**II** - maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos;

**III** - proteção das águas contra ações que, possam comprometer o seu uso atual e futuro;

**IV** - defesa contra eventos hidrológicos críticos, que ofereçam riscos à saúde e à segurança públicas assim como prejuízos econômicos e sociais;

**V** - desenvolvimento do transporte hidroviário e seu aproveitamento econômico;

**VI** - desenvolvimento de programas permanentes de conservação e proteção das águas subterrâneas contra poluição e superexploração;

**VII** - prevenção da erosão do solo nas áreas urbanas e rurais, com vistas à proteção contra a poluição física e o assoreamento dos corpos d'água.

**Art. 5.º** Os municípios, com áreas inundadas por reservatórios ou afetados por seus impactos ou aqueles que vierem a sofrer restrições por força da instituição pelo Estado de leis de proteção de mananciais, de áreas de proteção ambiental ou outros espaços territoriais especialmente protegidos, terão programas de desenvolvimento promovidos pelo Estado.

§ 1.º Os programas de desenvolvimento serão formulados e vincular-se-ão ao uso múltiplo dos reservatórios ou ao desenvolvimento regional integrado ou à proteção ambiental.

§ 2.º O produto da participação ou a compensação financeira do Estado, no resultado de exploração de potenciais hidroenergéticos em seu território, será aplicado, prioritariamente, nos programas mencionados no "caput" sob as condições estabelecidas em lei específica e em regulamento.

§ 3.º O Estado incentivará a formação de consórcios entre os municípios tendo em vista a realização de programas de desenvolvimento e de proteção ambiental, de âmbito regional.

**Art. 6.º** O Estado promoverá ações integradas nas bacias hidrográficas tendo em vista o tratamento de efluentes e esgotos urbanos, industriais e outros, antes do lançamento nos corpos d'água, com os meios financeiros e institucionais previstos nesta Lei e em seu regulamento.

**Art. 7.º** O Estado realizará programas conjuntos com os municípios, mediante convênios de mútua cooperação, assistência técnica e econômico-financeira, com vistas a:

I - instituição de áreas de proteção e conservação das águas utilizáveis para abastecimento das populações;

II - implantação, conservação e recuperação das áreas de proteção permanente e obrigatória;

III - zoneamento das áreas inundáveis, com restrições a usos incompatíveis nas áreas sujeitas a inundações freqüentes e manutenção da capacidade de infiltração do solo;

IV - implantação de sistemas de alerta e defesa civil para garantir a segurança e a saúde públicas, quando de eventos hidrológicos indesejáveis;

V - racionalização do uso das águas destinadas ao abastecimento urbano, industrial e à irrigação;

VI - combate e prevenção das inundações e da erosão;

VII - tratamento de águas residuárias, em especial dos esgotos urbanos.

**Art. 8.º** O Estado, observados os dispositivos constitucionais relativos à matéria, articulará com a União, outros Estados vizinhos e municípios, atuação para o aproveitamento e controle dos recursos hídricos em seu território, inclusive para fins de geração de energia elétrica, levando em conta, principalmente:

I - a utilização múltipla dos recursos hídricos, especialmente para fins de abastecimento urbano, irrigação, navegação, aquicultura, turismo, recreação, esportes e lazer;

II - o controle de cheias, a prevenção de inundações, a drenagem e a correta utilização das várzeas;

III - a proteção de flora e fauna aquáticas e do meio ambiente.

## Capítulo II

### Dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos

#### Seção I

##### Da Outorga de Direitos de Uso dos Recursos Hídricos

**Art. 9.º** A implantação de qualquer empreendimento que demande a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, a execução de obras ou serviços que alterem seu regime, qualidade ou quantidade dependerá de prévia manifestação, autorização ou licença dos órgãos e entidades competentes.

**Art. 10.** dependerá de cadastramento e da outorga do direito de uso a derivação de água de seu curso ou depósito, superficial ou subterrâneo, para fins de utilização no abastecimento urbano, industrial, agrícola e outros, bem como o lançamento de efluentes nos corpos d'água, obedecida a legislação federal e estadual pertinentes e atendidos os critérios e normas estabelecidos no regulamento.

*Parágrafo único.* - O regulamento desta Lei estabelecerá diretrizes quanto aos prazos para o cadastramento e outorga mencionados no "caput" deste artigo.

## Seção II

### Das Infrações e Penalidades

**Art. 11.** Constitui infração às normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos:

**I** - derivar ou utilizar recursos hídricos para qualquer finalidade, sem a respectiva outorga de direito de uso;

**II** - iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado com a derivação ou utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime, quantidade e qualidade dos mesmos, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes;

**III** - deixar expirar o prazo de validade das outorgas sem solicitar a devida prorrogação ou revalidação;

**IV** - utilizar-se dos recursos hídricos ou executar obras ou serviços relacionados com os mesmos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga;

**V** - executar a perfuração de poços profundos para a extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida autorização;

**VI** - fraudar as medições dos volumes de água utilizados ou declarar valores diferentes dos medidos;

**VII** - infringir normas estabelecidas no regulamento desta Lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo instruções e procedimentos fixados pelos órgãos ou entidades competentes.

**Art. 12.º** Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração do Estado de São Paulo, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator, a critério da autoridade competente, ficará sujeito às seguintes penalidades, independentemente da sua ordem de enumeração:



I - advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para correção das irregularidades;

II - multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de 100 (cem) a 1.000 (mil) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, ou qualquer outro título público que o substituir mediante conservação de valores;

III - intervenção administrativa, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos.

§ 1.º No caso dos incisos III e IV, independentemente da pena de multa, serão cobradas do infrator, as despesas em que incorrer a Administração para tornar efetivas as medidas previstas nos citados incisos, na forma dos artigos 36, 53, 56 e 58 do Código de Águas, sem prejuízo de responder pela indenização dos danos a que der causa.

§ 2.º Sempre que a infração cometida resultar prejuízo a serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo cominado em abstrato.

§ 3.º Das sanções acima caberá recurso à autoridade administrativa competente, nos termos do regulamento desta Lei.

§ 4.º Serão fatores atenuantes em qualquer circunstância, na aplicação de penalidades:

1. a inexistência de má-fé;

2. a caracterização da infração como de pequena monta e importância secundária.

**Art. 13.** As infrações às disposições desta Lei e das normas dela decorrentes serão, a critério da autoridade impositora, classificadas em leves, graves e gravíssimas, levando em conta:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - os antecedentes do infrator.

§ 1.º As multas simples ou diárias, a critério da autoridade aplicadora, ficam estabelecidas dentro das seguintes faixas:

1. de 100 (cem) a 200 (duzentas) vezes o valor nominal da UFESP, nas infrações leves;

2. de 200 (duzentas) a 500 (quinhentas) vezes o mesmo valor, nas infrações graves;

3. de 500 (quinhentas) a 1.000 (mil) vezes o mesmo valor, nas infrações gravíssimas.

§ 2.º Em caso de reincidência, a multa será aplicada pelo valor correspondente ao dobro da anteriormente imposta.

### Seção III

#### Da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

**Art. 14.º** A utilização dos recursos hídricos será cobrada na forma estabelecida nesta Lei e em seu regulamento, obedecidos os seguintes critérios:

I - cobrança pelo uso ou derivação, considerará a classe de uso preponderante em que for enquadrado o corpo d'água onde se localiza o uso ou derivação, a disponibilidade hídrica local, o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas, a vazão captada e seu regime de variação, o consumo efetivo e a finalidade a que se destina; e

II - cobrança pela diluição, transporte e assimilação de efluentes de sistemas de esgotos e de outros líquidos, de qualquer natureza, considerará a classe de uso em que for enquadrado o corpo d'água receptor, o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas, a carga lançada e seu regime de variação, ponderando-se, dentre outros, os parâmetros orgânicos físico-químicos dos efluentes e a natureza da atividade responsável pelos mesmos.

§ 1.º No caso do inciso II, os responsáveis pelos lançamentos não ficam desobrigados do cumprimento das normas e padrões legalmente estabelecidos, relativos ao controle de poluição das águas.

§ 2.º (Vetado)

§ 3.º No caso de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica aplicar-se-á legislação federal específica.

### Seção IV

#### Do Rateio de Custos das Obras

**Art. 15.º** As obras de uso múltiplo, ou de interesse comum ou coletivo, dos recursos hídricos, terão seus custos rateados, direta ou indiretamente, segundo critério e normas a serem estabelecidas em regulamento, atendidos os seguintes procedimentos:

I - a concessão ou autorização de obras de regularização de vazão, com potencial de aproveitamento múltiplo, deverá ser precedida de negociação sobre o rateio de custos entre os beneficiados, inclusive as de aproveitamento hidrelétrico, mediante articulação com a União;

II - a construção de obras de interesse comum ou coletivo dependerá de estudos de viabilidade técnica, econômica, social e

ambiental, com previsão de formas de retorno dos investimentos públicos ou justificativa circunstanciada da destinação de recursos a fundo perdido;

**III** - no regulamento desta Lei, serão estabelecidos diretrizes e critérios para financiamento ou concessão de subsídios para realização das obras de que trata este artigo, sendo que os subsídios somente serão concedidos no caso de interesse público relevante e na impossibilidade prática de identificação dos beneficiados, para o conseqüente rateio de custos.

*Parágrafo único.* - O rateio de custos das obras de que trata este artigo será efetuado segundo critério social e pessoal, e graduado de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, facultado aos órgãos e entidades competentes identificar, respeitados os direitos individuais, a origem de seu patrimônio e de seus rendimentos, de modo a que sua participação no rateio não implique a disposição de seus bens.

### Capítulo III

#### Do Plano Estadual de Recursos Hídricos

**Art. 16.** O Estado instituirá, por lei, com atualizações periódicas, o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH - tomando por base os planos de bacias hidrográficas, nas normas relativas à proteção do meio ambiente, as diretrizes do planejamento e gerenciamento ambientais e conterá, dentro outros, os seguintes elementos:

**I** - objetivos e diretrizes gerais, em níveis estadual e inter-regional, definidos mediante processo de planejamento iterativo que considere outros planos, gerais, regionais e setoriais, devidamente compatibilizado com as propostas de recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos do Estado;

**II** - diretrizes e critérios gerais para o gerenciamento de recursos hídricos;

**III** - diretrizes e critérios para a participação financeira do Estado no fomento aos programas regionais relativos aos recursos hídricos, quando couber, definidos mediante articulação técnica, financeira e institucional com a União, Estados vizinhos e entidades internacionais de cooperação;

**IV** - compatibilização das questões interbacias e consolidação dos programas anuais e plurianuais das bacias hidrográficas, previstas no inciso II do artigo seguinte;

**V** - programas de desenvolvimento institucional, tecnológico e gerencial, de valorização profissional e da comunicação social, no campo dos recursos hídricos.

**Art. 17.** Os planos de bacias hidrográficas conterão, dentre outros, os seguintes elementos:

I - diretrizes gerais, a nível regional, capazes de orientar os planos diretores municipais, notadamente nos setores de crescimento urbano, localização industrial, proteção dos mananciais, exploração mineral, irrigação e saneamento, segundo as necessidades de recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos das bacias ou regiões hidrográficas correspondentes;

II - metas de curto, médio e longo prazos para se atingir índices progressivos de recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos da bacia, traduzidos, entre outras, em:

a) planos de utilização prioritária e propostas de enquadramento dos corpos d'água em classe de uso preponderante;

b) programas anuais e plurianuais de recuperação, proteção, conservação e utilização dos recursos hídricos da bacia hidrográfica correspondente, inclusive com especificações dos recursos financeiros necessários;

c) programas de desenvolvimento regionais integrados a que se refere o artigo 5o. desta Lei.

III - programas de âmbito regional, relativos ao inciso V do artigo 16, desta Lei, ajustados às condições e peculiaridades da respectiva bacia hidrográfica.

**Art. 18.** O Plano Estadual de Recursos Hídricos será aprovado por lei cujo projeto será encaminhado à Assembléia Legislativa até o final do primeiro ano de mandato do Governador do Estado, com prazo de vigência de quatro anos.

*Parágrafo único.* - As diretrizes e necessidades financeiras para elaboração e implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos deverão constar das leis sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual do Estado.

**Art. 19.** Para avaliação da eficácia do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos de Bacias Hidrográficas, o Poder Executivo fará publicar relatório anual sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo e relatórios sobre a Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, de cada bacia hidrográfica objetivando dar transparência à administração pública e subsídios às ações dos Poderes Executivo e Legislativo de âmbito municipal, estadual e federal.

§ 1.º O relatório sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo deverá ser elaborado tomando-se por base o conjunto de relatórios sobre a Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica.

§ 2.º Os relatórios definidos no "caput" deste artigo deverão conter no mínimo:

I - avaliação da qualidade das águas;

II - o balanço entre disponibilidade e demanda;

**III** - a avaliação do cumprimento dos programas previstos nos vários planos de Bacias Hidrográficas e no de Recursos Hídricos;

**IV** - a proposição de eventuais ajustes dos programas, cronogramas de obras e serviços e das necessidades financeiras previstas nos vários planos de Bacias Hidrográficas e no de Recursos Hídricos;

**V** - as decisões tomadas pelo Conselho Estadual e pelos respectivos Comitês de Bacias.

§ 3.º Os referidos relatórios deverão ter conteúdo compatível com a finalidade e com os elementos que caracterizam os planos de recursos hídricos.

§ 4.º Os relatórios previstos no "caput" desse artigo consolidarão os eventuais ajustes aos planos decididos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

§ 5.º O regulamento desta Lei estabelecerá os critérios e prazos para elaboração e aprovação dos relatórios definidos no "caput" desse artigo.

**Art. 20.** Constará do Plano Estadual de Recursos Hídricos a Divisão Hidrográfica do Estado que definirá unidades hidrográficas, com dimensões e características que permitam e justifiquem o gerenciamento descentralizado dos recursos hídricos.

*Parágrafo único.* - O Plano Estadual de Recursos Hídricos e seus regulamentos devem propiciar a compatibilização, consolidação e integração dos planos, programas, normas e procedimentos técnicos e administrativos, a serem formulados ou adotados no processo de gerenciamento descentralizado dos recursos hídricos, segundo as unidades hidrográficas por ele estabelecidas.

## TÍTULO II

### DA POLÍTICA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS

#### Capítulo I

#### Do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH

##### Seção I

##### Dos Objetivos

**Art. 21.** Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, visa a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos e a formulação, atualização e aplicação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, congregando órgãos estaduais e municipais e a sociedade civil, nos termos do artigo 205 da Constituição do Estado.

##### Seção II

##### Dos Órgãos de Coordenação e de Integração Participativa

**Art. 22.** Ficam criados, como órgãos colegiados, consultivos e deliberativos, de nível estratégico, com composição, organização, competência e funcionamento definidos em regulamento desta Lei, os seguintes:

I - Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, de nível central;

II - Comitês de Bacias Hidrográficas, com atuação em unidades hidrográficas estabelecidas pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos.

**Art. 23.** O Conselho Estadual de Recursos Hídricos, assegurada a participação paritária dos Municípios em relação ao Estado, será composto por:

I - Secretários de Estado, ou seus representantes, cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso dos recursos hídricos, a proteção do meio ambiente, o planejamento estratégico e a gestão financeira do Estado;

II - representantes dos municípios contidos nas bacias hidrográficas, eleitos entre seus pares.

§ 1.º O CRH será presidido pelo Secretário de Estado em cujo âmbito se dá a outorga do direito de uso dos recursos hídricos, diretamente ou por meio de entidade a ela vinculada.

§ 2.º Integrarão o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, na forma como dispuser o regulamento desta Lei, representantes de universidades, institutos de ensino superior e de pesquisa, do Ministério Público e da sociedade civil organizada.

**Art. 24.** Os Comitês de Bacias Hidrográficas, assegurada a participação paritária dos Municípios em relação ao Estado serão compostos por:

I - representantes da Secretaria de Estado ou de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso de recursos hídricos, proteção ao meio ambiente, planejamento estratégico e gestão financeira do Estado, com atuação na bacia hidrográfica correspondente;

II - representantes dos municípios contidos na bacia hidrográfica correspondente;

III - representantes de entidades da sociedade civil, sediadas na bacia hidrográfica, respeitado o limite máximo de um terço do número total de votos, por:

a) universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

b) usuários das águas, representados por entidades associativas;

c) associações especializadas em recursos hídricos, entidades de classe e associações comunitárias, e outras associações não governamentais.

§ 1.º Os Comitês de Bacias Hidrográficas serão presididos por um de seus membros, eleitos por seus pares.

§ 2.º As reuniões dos Comitês de Bacias Hidrográficas serão públicas.

§ 3.º Os representantes dos Municípios serão escolhidos em reunião plenária de prefeitos ou de seus representantes.

§ 4.º Terão direito a voz nas reuniões dos Comitês de Bacias Hidrográficas representantes credenciados pelos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios que compõem a respectiva bacia hidrográfica.

§ 5.º Os Comitês de Bacias Hidrográficas poderão criar Câmaras Técnicas, de caráter compulsivo, para o tratamento de questões específicas de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos.

**Art. 25.** Competem ao CRH, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - discutir e aprovar propostas de projetos de lei referentes ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, assim como as que devam ser incluídas nos projetos de lei sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e orçamento anual do Estado;

II - aprovar o relatório sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo;

III - exercer funções normativas e deliberativas relativas à formulação, implantação e acompanhamento da Política Estadual de Recursos Hídricos;

IV - (vetado);

V - estabelecer critérios e normas relativas ao rateio, entre os beneficiados, dos custos das obras de uso múltiplo dos recursos hídricos ou de interesse comum ou coletivo;

VI - estabelecer diretrizes para a formulação de programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO;

VII - efetuar o enquadramento de corpos d'água em classes de uso preponderante, com base nas propostas dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs, compatibilizando-as em relação às repercussões interbacias e arbitrando os eventuais conflitos decorrentes;

VIII - decidir, originariamente, os conflitos entre os Comitês de Bacias Hidrográficas, com recurso ao Chefe do Poder Executivo, em último grau, conforme dispuser o regulamento.

**Art. 26.** Aos Comitês de Bacias Hidrográficas, órgãos consultivos e deliberativos de nível regional, competem:

**I** - aprovar a proposta da bacia hidrográfica, para integrar o Plano Estadual de Recursos Hídricos e suas atualizações;

**II** - aprovar a proposta de programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros em serviços e obras de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos em particular os referidos no artigo 4o. desta Lei, quando relacionados com recursos hídricos;

**III** - aprovar a proposta do plano de utilização, conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, em especial o enquadramento dos corpos d'água em classes de uso preponderantes, com o apoio de audiências públicas;

**IV** - (vetado);

**V** - promover entendimentos, cooperação e eventual conciliação entre os usuários dos recursos hídricos;

**VI** - promover estudos, divulgação e debates, dos programas prioritários de serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade;

**VII** - apreciar, até 31 de março de cada ano, relatório sobre a Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica.

**Art. 27.** O Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e os Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs, contarão com o apoio do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, que terá, dentre outras as seguintes atribuições:

**I** - coordenar a elaboração periódica do Plano Estadual de Recursos Hídricos, incorporando as propostas dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH, e submetendo-as ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH;

**II** - coordenar a elaboração de relatórios anuais sobre a situação dos recursos hídricos do Estado de São Paulo, de forma discriminada por bacia hidrográfica;

**III** - promover a integração entre os componentes do SIGRH, a articulação com os demais sistemas do Estado em matéria correlata, com o setor privado e a sociedade civil;

**IV** - promover a articulação com o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com os Estados vizinhos e com os Municípios do Estado de São Paulo.

**Art. 28.** O Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, terá organização estabelecida em regulamento, devendo contar com apoio



técnico, jurídico e administrativo de órgãos e entidades estaduais componentes do SIGRH, com cessão de funcionários, servidores e instalações.

§ 1.º Aos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado, responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos, no que se refere aos aspectos de quantidade e de qualidade, caberá a direção executiva dos estudos técnicos concernentes à elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, constituindo-se nas entidades básicas do CORHI para apoio administrativo, técnico e jurídico.

§ 2.º Para a hipótese de consecução de recursos financeiros, os órgãos e entidades referidos no § 1o. poderão atuar sob a forma de consórcio ou convênio, responsabilizando-se solidariamente em face de terceiros.

§ 3.º O apoio do CORHI, aos Comitês de Bacias Hidrográficas, será exercido de forma descentralizada.

§ 4.º Os Municípios poderão dar apoio ao CORHI na sua atuação descentralizada.

**Art. 29.** Nas bacias hidrográficas, onde os problemas relacionados aos recursos hídricos assim o justificarem, por decisão do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e aprovação do Conselho de Recursos Hídricos, poderá ser criada uma entidade jurídica, com estrutura administrativa e financeira própria, denominada Agência de Bacia.

§ 1.º A Agência de Bacia exercerá as funções de secretaria executiva do Comitê de Bacia Hidrográfica, e terá as seguintes atribuições:

I - elaborar periodicamente o plano de bacia hidrográfica submetendo-o aos Comitês de Bacia, encaminhando-o posteriormente ao CORHI, como proposta para integrar o Plano Estadual de Recursos Hídricos;

II - elaborar os relatórios anuais sobre a Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, submetendo-o ao Comitê de Bacia, encaminhando-o posteriormente, como proposta, ao CORHI;

III - gerenciar os recursos financeiros do FEHIDRO pertinentes à bacia hidrográfica, gerados pela cobrança pelo uso da água e os outros definidos no artigo 36, em conformidade do CRH e ouvido o CORHI;

IV - promover, na bacia hidrográfica, a articulação entre os componentes do SIGRH, com os outros sistemas do Estado, com o setor produtivo e a sociedade civil.

§ 2.º As Agências de Bacias somente serão criadas a partir do início da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e terão sua vinculação ao Estado e organização administrativa, além de sua personalidade jurídica, disciplinadas na lei que autorizar sua criação.

### Seção III

#### Dos Órgãos de Outorga de Direito de Uso das Águas, de Licenciamento de Atividades Poluidoras e demais Órgãos Estaduais Participantes

**Art. 30.** Aos órgãos da Administração Direta ou Indireta do Estado, responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos, no que se refere aos aspectos de quantidade e qualidade, caberá o exercício das atribuições relativas à outorga do direito de uso e de fiscalização do cumprimento da legislação de uso, controle, proteção e conservação de recursos hídricos, assim como o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e a fiscalização do cumprimento da legislação de controle de poluição ambiental.

§ 1.º A execução das atividades a que se refere este artigo deverá ser feita de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e mediante compatibilização e integração dos procedimentos técnicos e administrativos dos órgãos e entidades intervenientes.

§ 2.º Os demais órgãos da Administração Direta ou Indireta do Estado integrarão o SIGRH, exercendo as atribuições que lhes são determinadas por lei e participarão da elaboração e implantação dos planos e programas relacionados com as suas respectivas áreas de atuação.

### Capítulo II

#### Dos Diversos Tipos de Participação

##### Seção I

#### Da Participação dos Municípios

**Art. 31.** O Estado incentivará a formação de consórcios intermunicipais, nas bacias ou regiões hidrográficas críticas, nas quais o gerenciamento de recursos hídricos deve ser feito segundo diretrizes e objetivos especiais e estabelecerá convênios de mútua cooperação e assistência com os mesmos.

**Art. 32.** O Estado poderá delegar aos municípios que se organizarem técnica e administrativamente, o gerenciamento de recursos hídricos de interesse exclusivamente local, compreendendo, dentre outros, os de bacias hidrográficas que se situem exclusivamente no território do município e os aquíferos subterrâneos situados em áreas urbanizadas.

*Parágrafo único.* - O regulamento desta Lei estipulará as condições gerais que deverão ser observadas pelos convênios entre o Estado e os municípios, tendo como objeto a delegação acima, cabendo ao presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos autorizar a celebração dos mesmos.

##### Seção II

#### Da Associação de Usuários dos Recursos Hídricos

**Art. 33.** O Estado incentivará a organização e o funcionamento de associações de usuários como entidades auxiliares no gerenciamento dos recursos hídricos e na implantação, operação e manutenção de obras e serviços, com direitos e obrigações a serem definidos em regulamento.

### Seção III

#### Da Participação das Universidades, de Institutos de Ensino Superior e de Entidades de Pesquisa e desenvolvimento Tecnológico

**Art. 34.** Mediante acordos, convênios ou contratos, os órgãos e entidades integrantes do SIGRH contarão com o apoio e cooperação de universidades, instituições de ensino superior e entidades especializadas em pesquisa, desenvolvimento tecnológico públicos e capacitação de recursos humanos, no campo dos recursos hídricos.

### Capítulo III

#### Do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO

##### Seção I

##### Da Gestão do Fundo

**Art. 35.** O Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO criado para suporte financeiro da Política Estadual de Recursos Hídricos e das ações correspondentes, reger-se-á pelas normas estabelecidas nesta lei e em seu regulamento.

§ 1.º A supervisão do FEHIDRO será feita por um conselho de orientação, composto por membros indicados entre os componentes do CRH, observada a paridade entre Estado e municípios, que se articulará com o comitê coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI.

§ 2.º O FEHIDRO será administrado, quanto ao aspecto financeiro, por instituição oficial do sistema de crédito.

##### Seção II

##### Dos Recursos do Fundo

**Art. 36.** Constituirão recursos do FEHIDRO:

I - recursos do Estado e dos municípios a ele destinados por disposição legal;

II - transferência da União ou de Estados vizinhos, destinados à execução de planos e programas de recursos hídricos de interesse comum;

III - compensação financeira que o Estado receber em decorrência dos aproveitamentos hidroenergéticos em seu território;

IV - parte da compensação financeira que o Estado receber pela exploração de petróleo, gás natural e recursos minerais em seu território, definida pelo Conselho Estadual de Geologia e Recursos Minerais - COGEMIN, pela aplicação exclusiva em levantamentos, estudos e programas de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos subterrâneos;

V - resultado da cobrança pela utilização de recursos hídricos;

**VI** - empréstimos, nacionais e internacionais e recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais;

**VII** - retorno das operações de crédito contratadas, com órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e dos municípios, consórcios intermunicipais, concessionárias de serviços públicos e empresas privadas;

**VIII** - produto de operações de crédito e as rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

**IX** - resultados de aplicações de multas cobradas dos infratores da legislação de águas;

**X** - recursos decorrentes do rateio de custos referentes a obras de aproveitamento múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

**XI** - doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais e recursos eventuais.

*Parágrafo único.* - Serão despendidos até 10% (dez por cento) dos recursos do FEHIDRO com despesas de custeio e pessoal, destinando-se o restante, obrigatoriamente, para a efetiva elaboração de projetos e execução de obras e serviços do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

### Seção III

#### Das Aplicações do Fundo

**Art. 37.** A aplicação de recursos do FEHIDRO deverá ser orientada pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos, devidamente compatibilizado com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes orçamentárias e com o orçamento anual do Estado, observando-se:

**I** - os planos anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros seguirão as diretrizes e atenderão os objetivos do Plano Estadual de Recursos Hídricos e os objetivos e metas dos planos e programas estabelecidos por bacias hidrográficas;

**II** - o produto decorrente da cobrança pela utilização dos recursos hídricos será aplicado em serviços e obras hidráulicas e de saneamento, de interesse comum, previstos no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos planos estaduais de saneamento, neles incluídos os planos de proteção e de controle da poluição das águas, observando-se:

**a)** prioridade para os serviços e obras de interesse comum, a serem executados na mesma bacia hidrográfica em que foram arrecadados;

**b)** até 50 (cinquenta) por cento do valor arrecadado em uma bacia hidrográfica poderá ser aplicado em outra, desde que esta aplicação beneficie a

bacia onde foi feita a arrecadação e haja aprovação pelo Comitê de Bacia Hidrográfica respectivo.

**III** - os planos e programas aprovados pelos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs, a serem executados com recursos obtidos pela cobrança pela utilização dos recursos hídricos nas respectivas bacias hidrográficas, terão caráter vinculante para a aplicação desses recursos;

**IV** - preferencialmente, aplicações do FEHIDRO serão feitas pela modalidade de empréstimos;

**V** - poderão ser estipendiados à conta dos recursos do FEHIDRO a formação e o aperfeiçoamento de quadros de pessoal em gerenciamento de recursos hídricos.

§ 1.º Para atendimento do estabelecido nos incisos II e III, deste artigo, o FEHIDRO será organizado mediante subcontas, que permitam a gestão autônoma dos recursos financeiros pertinentes a cada bacia hidrográfica.

§ 2.º Os programas referidos no artigo 5o., desta Lei, quando não se relacionarem diretamente com recursos hídricos, poderão beneficiar-se de recursos do FEHIDRO, em conformidade com o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

**Art. 38.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### **Das Disposições Transitórias**

**Art. 1.º** O Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, e o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, sucederão aos criados pelo decreto n.º 27.576, de 11 de novembro de 1987, que deverão ser adaptados a esta Lei, em até 90 (noventa) dias contados da sua promulgação, por decreto do Poder Executivo.

**Art. 2.º** Fica desde já criado o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, cuja organização será proposta pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, em até 120 (cento e vinte) dias da promulgação desta Lei.

**Parágrafo único.** - Na primeira reunião dos comitês acima referidos, serão aprovados os seus estatutos pelos representantes do Estado e dos municípios, atendido o estabelecido nos artigos 24, 26 e 27 desta Lei.

**Art. 3.º** A adaptação a que se refere o artigo 1.º, das disposições transitórias e a implantação dos Comitês de Bacias acima referidos serão feitas por intermédio de Grupo Executivo e a ser designado pelo Poder Executivo.

**Parágrafo único** - A implantação dos comitês de bacias contará com a participação dos Municípios.

**Art. 4.º** A criação dos demais Comitês de Bacias Hidrográficas ocorrerá a partir de 1 (um) ano de experiência da efetiva instalação do Comitê das Bacias dos

rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e do Comitê do Alto Tietê, incorporando as avaliações dos resultados e as revisões dos procedimentos jurídico-administrativos aconselháveis, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, na seqüência que for estabelecida no Plano Estadual de Recursos Hídricos.

**Art. 5.º** (Vetado).

§ 1.º (Vetado)

§ 2.º (Vetado).

**Art. 6.º** Os municípios que sofrem restrições ao seu desenvolvimento em razão da implementação de áreas de proteção ambiental, por decreto, até a promulgação da presente Lei, serão compensados financeiramente pelo Estado, em conformidade com lei específica, desde que essas áreas tenham como objeto a proteção de recursos hídricos e sejam discriminadas no Plano Estadual de Recursos Hídricos.

**Art. 7.º** Compete ao departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE - no âmbito do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, exercer as atribuições que lhe forem conferidas por lei, especialmente:

I - autorizar a implantação de empreendimentos que demandem o uso de recursos hídricos, em conformidade com o disposto no artigo 9o. desta Lei, sem prejuízo da licença ambiental;

II - cadastrar os usuários e outorgar o direito de uso dos recursos hídricos, na conformidade com o disposto no artigo 10 e aplicar as sanções previstas nos artigos 11 e 12 desta Lei;

III - efetuar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, nas condições estabelecidas no inciso I, do artigo 13 desta Lei.

**Parágrafo único.** - Na reorganização do DAEE incluir-se-ão, entre as suas atribuições, estrutura e organização, as unidades técnicas e de serviços necessários ao exercício das funções de apoio ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e participação no Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI nos moldes e nas condições dispostas nos artigos 5.º e 6.º do decreto n. 27576, de 11 de novembro de 1987.

**Art. 8.º** A implantação da cobrança pelo uso da água será feita de forma gradativa atendendo-se, obrigatoriamente, as seguintes fases:

I - desenvolvimento, a partir de 1991, de programa de comunicação social sobre a necessidade econômica, social e ambiental da utilização racional e proteção da água. com ênfase para a educação ambiental, dirigida para o primeiro e o segundo ciclos;

II - implantação, em 1992, do sistema integrado de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, devidamente compatibilizado com sistemas correlacionados, de licenciamento ambiental e metropolitano;

**III** - cadastramento dos usuários das águas e regularização das outorgas de direito de uso, durante a implantação do primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos 1992/1995;

**IV** - articulação com a União e Estados vizinhos tendo em vista a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas de rios de domínio federal, durante o período de 1922/1995;

**V** - proposição de critérios e normas para a fixação dos preços públicos, definição de instrumentos técnicos e jurídicos necessários à implantação da cobrança pelo uso da água, no projeto de lei referente ao segundo Plano Estadual de Recursos Hídricos, a ser aprovado em 1995;

**VI** - (Vetado).

Luiz Antonio Fleury Filho, Governador do Estado

Observação: Artigos 5.º e 8.º revogados pela Lei n.º 9.034, de 27 de dezembro de 1994.

**RESOLUCAO CONJUNTA SMA/SAA N.º 02, DE 07 DE ABRIL DE 1997  
- (DOE DE 09.04.97)**

Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental, em áreas de preservação permanente, de obras, empreendimentos e atividades de desassoreamento, construções, reforma e ampliação de tanques, açudes e barramentos de corpos d água.

Os Secretários da Agricultura e Abastecimento e do Meio Ambiente, Considerando que as obras, empreendimentos e atividades de desassoreamento, construção, reforma e ampliação de tanques, açudes e barramentos de corpos d água em áreas de preservação permanente envolvem atribuições de ambas as Pastas;

Considerando que se inserem entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente a racionalização do uso da água e do solo, bem como o incentivo ao estudo e desenvolvimento de pesquisas e difusão de tecnologias de manejo e praticas orientadas para o uso racional de recursos ambientais, consoante o disposto nos artigos 2º e 4º da Lei Federal n.º 6938, de 31.08.81;

Considerando que se inserem entre os objetivos da Política Agrícola Nacional proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos naturais, cabendo aos órgãos de assistência técnica e extensão rural difundir tecnologias e praticas que viabilizem a produção ao mesmo tempo que assegurem a conservação dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, nos termos do estabelecido nos artigos 3º, 16 e 17 da Lei Federal n.º 8171, de 17.01.91;

Considerando que o Estado de São Paulo deve orientar a utilização racional de recursos naturais de forma sustentada, compatível com a preservação do meio ambiente, especialmente quanto à proteção e conservação do solo e da água, na forma do fixado no artigo 184, IV, da Constituição do Estado;

Considerando a importância do armazenamento de água para o desenvolvimento das atividades agropecuárias;

Considerando que para implantação destas obras, empreendimentos e atividades muitas vezes ha necessidade de se promover intervenção nas áreas de preservação permanente;

Considerando que através do processo SMA n.º 60972/93 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, concordou com o licenciamento dessas intervenções, desde que inexista formação florestal a ser suprimida; e

Considerando que a racionalidade e a economia processual devem orientar os procedimentos administrativos para fins de licenciamento ambiental,

Resolvem:

**Art. 1.º** As obras, empreendimentos e atividades destinadas ao desassoreamento, construção, reforma e ampliação de tanques, açudes e



barramentos de corpos d'água, em área de preservação permanente, assim definidas no artigo 2º, alíneas "a", "b" e "c", da Lei Federal n.º 4771, de 15.09.65, serão licenciadas pelo departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais - DEPRN, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

§ 1.º Havendo necessidade de supressão de maciços florestais nativos, o DPRN encarregar-se-á da anuência previa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

§ 2.º Havendo utilização ou derivação de recursos hídricos, o interessado deverá obter, além da licença de que trata este artigo, licença específica do departamento de águas e Energia Elétrica - DAEE, da Secretaria dos Recursos Hídricos e Saneamento e Obras, consoante o disposto nos artigos 9º e 10 da Lei Estadual n.º 7663, de 30.12.91.

**Art. 2.º** O requerimento para o licenciamento estabelecido no "*caput*" do artigo 1º ambiental deverá ser instruído com:

I - certidão da matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis respectivo ou, no caso de posseiros, com certidão negativa de distribuição de ações reais e possessórias em nome do interessado e de seus antecessores, passada pelo distribuidor da comarca onde se situar o imóvel;

II - planialtimétrica do imóvel, contendo informações sobre a vegetação a ser suprimida, se for o caso, corpos d'água e áreas de preservação permanente, e caminhos e estradas nele existentes, bem como sobre os confrontantes e coordenadas geográficas que o referenciem;

III - projeto técnico da obra, empreendimento ou atividade;

IV - proposta de medidas compensatórias e fotografia do local.

§ 1.º A planta planialtimétrica e o projeto técnico serão substituídas por "croqui" quando o espelho d'água formado for igual ou menor que cinco mil metros quadrados.

§ 2.º No caso do parágrafo antecedente, o requerente deverá apresentar declaração responsabilizando-se, administrativa, civil e criminalmente, pelas informações prestadas, em especial sobre a existência ou não de maciço florestal a ser suprimido.

§ 3.º As informações e a representação cartográfica da tipologia da vegetação natural deverão atender a Resolução conjunta IBAMA/SMA n.º 01/94.

§ 4.º não havendo intervenção em área de preservação permanente, ou supressão de maciço florestal, o requerente fica desobrigado das medidas compensatórias de que trata este artigo.

§ 5.º O corpo técnico da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, prestará apoio aos agricultores para o atendimento do disposto nesta Resolução.

**Art. 3.º** deverão ser adotadas, quando for o caso, alguma das seguintes medidas compensatórias:

I - termo de compromisso de reposição florestal, em superfície equivalente à prevista para intervenção, para o plantio de mil e setecentas mudas de árvores por hectare, sendo dois terços de pioneiras e um terço de clímax e secundárias;

II - averbação da reserva legal de que trata o artigo 16 da Lei Federal n.º 4771, de 15.09.65, à margem da matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis, respectivo.

**Art. 4.º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**RESOLUÇÃO CONJUNTA SMA/SAA N.º 03, DE 07 DE ABRIL DE 1997  
- (DOE DE 09.04.97)**

Disciplina o uso de fogo controlado como pratica fitossanitária.

Os Secretários da Agricultura e Abastecimento e do Meio Ambiente,

Considerando que o uso do fogo controlado constitui-se por vezes na melhor medida para o controle de pragas e doenças que atingem culturas de valor econômico;

Considerando que cabe ao Estado de São Paulo controlar o uso de técnicas e métodos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, bem como proteger a fauna e a flora vedadas, na forma da lei, as praticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, nos termos do disposto no artigo 225, V e VII, da Constituição Federal;

Considerando que a ordem econômica assenta-se na defesa do consumidor e a defesa do meio ambiente, nos termos do insculpido no artigo 170, V e VI, da Constituição Federal;

Considerando que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propicia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio - econômico, aos interesses da segurança nacional e a à proteção da dignidade da vida humana, compatibilizando o desenvolvimento econômico - social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, consoante o disposto nos artigos 1º e 4º da Lei Federal 6938, de 31.08.81;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado de São Paulo, garantido mediante políticas sociais e econômicas e ambientais que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, na forma do fixado no artigo 219 da Constituição do Estado;

Considerando que cabe ao Estado de São Paulo manter um sistema de defesa sanitária animal e vegetal, conforme o disposto no artigo 184, V, da Constituição do Estado;

Considerando que os artigos 27 a 46 do decreto Federal n.º 24114, de 12.04.34, que aprovou o Regulamento de defesa Sanitária Vegetal, disciplinam os procedimentos destinados a erradicar pragas e doenças reconhecidamente nocivas à agricultura nacional, mediante a destruição parcial ou total de lavouras contaminadas ou passíveis de contaminação;

Considerando que o decreto Estadual n.º 28848, de 30.08.88, ao proibir o emprego de fogo para fins de limpeza e preparo do solo, salvo para eliminação dos restos de cultura de algodão e destinadas à colheita de cana-de-açúcar, não proibiu seu uso em praticas fitossanitárias em face de seu relevante interesse público,

Resolvem:

**Art. 1.º** O uso de fogo controlado, como pratica fitossanitária, condiciona-se a autorização da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

§ 1.º A autorização deverá observar as normas de proteção ambiental e somente será concedida após inspeção do local e elaboração de laudo técnico circunstanciado.

§ 2.º A autorização indicará precisamente a localização da propriedade, a motivação de ordem técnica, as instruções sobre formas de manejo, normas de segurança e de proteção ambiental que deverão ser rigorosamente observados, devendo a CATI comunicar, previamente à expedição, a Polícia Florestal e de Mananciais e o órgão regional da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB sua decisão.

§ 3.º O proprietário do imóvel é o responsável pelo correto uso do fogo devendo observar fielmente as instruções constantes da autorização recebida.

**Art. 2.º** É vedado o uso de fogo para controle da cigarrinha de pastagem e para renovação de pastagens, limpeza ou preparo do solo.

**Art. 3.º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**RESOLUCAO CONJUNTA SMA/SAA N.º 04, DE 07 DE ABRIL DE 1997  
- (DOE DE 09.04.97)**

Dispõe sobre o licenciamento ambiental dos projetos conservacionistas constantes do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

Os Secretários da Agricultura e Abastecimento e do Meio Ambiente,

Considerando que o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, criado pelo decreto Estadual n.º 27.329, de 03.09.87, envolve atribuições de ambas as Pastas;

Considerando que entre os princípios e objetivos perseguidos pela Política Nacional do Meio Ambiente encontram-se a racionalização do uso da água e do solo, o planejamento e a fiscalização dos recursos ambientais, a proteção de áreas ameaçadas de degradação, a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, o incentivo ao estudo e o desenvolvimento de pesquisas, difusão de tecnologias de manejo e práticas orientadas para o uso racional de recursos ambientais, a preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propícios à vida, nos termos do disposto nos artigos 2º e 4º da Lei Federal n.º 6938, de 31.08.81;

Considerando que a Política Agrícola Nacional estabelece que o Poder Público deve disciplinar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora, bem como coordenar programas de incentivo à preservação das nascentes dos cursos d'água e do meio ambiente e coordenar programas de estímulo e incentivo à preservação das nascentes dos cursos d'água e do meio ambiente e que as bacias hidrográficas constituem-se em unidades básicas de planejamento do uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais, na forma do disciplinado nos artigos 19 e 20 da Lei Federal n.º 8171, de 17.01.91;

Considerando que cabe ao Estado de São Paulo orientar a utilização racional de recursos naturais de forma sustentada, compatível com a preservação do meio ambiente, especialmente quanto à proteção e conservação do solo e da água, nos termos do fixado no artigo 184, IV, da Constituição do Estado;

Considerando que as ações conservacionistas do solo e da água, previstas no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, objetivam a recuperação ambiental, além de possibilitar a continuidade da exploração econômica das terras agrícolas;

Considerando que os projetos conservacionistas, no âmbito do Programa, serão elaborados e executados pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento e que no seu planejamento não há necessidade de se individualizar os proprietários rurais;

Considerando que a racionalidade e a economia processual devem orientar os procedimentos administrativos e que a análise do conjunto das intervenções previstas no Programa se mostra suficiente;

Resolvem:

**Art. 1.º** Os projetos referentes às intervenções previstas no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas serão elaborados e executados sob responsabilidade técnica da Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

§ 1.º O órgão elaborador dos projetos técnicos:

I - atenderá à legislação florestal e ambiental pertinente;

II - deverá prever a recuperação das matas ciliares;

III - indicará, uma a uma, as intervenções que necessitem de licenciamento ambiental, tais como supressão de vegetação e atividades em área de preservação permanente.

§ 2.º Somente em situações imprescindíveis os projetos técnicos preverão intervenções em áreas de preservação permanente e a supressão de vegetação nativa previstas.

**Art. 2.º** Cabe ao departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais - DEPRN, da Secretaria do Meio Ambiente, emitir, em nome da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a autorização para o conjunto das intervenções previstas no Programa referido no artigo precedente.

§ 1.º No caso de intervenção em área de preservação permanente e que envolva a supressão de maciços florestais, o DEPRN encarregar-se-á da consulta prévia ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

§ 2.º O DEPRN informará a Polícia Florestal e de Mananciais sobre as autorizações que emitir, localizando nestas as intervenções corretivas em áreas de preservação permanente.

**Art. 3.º** No caso de derivação de recursos hídricos, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento incumbir-se-á de obter a licença respectiva junto ao departamento de águas e Energia Elétrica - DAEE, da Secretaria dos Recursos Hídricos, Saneamento e Obras.

**Art. 4.º** O disposto nesta resolução não se aplica ao licenciamento ambiental de imóveis individualmente considerados, que deverão assim requerer junto ao DEPRN.

**Art. 5.º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

## RESOLUÇÃO SMA-66, DE 18 DE AGOSTO DE 1998 - (DOE DE 19.08.98)

A Secretária do Meio Ambiente resolve:

**Art. 1.º** A celebração, pelos órgãos e entidades subordinados e vinculados à Secretaria do Meio Ambiente, dos termos de compromisso de ajustamento de conduta ambiental a que se refere o artigo 79-A da Lei Federal 7605, de 12.02.98, na redação dada pela Medida Provisória 1710, de 07.08.98, deve ser feita com observância do seguinte:

I - os cronogramas de execução das medidas corretivas deverão prever o prazo máximo das medidas corretivas deverão prever o prazo máximo de até 3 anos, a contar da lavratura do termo;

II - ser firmado em conformidade com as disposições estabelecidas pela referida Lei e nos moldes da Resolução SMA 5, de 07.01.97.

*Parágrafo único.* - O não cumprimento de qualquer das condições estabelecidas no termo de ajustamento de conduta, salvo caso fortuito ou força maior, acarreta a imediata interdição ou embargo da atividade ou empreendimento.

**Art. 2.º** Sem prejuízo das medidas de controle, deve ser indeferido de plano o requerimento para lavratura do termo de ajustamento de que trata o artigo anterior nos casos de empreendimentos ou atividade que:

I - possam causar risco à saúde pública;

II - cujo licenciamento seja técnica ou juridicamente inviável;

III - dependam de outras autorizações ou licenças do poder público, que precedam as licenças ambientais e não as tenham obtido.

**Art. 3.º** Todos os atos técnicos e administrativos relativos aos termos de ajustamento de conduta serão apensados aos procedimentos administrativos relativos ao empreendimento ou atividade e o acompanhamento de seu cumprimento será efetivado pela unidade responsável por seu atendimento.

**Art. 5º** (sic) - Os responsáveis pelos órgãos e entidades subordinados ou vinculados à Pasta podem estabelecer procedimentos internos complementares necessários ao cumprimento desta resolução.

**Art. 6.º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## DECRETO N.º 41.719, DE 16 DE ABRIL DE 1997 - (DOE DE 17.04.97)

Regulamenta a Lei n.º 6171, de 04 de julho de 1988, alterada pela Lei n.º 8421, de 23 de novembro de 1993, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola.

MARIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e à vista do disposto no artigo 3º da Lei n.º 8421, de 23 de novembro de 1993,

decreta:

**Art. 1.º** O uso, conservação e preservação do solo agrícola de que trata a Lei n.º 6171, de 04 de julho de 1988, alterada pela Lei n.º 8421, de 23 de novembro de 1993, fica regulamentado nos termos deste decreto.

**Art. 2.º** O solo agrícola é patrimônio da humanidade cumprindo aos responsáveis pela sua exploração:

**I** - zelar pelo aproveitamento adequado e pela conservação das águas em todas as suas formas;

**II** - controlar a erosão do solo, em todas as suas formas;

**III** - evitar processos de desertificação;

**IV** - evitar assoreamento de cursos d'água e bacias de acumulação;

**V** - zelar pelas dunas, taludes e escarpas naturais ou artificiais;

**VI** - evitar a prática de queimadas, praticando-as, somente, nas hipóteses previstas neste decreto;

**VII** - evitar o desmatamento das áreas impróprias para exploração agrosilvopastoril e promover a possível vegetação permanente nessas áreas, quando desmatadas;

**VIII** - recuperar, manter e melhorar as características físicas, químicas e biológicas do solo agrícola;

**IX** - adequar a locação, construção e manutenção de barragens, estradas, carreadores, caminhos, canais e irrigação e prados escoadouros aos princípios de conservação do solo agrícola.

§ 1.º Considera-se solo agrícola para os efeitos deste decreto a superfície de terra utilizada, ou passível de utilização para exploração agrosilvopastoril.

§ 2.º Entende-se por conservação do solo a manutenção e melhoramento de sua capacidade produtiva.



§ 3.º As responsabilidades por danos ou prejuízos ao solo agrícola podem decorrer tanto de ação quanto de omissão e serão estabelecidas nos termos deste decreto.

**Art. 3.º** A política de uso racional do solo constitui-se no conjunto de objetivos, normas, procedimentos e ações encetadas pelo poder público, visando à manutenção e à melhoria do potencial produtivo do solo agrícola.

*Parágrafo único* - Esse conjunto de medidas se aplica, isolada ou concomitantemente, aos aspectos pertinentes às características físicas, químicas, biológicas e especiais do solo agrícola, visando coibir todas as causas de sua degradação e de sua inviabilização produtiva, devendo levar em conta:

1. o entendimento sistêmico da unidade de planejamento e ação, seja ela propriedade rural, microbacia ou região;
2. a integração e a diversificação das atividades animais e vegetais;
3. a utilização racional dos fatores de produção disponíveis no local;
4. a busca de auto-sustentabilidade energética e ecológica;
5. a utilização racional dos recursos florestais, visando seu manejo sustentado.

**Art. 4.º** A utilização e manejo do solo agrícola serão executados mediante planejamento embasado na capacidade de uso das terras, de acordo com as técnicas de conservação do solo agrícola correspondentes.

§ 1.º Os trabalhos de determinação das classes de capacidade de uso dos solos e de definição de tecnologia de conservação do solo agrícola serão priorizados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento quando:

1. houver solicitação formal do interessado;
2. for constatada, em inspeção, irregularidade no uso do solo agrícola.

§ 2.º Os trabalhos de determinação das classes de capacidade de uso dos solos e de definição de tecnologia de conservação do solo agrícola serão efetuados através de análise, avaliação e correção pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, do projeto técnico de conservação do solo agrícola providenciado pelo interessado ou pelo responsável por irregularidade no uso do solo agrícola.

§ 3.º Os conceitos e critérios técnicos que irão nortear os trabalhos de determinação de classes de capacidade de uso dos solos e de elaboração de

projetos de definição de tecnologia de conservação do solo agrícola serão estabelecidos com observância do disposto no artigo 3º deste decreto, em portaria do Coordenador da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, ouvido o Instituto Agrônômico da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária.

§ 4.º Os loteamentos destinados ao uso agrosilvopastoril em planos de colonização, redivisão ou reforma agrária deverão obedecer a um planejamento de uso adequado do solo e a uma divisão em lotes que permitam o adequado manejo das águas de escoamento, possibilitando a implantação de plano integrado de conservação do solo, na bacia hidrográfica.

**Art. 5.º** As queimadas deverão ser evitadas e só serão toleradas quando autorizadas previamente pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento desde que:

I - caracterizem medida fitossanitária que exija destruição de restos culturais;

II - problemas de ordem social exijam a sua prática em caráter transitório;

III - caracterizem a medida fitotécnica eventual mais adequada à situação em questão.

§ 1.º As Secretarias de Agricultura e Abastecimento e do Meio Ambiente estabelecerão, em Resolução Conjunta, as condições a serem observadas na realização de queimadas nas hipóteses previstas neste artigo.

§ 2.º O uso de queimada poderá ser autorizado pelo dirigente da unidade administrativa definida pelo Coordenador da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, mediante requerimento do interessado e previa inspeção do local.

§ 3.º A unidade administrativa responsável pela autorização para o uso da queimada deverá verificar, em inspeção posterior, o cumprimento das condições estabelecidas para a realização da mesma.

**Art. 6.º** As propriedades situadas em região de solo agrícola degradado, bem como as situadas em áreas de programas especiais, instituídos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, sujeitar-se-ão ao cumprimento de planos mínimos e simples, técnicos e exeqüíveis, de conservação do solo e da água.

*Parágrafo único* - Os planos previstos neste artigo poderão ser elaborados às expensas do Estado, pelos técnicos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento ou, se necessário, por técnicos da iniciativa privada e fornecidos gratuitamente aos produtores rurais, atendendo-se prioritariamente aos pequenos e médios produtores, facultada a apresentação de planos próprios, elaborados por técnicos habilitados, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 7.º** Uma região será declarada de solo agrícola degradado, por ato do Secretário de Agricultura e Abastecimento, quando seu uso atual e as técnicas de manejo e conservação do solo adotadas acarretarem perda de nutrientes, desequilíbrio nutricional, redução da atividade biológica e do nível de matéria orgânica, deterioração da estrutura do solo e compactação do solo, reduzindo o rendimento das colheitas.

**Art. 8.º** A Secretaria de Agricultura e Abastecimento poderá:

I - promover, às suas expensas, ou em conjunto com os poderes públicos federal e municipais, o controle de erosão das estradas rurais, bem como a recuperação de áreas degradadas, públicas ou privadas, abrangidas por programas especiais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento desde que comprovado o indiscutível interesse social;

II - fornecer gratuitamente sementes e mudas, visando à recuperação de regiões degradadas ou à proteção de áreas abrangidas por programas especiais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

§ 1.º Caracterizar-se-á o interesse social para fins de recuperação de área degradada, quando:

1. houver, na área em questão, alta concentração de pequenos e médios

proprietários;

2. houver, na área em questão, alta concentração de produção de alimentos básicos;

3. a área em questão for responsável pelo abastecimento de água para áreas urbanas ou contiver nascentes de mananciais;

4. for necessário interromper processo de erosão acelerada.

§ 2.º Para a recuperação de regiões degradadas prevista neste artigo poderá a Secretaria de Agricultura e Abastecimento arcar, total ou parcialmente com as despesas relativas a obras e serviços de motomecanização necessários, bem como fornecer máquinas e implementos agrícolas aos pequenos e médios agricultores, mediante permissão de uso, gratuita e por prazo determinado.

**Art. 9.º** A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, ouvido o Instituto Agrônomo da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária, estabelecerá as normas técnicas necessárias a serem adotadas, a fim de evitar e conter a erosão do solo agrícola adjacente às margens das rodovias e ferrovias.

§ 1.º Consideram-se tratamento de conservação do solo agrícola as medidas e procedimentos adequados que permitam evitar ou solucionar problemas de

erosão, tanto nos leitos das estradas, taludes, faixas de domínio, bem como seus reflexos nas propriedades adjacentes, que por sua vez, não poderão utilizar-se do leito das estradas para canalizar as águas de chuva delas oriundas.

§ 2.º As propriedades adjacentes ficam obrigadas a permitir a utilização das áreas necessárias para adequação e manutenção das estradas ou ferrovias e o escoamento adequado das águas.

§ 3.º Caberá aos órgãos públicos responsáveis pelas estradas ou ferrovias, bem como, as suas concessionárias, nas respectivas esferas de atuação, prevenir e corrigir a erosão das estradas ou ferrovias e das faixas de domínio, de forma a não causar danos às propriedades vizinhas.

**Art. 10.º** Nas áreas periféricas ao quadro urbano, a execução de arruamentos, loteamentos, edificações e obras não poderá ocasionar a geração de processos erosivos de origem hídrica no solo agrícola adjacente.

*Parágrafo único* - Caberá ao Poder Público Municipal, no âmbito de sua competência, adotar as medidas necessárias objetivando controlar e evitar a erosão nas áreas periféricas ao quadro urbano:

1. prevenindo a degradação do solo agrícola decorrente da ação das águas originárias de áreas urbanas;
2. recuperando as áreas atingidas pela erosão decorrente da ação das águas originárias de áreas urbanas.

**Art. 11.** Todas as propriedades agrícolas, públicas ou privadas, ficam obrigadas a receber as águas de escoamento das estradas ou ferrovias desde que tecnicamente conduzidas, podendo essas águas atravessar tantas quantas forem as propriedades à jusante, até que essas sejam moderadamente absorvidas pelas terras ou seu excesso despejado em manancial receptor natural.

§ 1.º não haverá em hipótese alguma indenização pela área ocupada pelos canais de escoamento do Prado Escadouro revestido especialmente para esse fim.

§ 2.º O escoamento das águas das estradas ou ferrovias, deverá ser conduzido tecnicamente, de forma a:

1. não causar erosão e degradação do solo nas propriedades agrícolas;
2. não poluir cursos d'água;
3. não obstruir o tráfego dentro da propriedade.

§ 3.º O escoamento das águas de uma propriedade através de outras propriedades, será efetuado com observância do disposto no Código de Águas.

**Art. 12** O mau uso do solo atenta contra os interesses do Estado, exigindo deste serviços de orientação, fiscalização e repressão que permitam o controle integrado e efetivo dos seus recursos naturais.

§ 1.º O departamento de defesa Agropecuária, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento é o órgão responsável pela fiscalização do cumprimento deste, sem prejuízo da colaboração de outros órgãos e instituições públicas ou privadas.

§ 2.º Todos os órgãos de assistência técnica do Poder Público Estadual ao meio rural deverão dar prioridade à educação de conservação do solo agrícola.

**Art. 13.** O descumprimento das Leis n.º 6171, de 04 de julho de 1988 e 8421, de 23 de novembro de 1993, na forma deste decreto, sujeitara os infratores às seguintes penalidades:

I - publicação no Diário Oficial do Estado dos nomes dos proprietários, bem como das respectivas propriedades;

II - multa de 20 (vinte) a 1000 (mil) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs;

III - pagamento dos serviços realizados pelo Estado para promover a recuperação das áreas em processos de desertificação ou degradação, nos termos do artigo 17 deste decreto.

§ 1.º As penalidades acima referidas incidirão sobre os autores sejam eles arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, técnicos responsáveis, administradores, diretores, promitentes-compradores ou proprietários de áreas agrosilvopastoril, ainda que praticadas por prepostos ou subordinados e no interesse dos proponentes ou superiores hierárquicos.

§ 2.º O servidor ou funcionário da Administração Direta ou Indireta do Estado incumbido da fiscalização, orientação e cumprimento deste decreto será responsabilizado administrativamente, civil e penalmente por sua omissão, desídia ou favorecimento ilícito.

§ 3.º As penalidades serão aplicadas em relação a cada área pertencente a uma mesma classe de capacidade de uso e submetida ao mesmo tipo de uso ou manejo, ainda que se refiram ao mesmo imóvel rural.

**Art. 14.** O infrator terá um prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência da autuação, para apresentar defesa dirigida ao Diretor do Escritório Regional de defesa Agropecuária, do departamento de defesa Agropecuária, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, podendo, nesse prazo, ter vista dos autos.

§ 1.º No mesmo prazo fixado no "caput" o infrator poderá, alternativamente à defesa, apresentar compromisso de elaboração, em 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, a critério da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, desde que solicitado por escrito e

devidamente justificado, de projeto contendo a determinação das classes de capacidade de uso de solo da área em questão e um plano de definição de tecnologia de conservação do solo agrícola, obrigando-se formalmente a implantá-lo no prazo previsto.

§ 2.º Apresentado o compromisso previsto no parágrafo anterior ficara sustada a aplicação de penalidade até o decurso do prazo previsto para a implantação do projeto.

§ 3.º Acolhida a defesa, no mérito, ou executado corretamente, e dentro do prazo previsto, o projeto técnico de conservação do solo agrícola, será cancelada a autuação.

§ 4.º A penalidade será aplicada ao infrator, em conformidade com as regras de competência e gradação estabelecidas neste decreto, quando:

1. não for apresentada defesa ou o compromisso de que trata o parágrafo 1º deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da autuação;

2. a defesa não for acolhida ou o projeto técnico de conservação do solo agrícola não for executado corretamente e dentro do prazo previsto;

3. não for aprovado o projeto técnico de conservação do solo agrícola ou não for providenciada sua correção no prazo fixado.

§ 5.º Caberá ao Diretor do Escritório Regional de defesa Agropecuária decidir, motivadamente, acerca da produção de prova requerida na defesa.

**Art. 15.** O projeto técnico de conservação do solo agrícola, proposto pelo autuado na forma estabelecida no parágrafo 1º do artigo anterior, deverá ser avaliado e, se for o caso, corrigido pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados de sua apresentação ao órgão.

§ 1.º Em caso de força maior comprovada, o prazo estipulado no projeto técnico de conservação do solo agrícola poderá ser prorrogado, a juízo do departamento de defesa Agropecuária, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, desde que já iniciadas as obras de execução.

§ 2.º Finda a implantação do projeto técnico de conservação do solo agrícola, deverá o autuado dar ciência ao departamento de defesa Agropecuária, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, o qual determinará a realização de inspeção.

§ 3.º A inspeção do projeto técnico de conservação do solo agrícola implantado deverá ocorrer, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, elaborando-se, neste prazo,

relatório em que constara, se for o caso, orientação para correção de defeitos e prazo para essa finalidade.

**Art. 16.** As multas previstas no inciso II do artigo 13 deste decreto serão graduadas em função do dano causado ao solo agrícola, consideradas a extensão da área e a seguinte classificação:

**I** - causar erosão;

**a)** laminar:

1. ligeira;
2. moderada;
3. severa;
4. muito severa;
5. extremamente severa;

**b)** em sulcos:

1. superficiais: ocasionais, freqüentes ou muito freqüentes;
2. rasos: ocasionais, freqüentes ou muito freqüentes;
3. profundos: ocasionais, freqüentes ou muito freqüentes;
4. muito profundos: ocasionais, freqüentes ou muito freqüentes.

**II** - impedir a correção de erosão adjacente a estradas ou ferrovias;

**III** - provocar desertificação;

**IV** - degradar as características físicas, químicas e biológicas do solo agrícola:

**a)** dano ligeiro;

**b)** dano severo;

**c)** dano extremamente severo;

**V** - praticar queimadas sem a necessária autorização ou em desacordo com esta;

**VI** - construir barragens, estradas, caminhos, canais de irrigação ou prados escoadouros de forma inadequada, que facilite processo de erosão;

**a)** dano ligeiro;

**b)** dano severo;

**c)** dano extremamente severo;

**VII** - impedir ou dificultar a ação dos agentes do departamento de defesa Agropecuária, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento na fiscalização de atos considerados danosos ao solo agrícola;

**VIII** - provar assoreamento ou contaminação de cursos d'água ou bacias de acumulação.

§ 1.º Em caso de reincidência a multa será aplicada pelo valor correspondente ao dobro da anteriormente imposta.

§ 2.º A menor multa aplicada em qualquer caso de irregularidade será de 20 (vinte) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs.

§ 3.º Os valores das multas serão estabelecidas em Resolução do Secretário de Agricultura e Abastecimento, graduadas em conformidade com as disposições deste artigo.

**Art. 17.** Nas áreas, não abrangidas nos programas especiais previstos no artigo 8º, em que se verificar processo de erosão ou desertificação, sem que o proprietário, a que já houver sido imposta a penalidade de multa, pelo mesmo fato, tenha providenciado a correção, o Poder Público Estadual, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento efetuara obras e serviços necessários à recuperação aplicando ao infrator a penalidade de pagamento correspondente ao valor despendido, nos termos do inciso III do artigo 13 deste decreto.

§ 1.º A autorização para recuperação das áreas de que trata o "caput" é da alçada do Secretário de Agricultura e Abastecimento.

§ 2.º O pagamento previsto neste artigo deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias contados do recebimento da respectiva notificação.

**Art. 18.** As infrações ao presente decreto não contempladas no artigo 16 ficarão sujeitas à penalidade prevista no inciso I do artigo 13.

**Art. 19.** São competentes para aplicação das penalidades previstas no artigo 13 deste decreto:

**I** - os Diretores dos Escritórios Regionais de defesa Agropecuária do departamento de defesa Agropecuária da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento: as penalidades previstas no inciso I e II;

**II** - o Diretor do Centro de Fiscalização de Insumos e conservação do Solo do departamento de defesa Agropecuária da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento: as penalidades previstas no inciso I e III;

**Art. 20.** Das penalidades aplicadas pelos Chefes dos Escritórios Regionais e pelo Diretor do Centro de Fiscalização de Insumos e Conservação do Solo caberá recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da penalidade aplicada, ao



Diretor do departamento de defesa Agropecuária da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

*Parágrafo Único.* - Acolhido o recurso, no mérito, o Diretor do departamento de defesa Agropecuária da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento determinara o cancelamento do auto de infração e da penalidade aplicada.

**Art. 21.** As multas aplicadas por infração a este decreto, bem como o pagamento dos serviços, previsto nos artigos 13, inciso III e 17, serão recolhidos ao Fundo Especial de despesa do departamento de defesa Agropecuária da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

*Parágrafo Único.* - O recolhimento de que trata este artigo devera ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação que der ciência da aplicação da penalidade ou do não acolhimento da defesa ou do recurso, ou, ainda, do valor dos serviços executados, quando for o caso.

**Art. 22.** As penalidades pecuniárias cujos valores não forem recolhidos nos prazos estipulados serão encaminhados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento à Procuradoria Geral do Estado, para inscrição na dívida ativa e cobrança judicial.

**Art. 23.** A Secretaria da Fazenda, a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria da Segurança Pública, quando solicitadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, colaborarão para o cumprimento do disposto neste decreto.

**Art. 24.** O Estado, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, alocará recursos específicos do seu orçamento para a aplicação e cumprimento da legislação de uso do solo agrícola.

§ 1.º Todas as praticas e procedimentos a serem utilizados no cumprimento deste decreto deverão, obedecendo a planejamento técnico, Ter prioridade nas linhas de credito e financiamento com recursos subsidiados, advindos do poder público estadual, para o meio rural.

§ 2.º Todos os projetos de financiamento agrícola que envolverem a aplicação de recursos públicos estaduais devem exigir o cumprimento do presente decreto como condição resolutive.

§ 3.º O disposto neste artigo aplica-se também no tocante à correção dos problemas de erosão causados pelas estradas e ferrovias já existentes.

**Art. 25.** Nos concursos públicos para provimento de cargo ou preenchimento de função-atividade de Engenheiro Agrônomo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento devera incluir testes de conhecimentos necessários ao cumprimento deste decreto.

**Art. 26.** Para os fins de aplicação deste decreto qualquer interessado em condições de colaborar gratuitamente ou por dever de ofício com os poderes

públicos terá acesso preferencial aos órgãos de informações, experimentação, educação e pesquisa do Estado, relacionado com essa área de trabalho.

**Art. 27.** Toda pessoa física ou jurídica que, de alguma forma, contribuir para o cumprimento deste decreto será considerada prestadora de relevantes serviços e, a critério das Secretarias da Educação e de Agricultura e Abastecimento, aqueles que especialmente se destacarem farão jus a um certificado comprobatório de sua participação.

*Parágrafo Único.* - Os portadores do certificado comprobatório a que se refere este artigo terão seus nomes publicados no Diário Oficial do Estado, bem como farão jus, em igualdade de condições e preenchidos os respectivos requisitos às seguintes vantagens:

1. preferência no atendimento por parte dos órgãos de pesquisa e associações técnicas, quanto a problemas agrosilvopastoris;

2. preferência para instalação, em áreas de sua propriedade, de campos de cooperação para demonstração prática de técnicas de cultura ou para produção de sementes e mudas;

3. preferência para receber, gratuitamente, dos órgãos oficiais, projetos técnicos de:

a) eletrificação rural;

b) perfuração de poços profundos;

c) controle da poluição.

**Art. 28.** Os proprietários das 5 (cinco) melhores propriedades de cada município, considerados destaques no aprimoramento do trabalho de conservação do solo agrícola desenvolvido num período mínimo de 5 (cinco) anos, em concurso promovido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, receberão o troféu "Protetor do Solo".

**Art. 29.** Serão estabelecidas em Resoluções do Secretário de Agricultura e Abastecimento as instruções complementares que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento deste decreto.

**Art. 30.** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 16 de abril de 1997.

MARIO COVAS

FRANCISCO GRAZIANO NETO

Secretário de Agricultura e Abastecimento

WALTER FELDMAN

Secretário-Chefe da Casa Civil

ANTONIO ANGARITA

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos  
16 de abril de 1997.

## DECRETO N.º 42.056, DE 06 DE AGOSTO DE 1997 - (DOE DE 07.08.97)

Altera a redação do artigo 5º do decreto n.º 41719, de 16 de abril de 1997 que regulamentou a Lei n.º 6171, de 04 de dezembro de 1988, alterada pela Lei n.º 8421, de 23 de novembro de 1993, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola.

MARIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Considerando que a queima dos canaviais como pratica auxiliar de sua colheita produz emissões que alteram desfavoravelmente a qualidade do ar;

Considerando que a despalha pre-colheita da cana-de-açúcar através de sua queima e pratica tradicional dessa cultura;

Considerando que a mecanização da colheita será a tecnologia adotada para eliminar a despalha por queima sem comprometer a competitividade internacional do setor;

Considerando que a colheita manual de cana-de-açúcar emprega a maior quantidade da força de trabalho rural no Estado de São Paulo;

Considerando que a mecanização da colheita da cana, adotada de maneira abrupta, causaria imenso problema de ordem social, já que centenas de milhares de empregos seriam imediatamente eliminados, sem tempo para absorção dessa mão-de-obra por outros setores da economia regional; e

Considerando que não existem condições objetivas para adoção abrupta e imediata da colheita mecânica da cana-de-açúcar, tais como disponibilidade de colhedeiros, disponibilidade de capital para aquisição de colhedeiros e disponibilidade de canaviais adaptados a colheita mecânica,

decreta:

**Art. 1.º** O artigo 5º do decreto n.º 41719, de 16 de abril de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5.º As queimadas deverão ser evitadas e só serão toleradas quando autorizadas previamente pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, desde que:

I - caracterizem medida fitossanitária que exija destruição de restos culturais;

II - problemas de ordem social exijam a sua pratica em caráter transitório;

III - caracterizem a medida fitotécnica eventual mais adequada a situação em questão.

§ 1.º A pratica da despalha da cana-de-açúcar através de sua queima, como método auxiliar da colheita esta proibida no Estado de São Paulo, admitida apenas excepcionalmente e em caráter transitório, na seguinte conformidade:

**1.** em áreas em que a colheita é mecanizável, a redução da prática da queima será efetuada ao ritmo de 25% da área com essa característica a cada 2 (dois) anos, exigindo-se um mínimo de 10% de eliminação no primeiro ano, de tal maneira que, ao fim de 8 (oito) anos, a queima da cana nessas áreas esteja completamente eliminada;

**2.** em áreas em que a colheita não é mecanizável, a redução da prática da queima será efetuada ao ritmo de 13,35% a cada 2 (dois) anos, de tal maneira que, ao fim, de 15 (quinze) anos, a queima de cana nessas áreas esteja completamente eliminada;

**a)** são consideradas como áreas de colheita mecanizável os canaviais instalados em terras com declividade menor que 12%;

**b)** as áreas de colheita mecanizável, pertencentes a fornecedores e por eles colhidas, sem qualquer auxílio ou interferência de serviços prestados por quaisquer agroindústrias ou empresas a elas coligadas, ocupando área inferior a 125 (cento e vinte e cinco) hectares, terão, para os efeitos deste regulamento, o mesmo tratamento que as áreas de colheita não mecanizável;

**3.** não poderão ser objeto de despalha por sua queima, os canaviais que significarem expansão de área de influência da agroindústria;

**4.** a prática da despalha de cana-de-açúcar através da sua queima só poderá ser realizada em horário a ser determinado por Resolução Conjunta da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho;

**5.** a permissão bienal para prática da despalha mediante queima será dada através de cada empresa produtora de açúcar e álcool, a qual deverá providenciar, bienalmente, seu plano de evolução da eliminação da despalha por queima, abrangendo as áreas próprias e as áreas de seus fornecedores;

**a)** os planos previstos no item 5 deverão ser entregues até 15 de janeiro de cada ano no Escritório de desenvolvimento Rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento em que estiver instalada a unidade agro-industrial, que repassara cópia ao Escritório Regional da CETESB. Após análise do plano, as duas entidades emitirão conjuntamente uma permissão bienal de queima;

**b)** poderá ocorrer a substituição de área de colheita não mecanizável por área de colheita mecanizável, desde que ambas se situem no âmbito territorial da área de atuação de uma mesma agroindústria e que a substituição esteja

explicada no plano bienal de evolução de eliminação da queima da referida agroindústria e, ainda, que a substituição não implique na diminuição da progressão da eliminação das queimadas;

**c)** eventuais alterações no plano bienal de eliminação de queimadas deverão ser previamente aprovadas conjuntamente pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, conforme dispuser resolução conjunta;

**d)** o plano bienal de diminuição das queimas deveser devidamente assinado por profissional técnico responsável e as informações incorretas ou distorcidas serão consideradas lesivas ao interesse público, ficando os responsáveis sujeitos as sanções legais cabíveis;

**6.** na hipótese de queima em área não autorizadas, serão aplicadas penalidades em conformidade com o decreto n.º 41719, de 16 de abril de 1997 e em conformidade com o regulamento da Lei n.º 997/96, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis;

**7.** caso ocorra incêndio acidental, por qualquer razão, em área de queima não tolerada, o fato deveser comunicado imediatamente a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através do Escritório de desenvolvimento Rural, que, em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente, através do escritório regional da CETESB, poderá permitir, em caráter excepcional, sua substituição por outra gleba de igual tamanho, de modo a manter-se a área total não queimada, como previsto no plano de evolução da eliminação da queima.

§ 2.º Ficam proibidas as queimadas nos seguintes locais e situações:

**1.** no raio de 1 (um) km dos núcleos urbanos, contando a partir do perímetro urbano efetivamente urbanizado;

**2.** em área contida por faixa de 10 (dez) metros de cada lado da projeção sobre o solo do eixo das linhas de transmissão e/ou distribuição de energia elétrica de ate 15 KW;

**a)** em área contida por faixa de 25 (vinte e cinco) metros de cada lado da projeção sobre o solo do eixo das linhas de transmissão e/ou distribuição de energia elétrica de 34,5; 69; 88 e 138 KW;

**b)** em área contida por faixa de 30 (trinta) metros de cada lado da projeção sobre o solo do eixo das linhas de transmissão e/ou distribuição de energia elétrica de 230; 345; 460 e 500 KW;

**c)** em área contida por faixa de 36 (trinta e seis) metros de cada lado da projeção sobre o solo do eixo das linhas de transmissão e/ou distribuição de energia elétrica de até 600 KW;

**d)** em área contida por faixa de 54 (cinquenta e quatro) metros de cada lado da projeção sobre o solo do eixo das linhas de transmissão e/ou distribuição de energia elétrica de até 750 KW;

**3.** em área contida num raio de 100 (cem) metros ao redor de subestações de energia elétrica de concessionária pública;

**4.** em área contida num raio de 25 (vinte e cinco) metros ao redor das estações de telecomunicações;

**5.** em área abrangida num raio de 1 (um) quilometro ao redor de aeroportos públicos;

**6.** em área contida numa faixa de 50 (cinquenta) metros de cada lado da faixa de domínio de rodovias estaduais e federais e ferrovias;

**7.** em área contida num raio de 100 (cem) metros ao redor das Unidades de Conservação, exigindo-se a manutenção de aceiro limpo com 10 (dez) metros de largura no limite da referida área;

**8.** e obrigatória a manutenção de aceiro limpo com um mínimo de 10 (dez) metros de largura entre áreas cultivadas com cana-de-açúcar e áreas de preservação permanente, reservas florestais e matas ciliares dos rios, lagos e nascentes.

§ 3.º As Secretarias de Agricultura e Abastecimento e do Meio Ambiente estabelecerão, em Resolução Conjunta, as condições a serem observadas na realização de queimadas nas hipóteses previstas neste artigo.

§ 4.º O uso de queimada poderá ser autorizado pelo dirigente da unidade administrativa definida pelo Coordenador da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, mediante requerimento do interessado e previa inspeção do local.

§ 5.º A unidade administrativa responsável pela autorização para o uso da queimada deverá verificar, em inspeção posterior, o cumprimento das condições estabelecidas para a realização da mesma."

**Art. 2.º** Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os decretos n.º 28848, de 30 de agosto de 1988 e 28.895, de 20 de setembro de 1988.

Palácio dos Bandeirantes, 06 de agosto de 1997

MARIO COVAS

Francisco Graziano Neto

Secretario de Agricultura e Abastecimento

Walter Feldman

Secretario-Chefe da Casa Civil

Antônio Angarita

Secretario do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica,

aos 06 de agosto de 1997.



## LEI N.º 9.989, DE 22 DE MAIO DE 1998 - (DOE DE 23.05.98)

Dispõe sobre a recomposição da cobertura vegetal no Estado de São Paulo.

O 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte, nos termos do artigo 28, parágrafo 8º, da Constituição da Estado, a seguinte lei:

**Art. 1.º** É obrigatória a recomposição florestal, pelos proprietários, nas áreas situadas ao longo dos rios e demais cursos d'água, ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais e artificiais, bem como nas nascentes e nos chamados "olhos d'água", obedecida a seguinte largura mínima, em faixa marginal.

**I** - 30m (trinta metros) para os cursos d'água de menos de dez metros de largura;

**II** - 50m (cinquenta metros) para os cursos d'água que tenham de dez à cinquenta metros de largura;

**III** - 100m (cem) para os cursos d'água que tenham de cinquenta a duzentos metros de largura;

**IV** - 200m (duzentos metros) para os cursos d'água que tenham de duzentos a seiscentos metros de largura;

**V** - 500m (quinhentos metros) para os cursos d'água que tenham largura superior a 600m (seiscentos metros) de largura.

§ 1.º nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a situação topográfica, a recomposição florestal, definida neste artigo, deve ser executada num raio mínimo de 50m (cinquenta metros) de largura.

§ 2.º A recomposição florestal ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais deverá obedecer ao disposto neste artigo.

**Art. 2.º** A execução do processo de recomposição florestal deverá obedecer a projeto previamente elaborado pelos proprietários e aprovado pelo Poder público.

§ 1.º O projeto mencionado no "*caput*" especificará a técnica a ser utilizada e o prazo para sua execução, que em nenhuma hipótese poderá ser superior a 05 (cinco) anos.

§ 2.º O Poder Público, através do competente órgão estadual de proteção ao Meio Ambiente, apreciará o projeto de recomposição florestal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, observando na sua avaliação a estrutura e função do ecossistema.

§ 3.º O Poder Público, através dos órgãos competentes, prestará orientação técnica para a execução do projeto de recomposição florestal, em especial para a construção de viveiros, escolha das espécies, técnicas de plantio e de conservação dos solos.

**Art. 3.º** Os projetos de recomposição florestal de áreas já devastadas deverão ser apresentados ao componente órgão público estadual de Proteção ao Meio Ambiente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 4.º** As infrações ao disposto nesta lei, sujeitarão o responsável à aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência, a fim de ser sanada a irregularidade;

II - multa a ser fixada entre 100 (cem) e 1000 (mil) vezes o valor da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), ou qualquer outro título público que a substituir, mediante conversão de valores;

III - no caso de reincidência, poderá ser fixada multa equivalente ao dobro do valor máximo mencionado no inciso anterior;

IV - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público; e

V - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento de crédito, mantidas por órgãos governamentais ou instituições em que o Estado seja acionista majoritário.

**Parágrafo único.** - Se, da infração cometida resultar prejuízo ao serviço público de abastecimento de água, risco à saúde ou à vida, perecimento de bens naturais ou artificiais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada não será, em nenhuma hipótese, inferior à metade do valor máximo previsto.

**Art. 5.º** O Poder executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 6.º** Esta lei entrará em rigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado do São Paulo, aos 22 de maio de 1998.

VAZ DE LIMA, 1º Vice-Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 22 de maio de 1998.

AURO AUGUSTO CALIMAN

Secretário Geral Parlamentar

## Portaria DAEE N.º 717, de 12 de dezembro de 1996

O Superintendente do departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, com fundamento nos artigos 36, 43 e 111 do decreto Federal nº 25.643, de 10.07.34 (Código de Águas), combinados com os incisos I do artigo 2º, I e VIII do artigo 4º e I e XVI do artigo 11 do Regulamento da Autarquia, aprovado pelo decreto Estadual nº 52.636, de 03.03.71, alterado pelo decreto Estadual nº 23.933, de 18.09.85,

DETERMINA:

**Art. 1.º** Ficam aprovados a Norma e os Anexos de I a XVIII que disciplinam o uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Estado de São Paulo, na forma da Lei Estadual nº 6.134, de 02.06.88, que dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas no Estado de São Paulo, e de seu regulamento, aprovado pelo decreto Estadual nº 32.955, de 07.02.91, bem como da Lei Estadual nº 7.663, de 30.12.91, que estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos, e de seu regulamento, aprovado pelo decreto Estadual nº 41.258 de 31/10/1996 que dispõe sobre Outorga e Fiscalização.

### TÍTULO I

#### DAS MODALIDADES DE OUTORGA

##### Capítulo I

##### Da Implantação de Empreendimentos

**Art. 2.º** A implantação de empreendimento, que demande a utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos, dependerá de manifestação prévia do DAEE, por meio de uma autorização.

*Parágrafo único.* - Essa autorização não confere a seu titular o direito de uso de recursos hídricos.

##### Capítulo II

##### Das Obras e Serviços que interfiram com os Recursos Hídricos Superficiais

**Art. 3.º** A execução de obras ou serviços que possam alterar o regime, a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos superficiais, dependerá de manifestação prévia do DAEE, por meio de uma autorização.

*Parágrafo único.* - Essa autorização não confere a seu titular o direito de uso de recursos hídricos.

##### Capítulo III

##### Da Licença de Obras de Extração de Águas Subterrâneas

**Art. 4.º** A execução de obra, destinada à extração de águas subterrâneas, dependerá de manifestação prévia do DAEE, por meio de uma licença de execução.

*Parágrafo único.* - A licença de execução não confere a seu titular o direito de uso de recursos hídricos.

#### Capítulo IV

##### Do Uso do Recurso Hídrico

**Art. 5.º** dependerão de outorga do direito de uso, passada pelo DAEE:

I - a derivação de água de seu curso ou depósito, superficial ou subterrâneo, para utilização no abastecimento urbano, industrial, agrícola e qualquer outra finalidade;

II - os lançamentos de efluentes nos corpos d'água, obedecidas a legislação federal e a estadual pertinentes à espécie.

*Parágrafo único.* - Essa outorga se fará por concessão, nos casos de utilidade pública, e por autorização, nos demais casos.

#### Título II

### DOS EFEITOS DAS OUTORGAS

#### Capítulo I

##### Direitos, obrigações e restrições

**Art. 6.º** As concessões, autorizações e licenças são intransferíveis, a qualquer título, são conferidas a título precário e não implicam delegação do Poder Público aos seus titulares.

**Art. 7.º** A análise e a emissão dos atos de outorga sujeitarão o interessado ao pagamento de emolumentos, conforme tabela constante do Anexo XVIII.

**Art. 8.º** Os atos de outorga não eximem o usuário da responsabilidade pelo cumprimento das exigências da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, no campo de suas atribuições, bem como das que venham a ser feitas por outros órgãos e entidades aos quais esteja afeta a matéria.

**Art. 9.º** Obriga-se o outorgado a:

I - operar as obras hidráulicas segundo as condições determinadas pelo DAEE;

II - conservar em perfeitas condições de estabilidade e segurança as obras e os serviços;

III - responder, em nome próprio, pelos danos causados ao meio ambiente e a terceiros em decorrência da manutenção, operação ou funcionamento de tais obras ou serviços, bem como pelos que advenham do uso inadequado da outorga;

IV - manter a operação das estruturas hidráulicas de modo a garantir a continuidade do fluxo d'água mínimo, fixado no ato de outorga, a fim de que possam ser atendidos os usuários a jusante da obra ou serviço;

**V** - preservar as características físicas e químicas das águas subterrâneas, abstendo-se de alterações que possam prejudicar as condições naturais dos aquíferos ou a gestão dessas águas;

**VI** - instalar e operar as estações e os equipamentos hidrométricos especificados pelo DAEE, encaminhando-lhe os dados observados e medidos, na forma preconizada no ato de outorga e nas normas de procedimento estabelecidas pelo DAEE;

**VII** - cumprir, sob pena de caducidade da outorga, os prazos fixados pelo DAEE para o início e a conclusão das obras pretendidas;

**VIII** - repor as coisas em seu estado anterior, de acordo com os critérios e prazos a serem estabelecidos pelo DAEE, arcando inteiramente com as despesas decorrentes.

## Capítulo II

### Dos Prazos

**Art. 10.** Os atos de outorga estabelecerão, nos casos comuns, prazo fixo de validade, a saber:

- a) até o término das obras, nas licenças de execução;
- b) máximo de 5 (cinco) anos, para as autorizações;
- c) máximo de 10 (dez) anos, para as concessões;
- d) máximo de 30 (trinta) anos, para as obras hidráulicas.

*Parágrafo único.* - Poderá o DAEE, a seu critério exclusivo, em caráter excepcional, sempre em função de situações emergenciais e desde que fatores sócio-econômicos o justifiquem, fixar prazos diferentes dos estabelecidos neste artigo.

**Art. 11.** O ato de outorga poderá ser revogado a qualquer tempo, não cabendo ao outorgado indenização a qualquer título e sob qualquer pretexto nos seguintes casos:

- a) quando estudos de planejamento regional de recursos hídricos ou a defesa do bem público, tornarem necessária a revisão da outorga.
- b) na hipótese de descumprimento de qualquer norma legal ou regulamentar, atinente à espécie.

**Art. 12.** A outorga poderá ser renovada, devendo o interessado apresentar requerimento nesse sentido, até 6 (seis) meses antes do respectivo vencimento.

**Art. 13.** Perece de pleno direito a outorga, se durante 3 (três) anos consecutivos o outorgado deixar de fazer uso do direito de interferência ou de uso do recurso hídrico.

## Capítulo III

### Disposições Gerais

**Art. 14.** As obras necessárias ao uso dos recursos hídricos deverão ser projetadas e executadas sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, devendo qualquer alteração do projeto ser previamente comunicada ao DAEE.

**Art. 15.** O aumento de demanda ou a insuficiência de águas para atendimento aos usuários permitirá a suspensão temporária da outorga, ou a sua readequação.

*Parágrafo único.* - No caso de readequação, o DAEE deverá fixar as novas condições da outorga, observando os critérios e normas estabelecidos nos Planos de Bacias e nas deliberações do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH.

**Art. 16.** Quando, em razão de obras públicas, houver necessidade de adaptação das obras hidráulicas ou dos sistemas de captação e lançamento às novas condições, todos os custos decorrentes serão de responsabilidade plena e exclusiva do outorgado, ao qual será assegurado prazo para as providências pertinentes, mediante comunicação oficial do DAEE.

### TÍTULO III

#### DA FISCALIZAÇÃO

**Art. 17.** O DAEE credenciará seus agentes para fiscalização e para imposição das sanções previstas na Lei Estadual nº 6.134, de 02.06.88, com a disciplina que lhe deu o decreto Estadual nº 32.955, de 07.02.91, bem como na Lei Estadual nº 7.663, de 30.12.91, com a disciplina que lhe deu o decreto Estadual nº 41.258 de 31/10/1996 e nas demais normas legais aplicáveis.

**Art. 18.** No exercício da ação fiscalizadora, ficam asseguradas aos agentes credenciados a entrada, a qualquer dia e hora, e a permanência, pelo tempo necessário, em estabelecimentos públicos ou privados, se necessário requisitar reforço policial.

### TÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

##### Capítulo I

##### Disposições Finais

**Art. 19.** Para obtenção de concessão, autorização ou licença, bem como para as respectivas renovações, deverá o interessado apresentar ao protocolo do DAEE, na sede da Diretoria correspondente à bacia hidrográfica onde se pretenda o uso de recurso hídrico, a documentação estabelecida na Norma anexa.

**Art. 20.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria DAEE nº 187 de 16/05/96, retificada em 23/05/96 e 29/05/96.

##### Capítulo II

##### Disposição Transitória

**Art. 21.** O DAEE expedirá a competente concessão, autorização ou licença em até 30 dias da data de entrada do requerimento, cumpridas todas as exigências técnicas e legais atinentes à espécie.

**Art. 22.** Continuam válidas as outorgas de uso já passadas pelo DAEE, quer de recursos hídricos superficiais, quer de subterrâneos, permanecendo íntegras até seu término, salvo se tornarem insustentáveis por fato superveniente.

**Âmbito do CBH - PP**



**TÍTULO 1**  
**DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PONTAL DO**  
**PARANAPANEMA**

**Capítulo I**

**Da Constituição, Sede e Foro**

**Art. 1.º** O Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, é um órgão colegiado regional de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGREI, com atuação na Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, assim definida pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos

**Art. 2.º** O Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema será designado pela sigla CBH-PP.

§ 1.º O CBH-PP, terá prazo indeterminado.

**Art. 3.º** A sede e foro do CBH-PP coincidirá com a sede da Secretaria Executiva

§ 1.º O CBH-PP poderá solicitar ao Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos -CORHI a criação de Escritórios para a Secretaria Executiva.

**Capítulo II**

**Dos Objetivos**

**Art. 4.º** São objetivos do CBH-PP:

I. promover o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos e das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico;

II. adotar a Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento;

III. reconhecer o recurso hídrico como um bem público, de valor econômico, cuja utilização deve ser cobrada, observados os aspectos de quantidade, qualidade e as peculiaridades da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema;

IV. aprovar o rateio de custo das obras de aproveitamento múltiplo de interesse comum ou coletivo, entre os beneficiários;

V. prevenir a Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema das causas e dos efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos d'água;

**VI.** defender o direito à promoção, pelo Estado, de programas de desenvolvimento, bem como de compensação aos municípios afetados por áreas inundadas resultantes da implantação de reservatórios e por restrições impostas pelas leis de proteção de recursos hídricos, unidade de conservação ambiental a serem especialmente protegidos;

**VII.** compatibilizar o gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente;

**VIII.** promover a maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos;

**IX.** promover a integração das ações na defesa contra eventos hidrológicos críticos, que ofereçam riscos à saúde e à segurança públicas assim como prejuízos econômicos e sociais;

**X.** coordenar ações de proteção e racionalização do uso de recursos hídricos, prevenir a erosão do solo urbano e rural, afim de evitar seu comprometimento atual e futuro, assegurando o uso prioritário das populações;

**XI.** promover entendimento, cooperação e eventual conciliação entre os usuários dos recursos hídricos;

**XII** cooperar com o Estado, no que couber, no incentivo à formação de consórcios intermunicipais e de associações de usuários, na Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, para que atuem como entidades auxiliares no gerenciamento dos recursos hídricos e na implantação, operação e manutenção de obras e serviços;

**XIII.** acompanhar a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos na área de sua atuação formulando sugestões e oferecendo subsídios aos órgãos que com o SIGRH.

**Art.5.º** O CBH-PP, com apoio do CORHI, deverá manter a integração entre os componentes do SIGRH que atuam na bacia, bem como a articulação com a sociedade civil.

**Art. 6º.** Na gestão da bacia hidrográfica, o CBH-PP levará em consideração os consórcios intermunicipais legalmente constituídos, órgãos e entidades da sociedade civil, que atuam na região, em áreas de seu interesse, através de consultas, promoção da celebração de convênios e outros dispositivos que permitam a influência de proposta e ações destes órgãos no sistema de gestão.

**Art. 7.º** Na composição do CBH-PP será assegurada a participação paritária entre Estados, Municípios e Sociedade Civil

**Art. 8.º** O CHB-PP será composto por (33) membros titulares e respectivos suplentes escolhidos entre seus pares na seguinte forma:

I. (11) onze representantes de órgãos do Estado de São Paulo de nível regional, sediado na bacia hidrográfica do Pontal do Paranapanema;

II. (11) onze prefeitos representantes dos municípios contidos na bacia hidrográfica do Pontal do Paranapanema;

III. (11) onze representantes da sociedade civil sediados na bacia hidrográfica do Pontal do Paranapanema de nível regional, presentes à assembléia instalada para a composição e renovação do CBH-PP;

1) universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

2) sindicatos e associações patrimoniais locais;

3) associações especializadas em recursos hídricos;

4) entidades de classe;

5) (02) representantes de Entidades Ambientais (regional);

6) sindicatos e associações dos produtores de álcool extração de areia e similares;

7) associações e cooperativas dos usuários rurais de recursos hídricos;

8) sindicato dos trabalhadores em água e esgoto, produção de álcool, extração de areia, alimentação;

9) associações industriais;

10) associações comerciais, defesa dos direitos do cidadão e clubes de recreação.

**Parágrafo Único.** - Na última sessão Plenária de cada mandato o CBH-PP em cumprimento à parte final do inciso III deste artigo, listará por deliberação, as entidades da Sociedade Civil Organizadas que obrigatoriamente serão convocadas para a reunião de renovação e composição do CBH-PP.

**Art. 9.º** Em caso de extinção de qualquer um dos órgãos públicos ou entidade civil organizada, responsável por indicação de integrantes do CBH-PP, caberá ao respectivo segmento proceder a indicação de outro representante.

**Parágrafo Único.** - O membro que deixar o órgão ou a entidade a qual representa junto ao CBH-PP, será substituído por outro membro indicado pelo mesmo segmento sem prejuízo para o órgão ou entidade que o indicou.

#### Capítulo IV

##### Da Instalação, Eleição e Posse

**Art. 10.** A eleição para a composição do CBH-PP e respectiva diretoria ocorrerá improrrogavelmente até o dia 31 de março em primeira sessão de cada ano eletivo, o qual coincidirá alternadamente com o início dos mandatos municipais

**Art. 11.** A Diretoria será eleita, após a composição do CBH-PP, com mandato de (02) dois anos, coincidente com os de seus membros, admitido reeleição por (01) uma vez para o mesmo cargo.

**Art. 12.** Na composição da Diretoria os cargos serão distribuídos de forma paritária entre o Estado, Município e Sociedade Civil organizada.

§ 1.º A votação e composição da diretoria obedecerá a seguinte ordem, Presidente, Vice Presidente e Secretaria Executiva.

§ 2.º Os membros poderão concorrer individualmente a cargo de diretoria na ordem do parágrafo anterior e não eleito, concorrerá sucessivamente aos demais cargo observado a distribuição paritária dos cargos.

§ 3.º Os membros e diretoria eleitos, tomarão posse na sessão que os elegeu

## **TÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO**

#### Capítulo I

#### Dos Órgãos

**Art. 13.** São órgãos do CBH-PP:

- I. Assembléia Geral; e
- II. Secretaria Executiva.

#### Capítulo II

#### Da Assembléia Geral e sua Competência

**Art. 14.** A Assembléia Geral é o órgão supremo do CBH-PP, dentro dos limites legais e deste Estatuto e suas deliberações vinculam e obrigam a todos ainda que ausentes ou discordantes.

**Art. 15.** Compete Assembléia Geral em especial:

- I. aprovar proposta da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema para integrar o Plano Estadual de Recursos Hídricos e suas atualizações;
- II. aprovar e fiscalizar propostas de programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros em serviços e obras de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos, em particular os referidos no artigo 4.º da Lei 7.663/91;
- III. aprovar critérios e valores a serem cobrados pela utilização dos recursos hídricos contidos na bacia hidrográfica do Pontal do Paranapanema;
- IV. aprovar e fiscalizar planos e programas a serem executados com recursos obtidos pela cobrança de utilização dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Pontal do Paranapanema;

**V.** aprovar e fiscalizar projetos para aplicação, em outra bacia hidrográfica, de recursos arrecadados na bacia hidrográfica do Pontal do Paranapanema, respeitando-se o limite de 50% (cinquenta por cento), desde que a aplicação beneficie a bacia do Pontal do Paranapanema;

**VI.** aprovar planos e programas de utilização, conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, e medidas a serem implantadas para definir suas prioridades;

**VII.** deliberar sobre proposta de reenquadramento dos corpos d'água em classes de uso preponderantes;

**VIII.** aprovar programas de implantação de planos emergenciais de controle de qualidade e quantidade dos recursos hídricos da unidade hidrográfica, se necessário;

**IX.** apreciar, até 31 de março de cada ano, relatório sobre "Situação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica";

**X.** arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

**XI.** aprovar o Plano Regional de Saneamento ambiental para integrar o Plano Estadual de Saneamento e suas atualizações;

**XII.** apreciar o relatório anual sobre a Situação de salubridade da região;

**XIII.** apreciar o relatório anual sobre a Situação ambiental da região;

**XIV.** aprovar a criação de unidades organizacionais regionais ou especializadas e de subcomitês;

**XV.** aprovar proposta de reforma do estatuto, regimento interno das câmaras e decidir sobre os casos omissos, normatizando-os, quando necessário;

**XVI.** aprovar a criação de novas câmaras técnicas;

**XVII.** autorizar a criação de grupos de estudos;

**XVIII.** julgar recursos interpostos contra decisões ou omissões do presidente em questão de ordem, representação ou propositura de qualquer membro;

**XIX.** julgar recursos interpostos contra pareceres das câmaras técnicas ou relatórios finais de grupos de estudos ou comissões especiais;

**XX.** zelar pelo exercício das competências próprias do comitê;

**XXI.** baixar Resoluções e autorizar a expedição de requerimentos, indicações, moções e recomendações;

**XXII.** propor a criação de Unidades de Conservação e seus componentes a serem especialmente protegidos;

**XXIII.** manifestar-se sobre as matérias de sua competência legal e outros assuntos de interesse do CBH-PP;

**XXIV.** realizar convênios com órgãos fiscalizadores do Meio Ambiente e Entidades Cíveis da Região, objetivando o cumprimento das legislações ambientais;

**XXV.** destinar recursos para viabilizar a atuação dos órgãos de fiscalização de proteção das matas ciliares e mananciais;

**XXVI.** conceder índice diferenciado ou isentar usuário da cobrança pelo uso dos recursos hídricos que trabalhar a propriedade ecologicamente correta;

**XXVII.** promover entendimento, cooperação e eventual conciliação entre os usuários dos recursos hídricos;

**XXVIII.** cooperar com o Estado, no que couber, no incentivo à formação de consórcios intermunicipais e de associações de usuários de água, na bacia hidrográfica do Pontal, para que atuem como entidades auxiliares no gerenciamento dos recursos hídricos e na implantação, operação e manutenção de obras e serviços;

**XXIX.** acompanhar a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos na área de sua atuação, formulando sugestões e oferecendo subsídios aos órgãos que compõem o SIGRH;

**XXX.** promover estudos, divulgação e debates dos programas prioritários de obras a serem realizados no interesse da coletividade;

**XXXI.** apreciar os relatórios de acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos financeiros em obras e sua efetiva conclusão;

**XXXII.** normatizar por deliberação quando necessário os casos omissos do Estatuto;

**XXXIII.** fiscalizar e exigir dos municípios e entidades que compõem a bacia hidrográfica do Pontal do Paranapanema, o cumprimento das legislações ambientais vigentes, tais como:

- a) Estudos e relatórios de impacto ambiental - EIA/RIMA;
- b) Código municipal de meio ambiente e legislação ambiental em geral;
- c) Diretrizes gerais de desenvolvimento urbano e rural;
- d) Plano Diretor.

**XXXIV.** deliberar em sessão extraordinária a destituição diretoria e respectiva eleição;

**XXXV.** deliberar e aprovar em sessão extraordinária a reforma do estatuto e regimento das câmaras;

**XXXVI.** deliberar sobre a exclusão de membros.

**Art. 16.** Na apreciação e aprovação de projetos apresentados por municípios integrantes do CBH-PP, será considerada a atuação do município na área ambiental e o cumprimento de leis ambientais.

**Art. 17.** O CBH-PP poderá requisitar informações e pareceres dos órgãos públicos ou particulares cujas atuações interfiram direta ou indiretamente com os recursos hídricos da respectiva bacia.

**Art. 18.** O CBH-PP deverá realizar audiências públicas para discutir:

I. a proposta do plano de utilização, conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos da bacia;

II. a proposta de reenquadramento dos corpos d'água;

III. cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos;

IV. outros temas considerados relevantes ao CBH-PP.

### **TÍTULO III DA DIRETORIA**

#### **Capítulo I Da Composição**

**Art. 19.** A Diretoria do CBH-PP será composta por:

I. Presidência;

II. Vice Presidência; e

III. Secretaria Executiva

*Parágrafo Único.* - Na composição da diretoria os cargos serão preenchidos de forma paritária por representantes do estado, município e sociedade civil

**Art. 20.** O cargo do presidente e vice presidente é pessoal, e intransferível

**Art. 21.** O cargo da secretaria executiva é impessoal, sendo do órgão eleito.

*Parágrafo Único.* - O órgão que pleitear a secretaria executiva, indicará de plano o nome do primeiro e segundo secretários.

**Art. 22.** Quando a Presidência vier a ser ocupada por um prefeito municipal, seu mandato no CBH-PP encerrará ao término do seu mandato na prefeitura.

§ 1.º Na hipótese do caput, assume a presidência o vice presidente do CBH-PP.

§ 2.º Ocorrendo a vacância dos cargos do presidente e vice presidente o secretário executivo convocará nova eleição no prazo de (30) trinta dias.

## Capítulo II

### Do Presidente e suas Atribuições

**Art. 23.** O presidente é o representante do CBH-PP.

*Parágrafo Único.* - O relacionamento do CBH-PP com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH se dará através de seu presidente.

**Art. 24.** São atribuições do presidente, além das prevista em lei ou que decorram se suas funções:

- I. representar o CBH-PP, ativa e passivamente em juízo ou fora dele;
- II. convocar e presidir as sessões plenárias nos termo regimentais;
- III. cumprir e fazer cumprir o estatuto e regimento interno câmaras;
- IV. mandar proceder à chamada verificando a presença;
- V. dar conhecimento ao plenário dos papéis, correspondências e proposições;
- VI. conceder ou negar a palavra aos membros do comitê;
- VII. anunciar a ordem do dia e submeter à votação a matéria nela contida, intervindo para manter a ordem dos trabalhos ou suspendendo-os sempre que necessário;
- VIII. proclamar o resultado das votações;
- IX. decidir, de plano, questões de ordem;
- X. receber e despachar as proposições;
- XI. observar e fazer observar os prazos estatutário e regimental;
- XII. determinar a publicação de informações, notas e quaisquer documentos que digam respeito às atividades do CBH-PP que devam ser divulgados;
- XIII. manter contatos, em nome do CBH-PP, com outras autoridades;
- XIV. dar posse aos membros do CBH-PP;
- XV. justificar a ausência dos membros às sessões plenárias;
- XVI. mandar executar as deliberações do plenário;
- XVII. conceder ou negar a palavra a assessores ou convidados;
- XVIII. dar conhecimento ao plenário do relatório final dos trabalhos realizados durante o ano;



**XIX.** baixar os atos normativos e ordenatórios decorrentes das decisões do plenário;

**XX.** dar posse aos suplentes dos membros destituídos ou afastados do CBH-PP.

**Art. 25.** O presidente poderá participar das reuniões das câmaras técnicas, grupos de estudo ou comissões especiais, sem direito a voto.

**Art. 26.** O presidente será substituído em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças pelo vice presidente e em sua falta pelo secretário executivo.

**Art. 27.** Ao Presidente, além de seu voto como membro é dado o voto de qualidade, exceto quando a matéria discutida for de seu interesse.

*Parágrafo Único.* - Será computada, para efeito de quorum a presença do presidente.

### Capítulo III

#### Da Vice Presidência

**Art. 28.** Caberá ao vice presidente, substituir o presidente em seus impedimentos, licenças, renúncia ou vacância.

*Parágrafo Único.* - Ao vice presidente é dado o voto de qualidade quando a matéria discutida envolver interesse do presidente.

### Capítulo IV

#### Da Secretaria Executiva

**Art. 29.** A sede da secretaria executiva coincidirá com sede do CBH-PP.

§ 1.º A secretaria executiva exercer suas funções em articulação com o CORHI.

§ 2.º A secretaria executiva deverá manter aberto permanentemente processo de cadastramento de órgãos e entidades interessadas em integrar o CBH-PP.

**Art. 30.** Compete ao secretário executivo, além das atribuições impostas pelo CORHI, legislação vigente e normas aprovadas pelo CRH:

I. planejar, supervisionar e coordenar a execução das atividades de apoio técnico e administrativo necessárias ao funcionamento do CBH-PP;

II. proceder ao controle das faltas dos membros através de folhas de presença;

III. receber e guardar as proposições e documentos entregues para conhecimento e deliberação do CBH-PP;

IV. receber e elaborar a correspondência sujeita ao conhecimento, apreciação e assinatura do presidente;

V. secretariar as reuniões do CBH-PP redigindo as atas de cada sessão e publicando-as no D.O.E;

**VI.** controlar a tramitação dos processos e expedientes, até sua decisão final e conseqüente arquivamento;

**VII.** manter o presidente informado sobre as resoluções das câmaras e outros atos do CBH-PP, bem como, sobre as atividades administrativas;

**VIII.** manter arquivo atualizado de instituições envolvidas com programas e atividades desenvolvidas pelo CBH-PP;

**IX.** dar andamento aos recursos interpostos;

**X.** promover a publicação e divulgação das decisões tomadas quanto à administração da bacia do Pontal do Paranapanema;

**XI.** distribuir pauta, em avulso, das matérias constantes da ordem do dia;

**XII.** distribuir cópia das atas das reuniões realizadas, para conhecimento;

**XIII.** manter relações atualizadas, do andamento dos processo projetos e proposições em tramitação no CBH-PP;

**XIV.** distribuir as proposições, processos e documentos às câmaras técnicas;

**XV.** executar os serviços administrativos do CBH-PP, em especial:

**a)** reunir todo material relativo às discussões das câmaras técnicas, grupos de estudo e comissões especiais, de forma ordenada e sistemática;

**b)** preparar a sala de reuniões das câmaras providenciando, quando necessário, instalação de sistema de som e gravação;

**c)** organizar, lavrar e manter arquivo das atas das reuniões do CBH-PP;

**d)** organizar em pastas separadas por câmaras técnicas, relatório pareceres e atas;

**e)** organizar os anais do CBH-PP;

**f)** fazer publicar nos jornais, as resoluções e decisões do CBH-PP, bem como, resumo dos recursos interpostos:

**g)** encaminhar às câmaras técnicas, grupos de estudo e comissões especiais os processos e documentos a ela distribuídos pelo presidente;

**h)** indicar, em quadro próprio, as matérias distribuídas às câmara técnicas, grupos de estudo e comissões especiais, o nome do relator e a data da entrega, zelando pelo cumprimento do prazos regimentais;

**i)** convocar o suplente do membro titular destituído ou afastado.

**Art. 31.** A secretaria executiva acompanhará as reuniões das Câmaras.

*Parágrafo Único.* - O secretário executivo será substituído em suas ausências ou eventuais impedimentos pelo segundo secretário.

**Art. 32.** O secretário executivo deverá prestar, ao presidente ou a qualquer membro do CBH-PP, esclarecimentos necessários ao desempenho das respectivas funções.

## **TÍTULO IV DOS MEMBROS**

### Capítulo I

#### Do Mandato, Titularidade e Suplência dos Membros

**Art. 33.** Os membros do CBH-PP terão mandato de (02) dois anos, coincidente com a diretoria, cabendo a reeleição.

**Art. 34.** Os membros do CBH-PP dividem-se em titulares e suplentes.

§ 1.º São membros titulares os eleitos e empossados para assumirem de imediato o CBH-PP com direito a voz e voto.

§ 2.º São membros suplentes, aqueles eleitos para substituírem os titulares em caso de vacância, impedimentos, renúncia ou ausências não justificadas.

**Art. 35.** Ao membro suplente aplica-se no que couber as disposições deste estatuto e regimento interno das câmaras.

*Parágrafo Único.* - Os membros suplentes serão convocados para as sessões plenárias.

### Capítulo II

#### Dos Direitos e deveres dos Membros do CBH-PP

**Art. 36.** São direitos:

- I. votar e ser votado para os cargos previstos nesse estatuto;
- II. apresentar proposta, discutir e votar matérias submetidas ao CBH-PP;
- III. solicitar ao presidente convocações de reuniões extraordinárias;
- IV. propor a criação de unidades organizacionais regionais o especializadas e sub-comitês;
- V. indicar quando necessário, pessoas ou representantes entidades públicas ou privadas para participar de reuniões CBH-PP com direito a voz, obedecidas as condições estatutárias
- VI. acessar todas as informações de que disponha a secretaria executiva;
- VII. informar ao plenário eventuais irregularidades cometidas outros membros integrantes do CBH-PP.

**Art. 37.** São deveres:

- I. comparecer às reuniões plenárias, salvo razões justificadas;
- II. acompanhar a aplicação dos recursos financeiros;
- III. tratar seus pares com respeito, cordialidade e manter postura ética com relação aos assuntos tratados nas respectivas câmaras;
- IV. prestar informações quando solicitado.

*Parágrafo Único.* - Os membros indicados para representar o CBH-PP, em outra entidade ou conselho, deverá comunicar a secretaria executiva, no prazo improrrogável de (03) três dias, eventual impedimento.

**Art. 38.** As funções dos membros do CBH-PP não serão remuneradas sendo seu exercício considerado serviço relevante (del/02/93-CRH).

## **TITULO V**

### **DAS SESSÕES PLENÁRIAS**

#### Capítulo 1

##### Das Reuniões e deliberações

**Art. 39.** A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre e extraordinariamente sempre que convocadas pelo Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

§ 1.º As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de (30) trinta dias.

§ 2.º As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de (10) dez dias.

§ 3.º A convocação será feita via correio com aviso de recebimento e imprensa local.

**Art. 40.** O edital de convocação indicará expressamente local, data e hora da reunião e conterà a ordem do dia.

§ 1.º Tratando-se de reuniões ordinárias. a pauta deverá acompanhar o instrumento convocatório.

§ 2.º Se a reunião for extraordinária, os documentos serão distribuídos na instalação dos trabalhos.

**Art. 41.** As deliberações do plenário serão tomadas por maioria simples, desde que presente a maioria absoluta dos membros.

§ 1.º A maioria absoluta é a representada pelo primeiro número inteiro acima da metade dos membros empossados do CBH-PP.

§ 2.º A maioria simples é a representada pelo primeiro número inteiro acima da metade dos membros presentes.

**Art. 42.** As sessões plenárias serão públicas e suas deliberações dar-se-ão sempre por aclamação, salvo disposição em contrário.

**Art. 43.** Além dos membros integrantes do CBH-PP. poderão participar pessoas interessadas e credenciadas, sem direito a voto, obedecidos os preceitos estatutários.

**Art. 44.** Os órgãos ou entidades integrantes do CBH-PP serão excluídos, caso seu representante não compareça a (03) três reuniões consecutivas ou (05) cinco alternadas, sem motivo justificado.

§ 1.º Após a segunda falia consecutiva ou a terceira alternada o órgão ou entidade que indicou o representante será comunicada da ausência.

§ 2.º O órgão ou entidade referido no parágrafo anterior poderá indicar novo representante, o qual assumirá a vaga e respectivas faltas já cumuladas.

**Art. 45.** Nas sessões plenárias os membros não poderão ser representados por terceira pessoa.

*Parágrafo Único.* - Ao membro suplente é dado o direito de voto quando ausente o membro titular independentemente de justificativa do mesmo.

**Art. 46.** As reuniões das câmaras técnicas, grupos de educação ambiental e comissões especiais serão disciplinadas em regimento interno.

## Capítulo II

### Da Ordem dos Trabalhos

**Art. 47.** Abertos os trabalhos, serão feitas pelo presidente e secretário executivo as comunicações e informações de interesse do plenário passando-se em seguida a contagem para efeito de quorum e exposição de matérias constantes da ordem do dia.

**Art. 48.** O presidente, por solicitação justificada de qualquer membro do CBH-PP e por deliberação do plenário, deverá determinar a inversão da ordem de discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, bem como, adiar discussão e votação de qualquer matéria submetida ao CBH-PP.

**Art. 49.** As questões de ordem que versarem sobre a forma de encaminhamento da discussão e votação da matéria em pauta podem ser levantadas a qualquer tempo, devendo ser formuladas com clareza e com a indicação do que se pretende elucidar.

*Parágrafo Único.* - As questões de ordem serão decididas pelo presidente.

## Capítulo III

### Do Uso da Palavra em Plenário

**Art. 50.** Durante a sessão plenária do CBH-PP os membros terão direito a voz respeitados os termos estatutários.

§ 1.º Os membros deverão pedir a palavra e esta lhe será concedida pelo presidente. no momento adequado.

§ 2.º Somente após a concessão pelo presidente o membro terá direito a voz.

**Art. 51.** A palavra será dada na seguinte ordem:

- I. ao autor da proposição;
- II. aos relatores dos pareceres das câmaras técnicas;
- III. ao relator cujo voto foi vencido, quando houver;
- IV. aos que solicitarem.

*Parágrafo Único.* - O Presidente estabelecerá tempo para cada um dos oradores, respeitada a complexidade da matéria em discussão e a paridade.

#### Capítulo IV

##### Das Proposições

**Art. 52.** As proposições consistirão em:

- I. projetos de resoluções;
- II. indicações;
- III. moções;
- IV. requerimentos.

**Art. 53.** As proposições deverão ser redigidas em termos claros e objetivos.

**Art. 54.** As resoluções destinam-se a regulamentar matérias de caráter político, ou administrativo, sobre as quais deva o Plenário pronunciar-se.

**Art. 55.** são requisitos do projeto:

- I. minuta;
- II. divisão em artigos numerados;
- III. justificativa;
- IV. assinatura do autor.

**Art. 56.** Indicação é a proposição em que são sugeridas medidas de interesse público, em matéria ambiental, ao órgão público competente para efetivá-las.

**Art. 57.** Moção é a propositura através da qual o CBH aplaude, protesta ou repudia uma medida tomada por órgão público ou não.

**Art. 58.** Requerimento é a propositura de autoria qualquer membro dirigida ao presidente ou ao CBH-PP sobre matéria de sua competência.

#### Capítulo V

##### Da Questão de Ordem

**Art. 59.** Questão de ordem é a dúvida levantada sobre interpretação do estatuto.

§ 1.º Caberá ao presidente resolver de plano, as questões de ordem.

§ 2.º O presidente do CBH-P interromperá o depoimento que, iniciado como questão de ordem, não se enquadrar como tal.

**Art. 60.** Da decisão ou omissão do presidente do CBH-PP em questão de ordem caberá **recurso** ao plenário, a ser interposto oralmente e incontinente.

## Capítulo VI

### Das Atas

**Art. 61.** Das reuniões lavrar-se-ão atas com o sumário do que durante elas houver ocorrido.

§ 1.º As atas serão datilografadas em folhas avulsas enumeradas e encadernadas anualmente.

§ 2.º As atas das reuniões serão publicadas na Imprensa Oficial com cópia via correio ao membros no prazo de (30) trinta dias.

§ 3.º decorrido o prazo de (45) quarenta e cinco dias sem impugnação, considerar-se-á aprovada.

§ 4.º Das atas constará:

1. Dia, hora e local da reunião;
2. Nome dos membros presentes;
3. Nome dos membros ausentes;
4. Resumo do expediente;
5. Relações das matérias distribuídas e seus respectivos relatores;
6. Pareceres emitidos;
7. delibera es tornadas.

**Art. 62.** No caso de reforma do estatuto, o quorum para aprovação será de dois terços do total de votos do CBH-PP em sessão extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

**Art. 63.** Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria *ad referendum* da assembléia geral.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

**Art. 64.** O quorum exigido no primeiro ano de vigência deste estatuto, para aprovar proposta de inclusão de conselho fiscal ou Câmara Técnica de Fiscalização, membros extraordinários eventuais alterações deste Estatuto, será maioria absoluta.

*Parágrafo Único.* - Na eventual composição do conselho fiscal ou câmara técnica será obedecida a forma paritária, aprovada para as câmaras e a presença de profissionais da área contábil.

**Art. 65.** Este estatuto entrará em vigor após publicado no Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Prudente - SP., 19 de dezembro de 1997.

José Alberto Pereira Mangas Catarino

Presidente do CBH-PP

Carlos Alberto dos Santos

Vice Presidente do CBH-PP

Hélio Nastari Júnior

Secretário Executivo do CBH-PP



## REGIMENTO INTERNO – CBH - PP

### DAS CÂMARAS TÉCNICAS DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PONTAL DO PARANAPANEMA

#### **DAS CAMARAS TÉCNICAS**

##### **Disposições Preliminares**

**Art. 1.** As câmaras técnicas são colegiados de membro do CBH-PP, de caráter consultivo.

**Art. 2.º** As câmaras técnicas serão:

I. permanentes:- as constituídas por tempo indeterminado cuja criação se dará por deliberação do plenário;

II. transitórias:- as constituídas com finalidades específicas para apreciação de matérias que exijam pronunciamento de mais de uma câmara permanente.

**Art. 3.º** A iniciativa para propor a criação de câmaras técnicas compete ao presidente, secretário executivo ou de 1/3 (um terço) dos membros do CBH-PP.

§ 1.º A proposta de criação de câmara técnica permanente deverá ser aprovada pela maioria simples dos membros do CBH-PP.

§ 2.º Aprovada a proposta, o presidente do CBH-PP, expedirá o competente ato de criação, que será publicado numa imprensa oficial.

§ 3.º Os membros das câmaras técnicas serão nomeados por ato do presidente do CBH-PP, após indicação plenária, pelos respectivos segmentos integrantes do CBH-PP, considerando o conhecimento técnico do membro ou sua área de atuação.

##### Da Composição das Câmaras Técnicas

**Art. 4** As câmaras técnicas serão composta por (09) nove, membros do CBH-PP de forma paritária entre Estado, municípios e sociedade civil organizada.

§ 1.º O mandato dos membros das câmaras técnicas coincidirá com o mandato dos membros do CBH-PP.

§ 2.º A câmara técnica será coordenada por um de seus membros que tenha conhecimento ou desenvolva atividades afins à câmara técnica, eleito na primeira reunião de cada mandato.

##### Da Competência das Câmaras Técnicas

**Art. 50** Caberá às câmaras técnicas, em razão da matéria de sua competência:

I. subsidiar as discussões do CBH-PP, manifestando-se quando consultado;

II. subsidiar, no que couber, os trabalhos da secretaria executiva CORHI, na elaboração e avaliação dos trabalhos pertinentes ao plano da bacia hidrográfica do Pontal do Paranapanema relatório de situação dos recursos hídricos da respectiva bacia;

III. promover estudos e pesquisas sobre assuntos de sua competência;

IV. acompanhar as atividades dos órgãos públicos e privados relacionados com a matéria de sua especialização;

V. elaborar e apresentar ao plenário proposições ligadas à sua área de atuação;

VI. dar parecer sobre as proposições e demais assuntos a elas distribuídos;

VII. organizar em conjunto com a secretaria executiva cursos, palestras, eventos e seminários.

**Parágrafo Único.** - Os profissionais que assinarem pareceres de análise técnica serão responsáveis por seus pareceres perante o CBH-PP e seus respectivos conselhos, exigindo-se competente "Anotação de Responsabilidade Técnica - ART" ou formalização correspondente.

**Art. 6.** As câmaras técnicas deverão manter-se informadas sobre as deliberações do CRH, CORHI, CONSEMA CONESAN e demais órgãos ou instituições afins que possam subsidiar os trabalhos da câmara técnica.

**Art. 7.º** Aplica-se às câmaras técnicas transitórias, no que couber, o disposto para as câmaras técnicas permanentes.

#### Das Reuniões das Câmaras Técnicas Permanentes.

**Art. 8.º** As câmaras técnicas permanentes reunir-se-ão, trimestralmente em caráter ordinário em local e data pré-fixada em reunião anterior ou convocada pelo Coordenador via correio com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

**Parágrafo Único.** - As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**Art. 9.º** As entidades integrantes das câmaras técnicas serão excluídas, caso não compareçam a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem motivo justificado.

§ 1.º Após a segunda falta consecutiva ou alternada do membro, o órgão ou entidade que indicou o representante será comunicada de sua ausência.

§ 2.º A entidade referida no parágrafo anterior poderá indicar novo representante, o qual assumirá a vaga e respectivas faltas.

**Art. 10.** As reuniões das câmaras técnicas, serão públicas e suas deliberações se darão pela maioria simples dos votos desde que presentes a maioria absoluta

*Parágrafo Único.* – As câmaras técnicas reunir-se-ão independentemente do número de membros, desde que presente no mínimo um representante de cada segmento, observados o quorum para deliberações.

**Art. 11.** Das reuniões serão lavradas atas, aprovadas em reunião seguinte e assinadas pelo coordenador e secretário nomeado *ad hoc*.

**Art. 12.** As reuniões ordinárias das câmaras técnicas, poderão ser suspensas sempre que a matéria a ser tratada estiver pendente de pareceres de comissões especiais, ou câmaras temporárias.

#### Dos Trabalhos das Câmaras Técnicas Permanentes

**Art. 13.** Os trabalhos serão iniciados pelo coordenador da câmara que:

- I. abrirá os trabalhos;
- II. determinará a leitura da ata de reunião anterior;
- III. determinará a leitura da pauta pré estabelecida;
- IV. comunicará quais as matérias recebidas para manifestação;
- V. designará o relator de cada uma delas;
- VI. determinará leitura dos relatórios entregues para discussão e votação.

*Parágrafo Único.* - Ao coordenador da câmara é dado o voto de qualidade.

**Art. 14.** As câmaras manifestar-se-ão através de parecer escrito em relação ao Plenário.

**Art. 15.** O presidente do CBH-PP, entendendo necessário, poderá fixar prazo para a câmara emitir parecer sobre assuntos relevantes e urgentes.

§ 1.º Os prazos poderão ser prorrogados a requerimento do coordenador da respectiva câmara.

§ 2.º O relatório será lido em reunião da câmara e imediatamente submetido a discussão e votação.

§ 3.º O relatório aprovado e assinado pela maioria dos membros presentes à reunião será tido como parecer da câmara.

§ 4.º O relatório não acolhido será tido como “voto vencido do relator”.

§ 5.º O voto em separado, divergente do relatório, quando aprovado pela maioria dos membros presentes, será tido como “voto vencido do membro”.

**Art. 16.** decorridos os prazos fixados na forma prevista no artigo 15, sem manifestação da câmara técnica, o coordenador declarará o motivo e devolverá o processo à secretaria executiva.

§ 1.º O secretário executivo designará relator especial, em substituição à câmara técnica findo o prazo para a sua manifestação.

§ 2.º O relator especial apresentará relatório ao plenário para discussão em votação.

**Art. 17.** Quando um processo for distribuído a mais de uma câmara técnica, será permitida a criação de comissão especial.

**Art. 18.** O coordenador da câmara técnica decidirá, plano, questões de ordem levantadas por qualquer membro respectiva câmara

#### Dos Pareceres

**Art. 19.** Parecer é o pronunciamento oficial da câmara técnica sobre matéria sujeita à sua análise.

#### Dos Grupos de Educação Ambiental - GEA

**Art. 20.** O grupo de educação é colegiado formado (09) nove membros integrantes do CBH-PP, e demais pessoas interessadas em divulgar ações e programas de educação ambiental.

§ 1.º A inclusão no grupo de educação ambiental de membros não integrantes do CBH-PP, se dará mediante manifestação em plenário.

§ 2.º Na composição do grupo educação ambiental será obedecido a forma paritária, c preferência a integrantes dos segmentos de ensino público e privado

**Art. 21.** Aplica-se aos grupos de educação ambiental normas previstas para às câmaras técnicas.

#### Das Comissões Especiais

**Art. 22.** As comissões especiais poderão ser criadas pelas câmaras técnicas e serão de caráter temático e consultivo, com número máximo de 06 (seis) integrantes, extinguindo-se após atingir seus objetivos ou por deliberação das respectivas câmaras.

**Art. 23.** A comissão especial será composta por profissionais com atuação na área, ou áreas de conhecimento afeta á questão a ser discutida.

**Art. 24.** A iniciativa para criação de comissões especiais compete a qualquer membro da câmara e aprovada pela maioria simples levado ao conhecimento da secretaria executiva a qual comunica o presidente.

**Art. 25.** O presidente poderá, mediante justificativa criar comissão especial *ad referendum* do plenário.

**Art. 26.** Do requerimento de constituição de comissão especial formulado pela câmara técnica constará:

- I. objetivo a ser atingido e sua justificativa;
- II. matéria a ser analisada;
- III. áreas técnicas envolvidas;
- IV. prazo para manifestação.

*Parágrafo Único.* - Os membros da comissão especial poderão, ou não, ser membros do CBH-PP.

**Art. 27.** Terminados os trabalhos e estudos, a comissão emitirá seu relatório final que será submetido á apreciação da câmara e posteriormente ao plenário.

**Art. 28.** Aplica-se às comissões especiais, no que couber, o disposto para as câmaras técnicas.

#### Do Pedido de Visita

**Art. 29.** O pedido de vista somente poderá ser feito por membro integrante da câmara técnica.

§ 1.º O pedido de vista, será dirigido por escrito ao coordenador da respectiva câmara.

§ 2.º A vista será concedida pelo prazo máximo de 02 (dois) dias.

§ 3.º Somente poderá ser concedida vista de processo no qual o relator já se tenha manifestado.

§ 4.º A vista será conjunta e na secretaria executiva quando ocorrer mais de um pedido.

§ 5.º Não se concederá nova vista a quem já a tenha obtido.

#### Do Atas

**Art. 30.** Das reuniões lavrar-se-ão atas com o sumário que durante elas houver ocorrido.

§ 1.º As atas serão datilografadas em folhas avulsas enumeradas e encadernadas anualmente.

§ 2.º As atas das reuniões serão aprovadas em reunião seguinte.

§ 3.º Das atas constará:

1. Dia, hora e local da reunião;
2. Nome dos membros presentes;
3. Nome dos membros ausentes;
4. Resumo do expediente;
5. Relações das matérias distribuídas e seus respectivos relatores:

6. Pareceres emitidos;
7. deliberações tomadas.

#### Dos Membros das Câmaras

#### Posse, licença e vacância

**Art. 31.** As câmaras se renovará a cada 02 (dois) anos, conforme composição do CBH-PP, admitida a reeleição.

§ 1.º Os membros das câmaras tomarão posse na primeira reunião do CBH-PP realizada após as designações feitas pelo presidente.

§ 2.º Os membros que não tomar posse na sessão de instalação prevista no *caput*, deverá fazê-lo no prazo de 30 (trinta) dias perante a secretaria executiva.

**Art. 32.** Os membros das câmaras técnicas poderão ser representados nas reuniões.

§ 1.º Não será atribuída, para efeito de exclusão das câmaras, falta ao membro titular se presente à reunião seu representante.

§ 2.º As faltas poderão ser justificadas por motivo de:

1. doença;
2. luto;
3. núpcias;
4. motivo de força maior devidamente comprovado;
5. participações em congressos, seminários, simpósios.

§ 3.º A justificativa da falta será feita pela presença de seu representante e na falta por escrito à secretaria executiva, devidamente comprovado a ausência.

**Art. 33.** O membro poderá licenciar-se para:

- I. tratar da saúde;
- II. tratar de interesse particular.

**Parágrafo Único.** - A licença será concedida pela secretaria executiva a requerimento justificado do interessado ouvido o presidente do CBH-PP.

**Art. 34.** O representante será empossado pelo presidente do CBH-PP a pedido do membro à secretaria executiva quando licença for concedida por período superior a 120 (cento e vinte) dias.

**Art. 35.** A vacância dar-se-á em razão de morte, renúncia ou exclusão.

§ 1.º A exclusão do membro da câmara será deliberada de ofício pela secretaria executiva quando o membro não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativa;

§ 2.º Na vacância, salvo em caso morte ou renúncia do membro a designação pelo presidente de novo membro recairá sobre representante de outro órgão que indicou originalmente o titular ou suplente gerador da vaga.

#### Das Disposições Finais

**Art. 36.** O regimento interno somente poderá ser alterado, por maioria absoluta de seus membros.

**Art. 37.** O projeto de resolução que vise alterar, reformar ou substituir o regimento interno deverá ser proposto por, no mínimo (50%) cinquenta por cento dos membros do comitê.

**Art. 38.** A Câmara Técnica de Planejamento passa a ser denominada "Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento - CT-PAS".

**Art. 39.** Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria *ad referendum* da assembléia geral.

**Art. 40** Aplica-se no que couber, às câmaras técnicas. o disposto no estatuto do CBH-PP.

**Art. 41** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Presidente Prudente-SP,..... de ..... de 1997.

José Alberto Pereira Mangas Catarino

Presidente do CBH-PP

Carlos Alberto dos Santos

Vice Presidente do CBH-PP

Hélio Nastari Júnior

Secretário Executivo do CBH-PP